

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos  
Deputados

ação parlamentar

# A MULHER NA REFORMA POLÍTICA



Comissão de Legislação Participativa  
.....Brasília | 2009

**Mesa da Câmara dos Deputados**  
**53ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa**  
**2009**

---

**Presidente**

Michel Temer

**1º Vice-Presidente**

Marco Maia

**2º Vice-Presidente**

Antônio Carlos Magalhães Neto

**1º Secretário**

Rafael Guerra

**2º Secretário**

Inocência Oliveira

**3º Secretário**

Odair Cunha

**4º Secretário**

Nelson Marquezelli

**Suplentes de Secretário**

---

**1º Suplente**

Marcelo Ortiz

**2º Suplente**

Giovanni Queiroz

**3º Suplente**

Leandro Sampaio

**4º Suplente**

Manoel Junior

**Diretor-Geral**

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

**Secretário-Geral da Mesa**

Mozart Vianna de Paiva

---



Câmara dos  
Deputados

Comissão de Legislação Participativa

## **A MULHER NA REFORMA POLÍTICA**

Seminário realizado no dia 15 de maio de 2007, pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

Centro de Documentação e Informação  
Edições Câmara  
Brasília | 2009

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DIRETORIA LEGISLATIVA

*Diretor Afrísio Vieira Lima Filho*

### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

*Diretor Adolfo C. A. R. Furtado*

### COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

*Diretora Maria Clara Bicudo Cesar*

### DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

*Diretor Sílvio Avelino da Silva*

### DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

*Diretor José Oliveira Anunciação*

**Projeto gráfico** Racso

**Diagramação e capa** Valter Luís

**Câmara dos Deputados**

**Centro de Documentação e Informação – Cedi**

**Coordenação Edições Câmara – Coedi**

**Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes**

**Brasília (DF) – CEP 70160-900**

**Telefone: (61) 3216-5802; fax: (61) 3216-5810**

**edicoes.cedi@camara.gov.br**

SÉRIE  
Ação parlamentar  
n. 390

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

---

A mulher na reforma política. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.  
141 p. – (Série ação parlamentar ; n. 390)

Seminário realizado no dia 15 de maio de 2007, pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.  
ISBN 978-85-736-5646-6

1. Mulher na política, Brasil. 2. Mulher, participação política, Brasil. 3. Reforma política, Brasil. I. Série.

CDU 396.9(81)

---

ISBN 978-85-736-5646-6 (brochura)

ISBN 978-85-736-5647-3 (e-book)

# Sumário

Comissão de Legislação Participativa – 2007.....	5
Comissão de Seguridade Social e Família – 2007.....	7
Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 2007.....	10
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – 2007.....	12
Quadro Técnico – CLP – 2007.....	17
Apresentação.....	19
Seminário Nacional “A Mulher na Reforma Política” .....	21
Participantes.....	137
Siglário.....	139

# Comissão de Legislação Participativa – 2007

## Mesa da Comissão

Presidente	Eduardo Amorim	PSC
1º Vice-Presidente	Carlos William	PTC
2º Vice-Presidente	Sílvio Lopes	PSDB
3º Vice-Presidente	Eduardo da Fonte	PP

## Titulares

### PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B

Deputado Carlos William	(MG)
Deputado Eduardo Amorim	(SE)
Deputado Eduardo da Fonte	(PE)
Deputada Fátima Bezerra	(RN)
Deputado Jackson Barreto	(SE)
Deputado José Airton Cirilo	(CE)
Deputado Jurandil Juarez	(AP)
Deputada Maria Lúcia Cardoso	(MG)
Deputado Pedro Wilson	(GO)

## Suplentes

Deputado Alex Canziani	(PR)
Deputado Fernando Ferro	(PE)
Deputado Jaime Martins	(MG)
Deputado Leonardo Monteiro	(MG)

## Titulares

### PSDB/DEM/PPS

Deputado Geraldo Thadeu	PPS (MG)
Deputado Guilherme Campos	DEM (SP)
Deputado João Oliveira	DEM (TO)

Deputado <b>Otávio Leite</b>	<b>PSDB (RJ)</b>
Deputado <b>Silvio Lopes</b>	<b>PSDB (RJ)</b>
<b>Suplentes</b>	
Deputado <b>Eduardo Sciarra</b>	<b>DEM (PR)</b>
Deputado <b>Fernando de Fabinho</b>	<b>(BA)</b>
<b>Titulares</b>	
<b>PSB/PDT/PcdoB/PMN</b>	
Deputado <b>Eduardo Lopes</b>	<b>(RJ)</b>
Deputada <b>Luiza Erundina</b>	<b>(SP)</b>
<b>Suplentes</b>	
Deputado <b>Paulo Pereira da Silva</b>	<b>(SP)</b>
Deputada <b>Sandra Rosado</b>	<b>(RN)</b>

# Comissão de Seguridade Social e Família – 2007

## Mesa da Comissão

Presidente	Jorge Tadeu Mudalen	DEM
1º Vice-Presidente	Alceni Guerra	DEM
2º Vice-Presidente	Ribamar Alves	PSB
3º Vice-Presidente	Cleber Verde	PAN

## Titulares

### PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC, PTC, PT do B

Deputada <b>Angela Portela</b>	<b>PT (RR)</b>
Deputado <b>Armando Abílio</b>	<b>PTB (PB)</b>
Deputado <b>Arnaldo Faria de Sá</b>	<b>PTB (SP)</b>
Deputado <b>Chico D. Angelo</b>	<b>PT (RJ)</b>
Deputada <b>Cida Diogo</b>	<b>PT (RJ)</b>
Deputado <b>Darcísio Perondi</b>	<b>PMDB (RS)</b>
Deputado <b>Eduardo Amorim</b>	<b>PSC (SE)</b>
Deputado <b>Henrique Fontana</b>	<b>PT (RS)</b>
Deputado <b>Jofran Frejat</b>	<b>PR (DF)</b>
Deputado <b>José Linhares</b>	<b>PP (CE)</b>
Deputado <b>Marcelo Almeida</b>	<b>PMDB (PR)</b>
Deputado <b>Marcelo Castro</b>	<b>PMDB (PI)</b>
Deputado <b>Maurício Trindade</b>	<b>PR (BA)</b>
Deputado <b>Neilton Mulim</b>	<b>PR (RJ)</b>
Deputado <b>Pepe Vargas</b>	<b>PT (RS)</b>
Deputada <b>Rita Camata</b>	<b>PMDB (ES)</b>
Deputado <b>Roberto Britto</b>	<b>PP (BA)</b>
Deputado <b>Saraiva Felipe</b>	<b>PMDB (MG)</b>
Deputada <b>Solange Almeida</b>	<b>PMDB (RJ)</b>

## Suplentes

Deputado <b>Acelio Casagrande</b>	<b>PMDB (SC)</b>
-----------------------------------	------------------

Deputado <b>Antonio Bulhões</b>	<b>PMDB (SP)</b>
Deputado <b>Clodovil Hernandes</b>	<b>PMDB (SP)</b>
Deputado <b>Dr. Rosinha</b>	<b>PT (PR)</b>
Deputada <b>Gorete Pereira</b>	<b>PR (CE)</b>
Deputado <b>Guilherme Menezes</b>	<b>PT (BA)</b>
Deputada <b>Íris Araújo</b>	<b>PMDB (GO)</b>
Deputada <b>Janete Rocha Pietá</b>	<b>PT (SP)</b>
Deputado <b>Lelo Coimbra</b>	<b>PMDB (ES)</b>
Deputada <b>Lucenira Pimentel</b>	<b>PR (AP)</b>
Deputado <b>Nazareno Fonteles</b>	<b>PT (PI)</b>
Deputado <b>Pastor Manoel Ferreira</b>	<b>PTB (RJ)</b>
Deputado <b>Professor Setimo</b>	<b>PMDB (MA)</b>
Deputado <b>Simão Sessim</b>	<b>PP (RJ)</b>
Deputado <b>Vital do Rêgo Filho</b>	<b>PMDB (PB)</b>

### Titulares

#### PSDB, DEM, PPS

Deputado <b>Alceni Guerra</b>	<b>DEM (PR)</b>
Deputado <b>Bispo Gê Tenuta</b>	<b>DEM (SP)</b>
Deputado <b>Eduardo Barbosa</b>	<b>PSDB (MG)</b>
Deputado <b>Geraldo Resende</b>	<b>PMDB (MS)</b>
Deputado <b>Germano Bonow</b>	<b>DEM (RS)</b>
Deputado <b>João Bittar</b>	<b>DEM (MG)</b>
Deputado <b>Jorge Tadeu Mudalen</b>	<b>DEM (SP)</b>
Deputado <b>Rafael Guerra</b>	<b>PSDB (MG)</b>
Deputado <b>Raimundo Gomes de Matos</b>	<b>PSDB (CE)</b>

### Suplentes

Deputado <b>André de Paula</b>	<b>DEM (PE)</b>
Deputado <b>Efraim Filho</b>	<b>DEM (PB)</b>
Deputado <b>Geraldo Thadeu</b>	<b>PPS (MG)</b>
Deputado <b>Indio da Costa</b>	<b>DEM (RJ)</b>

Deputado <b>Leandro Sampaio</b>	<b>PPS (RJ)</b>
Deputado <b>Leonardo Vilela</b>	<b>PSDB (GO)</b>
Deputada <b>Nice Lobão</b>	<b>DEM (MA)</b>
Deputada <b>Thelma de Oliveira</b>	<b>PSDB (MT)</b>

### Titulares

**PSB, PDT, PC do B, PMN, PAN**

Deputado <b>Cleber Verde</b>	<b>PRB (MA)</b>
Deputado <b>Enio Bacci</b>	<b>PDT (RS)</b>
Deputado <b>Jô Moraes</b>	<b>PCdoB (MG)</b>
Deputado <b>Ribamar Alves</b>	<b>PSB (MA)</b>

### Suplentes

Deputada <b>Alice Portugal</b>	<b>PCdoB (BA)</b>
Deputado <b>Marcondes Gadelha</b>	<b>PSB (PB)</b>
Deputado <b>Mário Heringer</b>	<b>PDT (MG)</b>
Deputado <b>Sebastião Bala Rocha</b>	<b>PDT (AP)</b>

### Titulares

**PV**

Deputado <b>Dr. Talmir</b>	<b>PV (SP)</b>
----------------------------	----------------

### Suplentes

Deputado <b>Dr. Nechar</b>	<b>PV (SP)</b>
----------------------------	----------------

# Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 2007

## Mesa da Comissão

<b>Presidente</b>	<b>Luiz Couto</b>	<b>PT</b>
<b>1º Vice-Presidente</b>		
<b>2º Vice-Presidente</b>	<b>Pedro Wilson</b>	<b>PT</b>
<b>3º Vice-Presidente</b>	<b>Pastor Manoel Ferreira</b>	<b>PTB</b>

## Titulares

### PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PtdoB

Deputada <b>Iriny Lopes</b>	<b>(ES)</b>
Deputada <b>Janete Rocha Pietá</b>	<b>(SP)</b>
Deputado <b>Lincoln Portela</b> (vaga do <b>PSB/PDT/PCdoB/PMN</b> )	<b>(MG)</b>
Deputada <b>Lucenira Pimentel</b>	<b>(AP)</b>
Deputado <b>Luiz Couto</b>	<b>(PB)</b>
Deputado <b>Pastor Manoel Ferreira</b>	<b>(RJ)</b>
Deputado <b>Pedro Wilson</b>	<b>(GO)</b>
Deputada <b>Suely</b> (vaga do <b>PHS</b> )	<b>(RJ)</b>
Deputado <b>Veloso</b>	<b>(BA)</b>

## Suplentes

Deputado <b>Adão Pretto</b>	<b>(RS)</b>
Deputada <b>Dalva Figueiredo</b>	<b>(AP)</b>
Deputado <b>Henrique Afonso</b>	<b>(AC)</b>
Deputado <b>José Linhares</b>	<b>(CE)</b>
Deputado <b>Leonardo Quintão</b>	<b>(MG)</b>
Deputado <b>Paulo Henrique Lustosa</b>	<b>(CE)</b>
Deputado <b>Vicentinho</b>	<b>(SP)</b>

## Titulares

### PSDB/DEM/PPS

Deputado <b>Geraldo Thadeu</b>	<b>(MG)</b>
Deputado <b>João Campos</b>	<b>(GO)</b>
Deputado <b>Onix Larenzoni</b>	<b>(RS)</b>

Deputado <b>Pinto Itamaraty</b>	<b>(MA)</b>
<b>Suplentes</b>	
Deputado <b>Bispo Gê Tenuta</b>	<b>(SP)</b>
Deputado <b>Claudio Cajado</b>	<b>(BA)</b>
Deputado <b>Eduardo Barbosa</b>	<b>(MG)</b>
Deputado <b>João Almeida</b>	<b>(BA)</b>
Deputado <b>Otavio Leite</b>	<b>(RJ)</b>
<b>Titulares</b>	
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN</b>	
Deputado <b>Uldurico Pinto</b>	<b>(BA)</b>
<b>Suplentes</b>	
Deputada <b>Janete Capiberibe</b>	<b>(AP)</b>
Deputada <b>Sueli Vidigal</b>	<b>(ES)</b>
<b>Titulares</b>	
<b>PRB</b>	
Deputado <b>Léo Vivas</b>	<b>(RJ)</b>
<b>Titulares</b>	
<b>PV</b>	
Deputado <b>Antônio Roberto</b> (vaga do <b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> )	<b>(MG)</b>
<b>Suplentes</b>	
Deputado <b>Dr. Talmir</b> (vaga do <b>PMDB/PT/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> )	<b>(SP)</b>
<b>Titulares</b>	
<b>PSOL</b>	
Deputado <b>Chico Alencar</b> (vaga do <b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> )	<b>(RJ)</b>

# Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – 2007

## Mesa da Comissão

<b>Presidente</b>	<b>Leonardo Piccian</b>	<b>PMDB</b>
<b>1º Vice-Presidente</b>	<b>Mendes Ribeiro Filho</b>	<b>PMDB</b>
<b>2º Vice-Presidente</b>	<b>Neucimar Fraga</b>	<b>PR</b>
<b>3º Vice-Presidente</b>	<b>Marcelo Itagiba</b>	<b>PMDB</b>

## Titulares

### PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Deputado <b>Benedito de Lira</b>	
Deputado <b>Cândido Vaccarezza</b>	
Deputado <b>Carlos Bezerra</b>	
Deputado <b>Cezar Schirmer</b> (vaga do <b>PSDB/DEM/PPS</b> )	
Deputado <b>Colbert Martins</b>	
Deputado <b>Geraldo Pudim</b>	
Deputado <b>Gerson Peres</b>	
Deputado <b>Ibsen Pinheiro</b>	
Deputado <b>João Paulo Cunha</b>	
Deputado <b>José Eduardo Cardozo</b>	
Deputado <b>José Genoíno</b>	
Deputado <b>José Mentor</b>	
Deputado <b>Leonardo Picciani</b>	
Deputado <b>Magela</b>	
Deputado <b>Marcelo Guimarães Filho</b>	
Deputado <b>Marcelo Itagiba</b>	
Deputada <b>Maria Lúcia Cardoso</b>	
Deputado <b>Maurício Quintella Lessa</b>	
Deputado <b>Maurício Rands</b>	
Deputado <b>Mauro Benevides</b> (vaga do <b>PSOL</b> )	
Deputado <b>Mendes Ribeiro Filho</b>	

Deputado <b>Michel Temer</b>	
Deputado <b>Nelson Pellegrino</b>	
Deputado <b>Nelson Trad</b>	
Deputado <b>Neucimar Fraga</b>	
Deputado <b>Odair Cunha</b>	
Deputado <b>Paes Landim</b>	
Deputado <b>Paulo Maluf</b>	
Deputado <b>Paulo Teixeira</b>	
Deputado <b>Regis de Oliveira</b>	
Deputado <b>Sérgio Barradas Carneiro</b>	
Deputado <b>Vicente Arruda</b> (vaga do <b>PSDB/DEM/PPS</b> )	
Deputado <b>Vilson Covatti</b>	
Deputado <b>Vital do Rêgo Filho</b> (vaga do <b>PV</b> )	
Deputado <b>Wilson Santiago</b>	

### Suplentes

Deputado <b>Alexandre Santos</b>	
Deputado <b>Antonio Bulhões</b>	
Deputado <b>Antônio Carlos Biffi</b>	
Deputada <b>Aracely de Paula</b>	
Deputado <b>Arnaldo Faria de Sá</b>	
Deputado <b>Carlos Abicalil</b>	
Deputado <b>Carlos Willian</b>	
Deputado <b>Décio Lima</b>	
Deputado <b>Dilceu Sperafico</b>	
Deputado <b>Domingos Dutra</b>	
Deputado <b>Eduardo Cunha</b>	
Deputado <b>Eduardo da Fonte</b>	
Deputada <b>Fátima Bezerra</b>	
Deputado <b>Fernando Diniz</b>	
Deputado <b>George Hilton</b>	
Deputado <b>Hugo Leal</b>	

Deputada <b>Iriny Lopes</b>	
Deputado <b>João Magalhães</b>	
Deputado <b>Jofran Frejat</b>	
Deputado <b>José Pimentel</b>	
Deputado <b>Laerte Bessa</b> (vaga do <b>PV</b> )	
Deputado <b>Leo Alcântara</b> (vaga do <b>PSDB /DEM/PPS</b> )	
Deputado <b>Luiz Couto</b>	
Deputada <b>Maria do Rosário</b>	
Deputado <b>Odílio Balbinotti</b>	
Deputado <b>Pastor Manoel Ferreira</b>	
Deputado <b>Ricardo Barros</b>	
Deputado <b>Rubens Otoni</b>	
Deputado <b>Sandes Júnior</b>	
Deputado <b>Sandro Mabel</b>	
Deputado <b>Tadeu Filippelli</b>	
Deputado <b>Veloso</b>	
Deputado <b>Wladimir Costa</b>	
<b>Titulares</b>	
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
Deputado <b>Antonio Carlos Magalhães Neto</b> (vaga do <b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> )	
Deputado <b>Bonifácio de Andrada</b>	
Deputado <b>Bruno Araújo</b>	
Deputado <b>Edmar Moreira</b>	
Deputado <b>Edson Aparecido</b>	
Deputado <b>Efraim Filho</b>	
Deputado <b>Felipe Maia</b>	
Deputado <b>Indio da Costa</b>	
Deputado <b>Jutahy Junior</b>	
Deputado <b>Mendonça Prado</b>	
Deputado <b>Moreira Mendes</b>	
Deputado <b>Paulo Magalhães</b>	

Deputado <b>Renato Amary</b>	
Deputado <b>Roberto Magalhães</b>	
Deputado <b>Ronaldo Cunha Lima</b>	
Deputado <b>Silvinho Peccioli</b>	
Deputado <b>Zenaldo Coutinho</b>	
Suplentes	
Deputado <b>Albano Franco</b>	
Deputado <b>Alexandre Silveira</b>	
Deputado <b>André de Paula</b>	
Deputado <b>Ayrton Xerez</b>	
Deputado <b>Bispo Gê Tenuta</b>	
Deputado <b>Carlos Melles</b>	
Deputado <b>Fernando Coruja</b>	
Deputado <b>Humberto Souto</b> (vaga do <b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b> )	
Deputado <b>Jerônimo Reis</b>	
Deputado <b>João Campos</b>	
Deputado <b>José Carlos Aleluia</b>	
Deputado <b>Júlio Redecker</b>	
Deputado <b>Mussa Demes</b>	
Deputado <b>Pinto Itamaraty</b>	
Deputado <b>Ricardo Tripoli</b>	
Deputada <b>Solange Amaral</b>	
Deputado <b>William Woo</b>	

Titulares	
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Deputado <b>Ciro Gomes</b>	
Deputado <b>Flávio Dino</b>	
Deputado <b>Francisco Tenorio</b>	
Deputado <b>Márcio França</b>	
Deputada <b>Sandra Rosado</b>	
Deputado <b>Sérgio Brito</b>	
Deputado <b>Valtenir Pereira</b>	
Deputado <b>Wolney Queiroz</b>	
Suplentes	
Deputado <b>Beto Albuquerque</b>	
Deputado <b>Chico Lopes</b>	
Deputado <b>Edmilson Valentim</b>	
Deputado <b>Gonzaga Patriota</b>	
Deputado <b>Pompeo de Mattos</b>	
Deputado <b>Rogério Marinho</b>	
Deputado <b>Severiano Alves</b>	
Deputado <b>Vieira da Cunha</b>	
Titulares	
PV	
Deputado <b>Marcelo Ortiz</b>	
Suplentes	
Deputado <b>Sarney Filho</b>	
Suplentes	
Deputado <b>Chico Alencar</b>	

### Equipe de apoio técnico-administrativo

Amilcar Amaral Couto

Ana Cristina Almeida Santana

Ana Valéria Machado Mendonça

Angela Maria de Araújo

Claudio Ribeiro Paes

Débora Amélia d'Abadia Rosa

Eliana Teixeira Gaia

Francisca de Fátima Moura Campos

Gilvan Mendes da Silva

Hadijamilé Itapá de Carvalho

Jader Nogueira Batista

Jéssica Natany de Jesus

José Henrique Freitas Gonçalves de Araújo

Maria de Fátima Oliveira Silva

Marilena Tavares Nunes

Miriam Cristina Gonçalves Quintas

Nilma Martins Calazans

Raíssa Karoline de Sousa Lima

Sara Teixeira Santos

Sérgio Maximiano S. de Souza

# Apresentação

O importantíssimo evento Seminário “A Mulher na Reforma Política”, ocorrido no dia 15 de maio de 2007, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF, foi realizado em articulação conjunta entre a Comissão de Legislação Participativa (CLP), a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM); a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e, neste momento, tenho a honra de redigir a presente apresentação, na condição de Presidente da CLP.

A iniciativa para a realização do referido Seminário partiu da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, e a representação da CLP no evento ficou a cargo da nobre Deputada Fátima Bezerra, que coordenou os trabalhos.

Naquele momento, era unânime a importância e urgência de se abrir canais de discussões sobre a questão da reforma política por que urge o País. E, nesse contexto, fez-se indiscutível a necessidade de realização de um ciclo de debates sobre a questão da inclusão da mulher na reforma política.

O enfrentamento do tema geral, a reforma política, sem a reflexão específica sobre a participação das mulheres nos órgãos decisórios do Estado, certamente seria incompleto, pois a discussão sobre a igualdade de gênero é um tópico de extrema relevância no processo de consolidação do projeto de um Estado Democrático de Direito, buscado há vinte anos no Brasil.

Infelizmente, é fato que o debate dessa questão mostra-se tardio, visto que é flagrante o pequeno percentual de mulheres no Legislativo brasileiro, ponto que precisa ser encarado de frente, com a coragem de se enfrentar um histórico e persistente processo de exclusão feminina no âmbito dos Poderes da República.

A realização do Seminário foi fruto de uma ampla parceria entre as Comissões acima elencadas, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, da academia e de movimentos sociais.

Sabe-se, por fim, que o caminho de maior representatividade feminina no Poder Legislativo ainda é um desafio áspero e longo, vários são os entraves que terão que ser enfrentados, Mas, indubitável, impostergável e urgente é a necessidade de abertura de espaço para a persistente luta daqueles comprometidos com a reafirmação da presença da mulher na política, não só por questão de direito, igualdade e fraternidade, mas também pelo tardio, embora tempestivo, reconhecimento do papel feminino na luta pelos direitos sociais, políticos e civis, enfim, pelos direitos de cidadania e primordialmente, por uma questão de lúdima justiça.

Assim, pugno pela ampla participação política da mulher nos espaços de poder, não como meras coadjuvantes, mas sim como protagonistas da história política.

Deputado EDUARDO AMORIM

Presidente da CLP

# Seminário Nacional “A Mulher na Reforma Política”



Da esquerda para a direita: Sra. Lúcia Avelar, Deputada Cida Diogo, Sra. Brasília Carlos Ferreira e Sra. Benilda Regina Paiva de Brito

## PROGRAMAÇÃO

**Data: 15/05 (Terça-feira)**

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Plenário 3

9 horas – **Solenidade de Abertura**

**Mesa:** Coordenação Executiva da Bancada Feminina; Dep. Eduardo Amorim; Dep. Luiz Couto; Dep. Jorge Tadeu Mudalen; Dep. Leonardo Picciani

9h30 – **Mesa 1**

Tema: “ Inclusão das Mulheres na reforma do sistema político”

Participantes:

- Deputada **Luiza Erundina** – PSB-SP;
- **Cristina Buarque** – Secretária Executiva da Mulher – PE;

– **Natália Mori** – Membro da Diretoria Colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)

– **Ministra Nilcéia Freire** – Secretária Esp. de Políticas Públicas para as Mulheres

**Coordenação:** Deputada Fátima Bezerra – PT-RN

10h30 às 12 horas – **Debate**

12 horas – Encerramento: resumo do debate com sugestão de propostas a serem incluídas na discussão da Reforma Política.

14 horas – **Mesa 2**

Tema: “Sistemas de votação proporcional, distrital e misto: ampliação da representação de Mulheres”

Participantes:

**Brasília Carlos Ferreira** – Professora do Departamento de Ciências Sociais – UFRN

**Lúcia Avelar** – Professora do Departamento de Ciências Políticas – UnB;

**Benilda Regina Paiva de Brito** – Representante do Movimento de Mulheres Negras, professora da Universidade Católica de Belo Horizonte;

**Coordenação:** Deputada Cida Diogo – PT/RJ

Das 15 horas às 17 horas – **Debate**

18 horas – Encerramento: resumo do debate com sugestão de propostas a serem incluídas na discussão da Reforma Política.

OBS: Cada expositor terá vinte minutos para sua explanação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Queremos iniciar os nossos trabalhos dando o nosso bom dia a todas e a todos os presentes.

Queremos começar saudando a nossa Ministra Nilcéa Freire, que daqui a pouco virá fazer parte da primeira Mesa de debates.

Queremos saudar a Senadora Serys Slhessarenko, a quem peço neste momento que venha à Mesa para participar da solenidade de abertura; a Deputada Luiza Erundina; as Deputadas Lídice da Mata, Angela Portela, Rita Camata, Jusmari Oliveira, já presentes; o Deputado Pedro Wilson, que aqui representa a Comissão de Direitos Humanos, e o Deputado Alcení Guerra, que aqui representa a Comissão de Seguridade Social e Família.

Quero dizer às senhoras e aos senhores que o Seminário, tendo como tema A Mulher na Reforma Política, é uma iniciativa da bancada feminina desta Casa e está sendo realizado por meio de uma articulação conjunta, tendo como participantes a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), a Comissão de Legislação Participativa (CLP) e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Eu estou aqui neste momento representando a Comissão de Legislação Participativa, que é uma das proponentes, tendo em vista que o Presidente da nossa Comissão, em virtude de outros compromissos, não pôde comparecer.

Então, é com grande alegria que declaramos aberto o nosso primeiro ciclo de debates, para tratar da questão da inclusão da mulher na reforma política.

Repito para as senhoras e os senhores que esta é uma iniciativa da bancada feminina. Nós temos consciência da importância, da necessidade, da urgência da reforma política para o nosso País, seja a reforma política voltada para as mudanças no sistema partidário, seja a reforma política voltada para as mudanças no sistema eleitoral. Aqui mesmo nesta Casa, na Câmara dos Deputados, há mais de dez anos tramitam variadas propostas tratando de mudanças no sistema eleitoral e no sistema partidário. No entanto, até hoje esse debate não prosperou.

E agora, que a Câmara dos Deputados, ao que tudo indica, toma para si a tarefa de avançar no debate da reforma política, a bancada feminina julgou que era mais do que pertinente, era mais do que oportuno, era mais do que necessário que nós mulheres

nos organizássemos para participar e intervir nesse debate. Daí a realização desses ciclos que estamos começando hoje.

Nós estamos reunindo aqui o Poder Público, com a presença da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); a academia, a universidade, que vai estar aqui, com o seu saber, com o seu conhecimento especializado, para nos ajudar na reflexão de tão importante temática; os movimentos sociais, que naturalmente são atores importantíssimos nesse debate; e o próprio Parlamento.

Então, Senadora Serys, esse é o sentido desta iniciativa que nós, como bancada feminina, estamos realizando neste momento.

Este é o primeiro ciclo de debates que vamos realizar. Teremos o segundo ciclo de debates ainda no final deste mês e queremos que o debate sobre a reforma política tenha lá dentro o olhar de gênero.

Queremos que, ao se discutirem as mudanças que precisam ser feitas no sistema partidário e no sistema eleitoral, não se exclua a questão da mulher de forma nenhuma. Ao se discutir a questão do financiamento público de campanha, tão desejado por todos nós, é preciso discutir a questão da lista preordenada e como vai ficar a mulher frente a essa questão, qual vai ser a política de cotas que será destinada às mulheres no que diz respeito à lista. Assim como o debate no que diz respeito ao fundo partidário, assim como o debate no que diz respeito à questão dos programas eleitorais tidos como gratuitos, assim como, por exemplo, a participação da mulher na própria Mesa Diretora da nossa Casa, que até hoje nunca teve uma mulher na condição de titular, o que levou a ilustre Deputada Luiza Erundina a apresentar proposta com vistas a assegurar que a Mesa Diretora da nossa Casa possa ter a participação também da mulher.

Enfim, são muitos os desafios que estão colocados, e o nosso esforço é este: fazer o diálogo com nós mesmas, com a bancada feminina, com o conjunto do Parlamento, com a sociedade e com o Poder Público.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, assistir a essa situação passivamente. Somos tantas, até porque representamos mais da metade da população. No entanto, somos muito poucas

nos espaços de decisão política deste País. Isso não é normal, isso não é correto, isso não está certo de maneira nenhuma. Daí, exatamente, a necessidade, mais do que nunca, de a gente se organizar.

Bom, quero passar a palavra agora à Senadora Serys Slhessarenko, em seguida ao Deputado Alcení Guerra e depois ao Deputado Pedro Wilson, para que possam levar a saudação aos presentes.

A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Quero saudar a nossa companheira vibrante e batalhadora por essa causa Deputada Fátima Bezerra; o Deputado Pedro Wilson; o Deputado Alcení Guerra; todas as representações de Comissões presentes; a nossa Ministra; a nossa Secretária de Políticas Públicas para a Mulher de Pernambuco; todas as Parlamentares, todas as Deputadas, na pessoa da Deputada Erundina, que vive dizendo que é só temporariamente Líder da bancada, mas eu continuo chamando de coordenadora da bancada; as organizações da sociedade de um modo geral, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e todos as outras presentes, enfim, todos e todas.

Vou ser breve, até porque o tempo urge. A questão de inclusão da mulher na reforma política é fundamental. Nós não temos dúvida disso. Lá no Senado, sei que essa batalha também não vai ser fácil, como aqui na Câmara, na sociedade brasileira como um todo.

Acho que a companheira Fátima já fez as colocações essenciais sobre as dificuldades que a gente vive para conseguir conquistar espaços na área política em nosso País. É muito difícil. Estão aí os dados, os percentuais de participação da mulher na política. Costumo dizer que na família a superação da discriminação é difícil. No trabalho, também. (Muitos dizem: “Mas no trabalho, vocês já conquistaram tanto espaço”. Mas vá ver que espaços são esses. Os topos de carreira, são poucos que a gente consegue.) Mas na política eu digo que é ainda mais difícil. Eu vejo lá no meu Estado, vejo nos vários Estados e no Brasil como um todo.

A situação é complexa, e agora é o momento. Ou nós atuamos para valer agora na reforma política ou nós vamos continuar com as mesmas dificuldades. Eu entrei com requerimento

no Senado para que a gente constitua uma Comissão Mista, Senado e Câmara, para discutir a inserção da mulher na reforma política. Ainda não temos o resultado. Esse requerimento ainda está tramitando em Comissões. Eu acredito que quanto mais instrumentos a gente venha a ter para abrir esses espaços, melhor. Mas acredito, Deputada Fátima, que essa coisa tem que ser feita da forma mais conjunta possível no Congresso Nacional. Essa é a minha posição, que Câmara e Senado tentem buscar juntos. Aqui, são 45 Deputadas. Lá, somos 10 Senadoras. Proporcionalmente, ainda somos maioria, mas somos absoluta minoria em 81 cadeiras. Precisamos trabalhar essa questão em conjunto.

Essa questão das listas que a Deputada Fátima colocou é extremamente relevante. Temos que discutir isso nas nossas bancadas partidárias, para trazer de lá já com alguma força política, do meu ponto de vista. Se ficarmos só na bancada feminina, somos, como sempre, absoluta minoria e vamos ter dificuldade em discussões maiores. Que a gente discuta nos nossos partidos e nas bancadas de cada partido a questão da fidelidade partidária, do financiamento público, todas as questões já elencadas e outras mais, mas essa da lista é fundamental, porque senão não vai dar certo. A gente precisa buscar mais espaço, sim. É 30% de candidatura nas cotas. Como vão ficar essas cotas nas listas? Do meu ponto de vista, temos de ir para as cabeças, buscar os 50% e ver depois o que vai acontecer, se realmente vamos conquistar esses 50% ou se vamos ficar com espaço reduzido. Mas temos que começar por aí.

Muito obrigada. Um abraço a todos. O sucesso, com certeza, já é garantido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Obrigada, Senadora Serys.

Vamos passar a palavra para o Deputado Alcení Guerra, representando a Comissão de Seguridade Social e Família. Antes disso, queremos registrar com muita alegria a presença entre nós da Deputada Manuela, do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) do Rio Grande do Sul; da Deputada Iriny Lopes, do Partido dos Trabalhadores (PT) do Espírito Santo; da Deputada Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas; do Deputado Chico Lopes, do PCdoB

do Ceará; do Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão; e do Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que está ao lado do Vice-Presidente Deputado Pedro Wilson. Acho que já mencionamos a presença das Deputadas Rita Camata, Lídice da Mata, Angela Portela, Luiza Erundina, Jusmari Oliveira.

Bom, vamos passar a palavra agora ao Deputado Alceni Guerra, representando aqui a Comissão de Seguridade Social e Família, uma das Comissões também proponentes do presente seminário.

O SR. DEPUTADO ALCENI GUERRA – Obrigado, Deputada Fátima. É uma honra para mim representar aqui a Comissão de Seguridade Social, e o faço nesta manhã com muito prazer. Acho que nenhum outro profissional no mundo passa tanto tempo de sua vida com uma mulher com problemas quanto um pediatra. E eu sou pediatra. Pelo menos oito horas do nosso dia, quando não doze ou mais, temos na frente uma mulher com um nível de ansiedade acima do normal no seu dia-a-dia, causado por aquele pequeno ser que está no meio, entre um pediatra e uma mulher. Isso faz com que com o passar dos anos o pediatra se torne craque em mulheres, acaba aprendendo a entender sua cabeça.

Eu tive muita sorte. Depois de pediatra, ocupei cargos públicos e tive a sorte nesses cargos de ter junto comigo um número bastante grande de mulheres. No Ministério, fui o primeiro a abrir secretarias, fundações para mulheres. Na Prefeitura, tinha sempre mais de 60% de secretárias. E o fazia por uma determinação, por um alto convencimento de que mulheres, quando têm cargos de comando, têm visão semelhante à que têm para seus filhos. Vêem o mundo com idealismo. Querem o melhor do mundo para os seus filhos e refletem isso na administração.

Fiz essa introdução para provocar as senhoras e dizer que de nada adianta discutir aqui reforma eleitoral, reforma de estrutura de eleições, financiamento público, lista, voto distrital, se as senhoras não tiverem a coragem de abordar a reforma da forma de governo.

Este é um Congresso que, dentro da estrutura atual de presidencialismo no Brasil — temos que concordar, Deputada Luiza

Erundina –, não vale nada, não vale absolutamente nada. Só teria uma função importante, que é a função fiscalizadora dos demais Poderes, e está permanentemente desmoralizado por toda uma sociedade que não gosta de congressistas. Sou eu que o digo? Não, são as senhoras e a sociedade, que disseram que apenas 1,1% confia nos congressistas e no Congresso Nacional. Então, ou se muda a forma de governo ou vamos continuar eternamente com os mesmos problemas. Implantaremos o voto distrital, o voto por lista, elegeremos pessoas um pouco diferentes para um sistema que será o mesmo e que não terá consequência para mudar a nossa política, a nossa história política.

Por isso, faço essa introdução dizendo que mulheres vêem o mundo com idealismo, geralmente com mais idealismo que os homens, porque se acostumam, numa época muito especial de sua vida, a época em que praticam a maternidade, a ver o mundo com idealismo. Na política, vêem o mundo com idealismo, uma decorrência desse estado natural das mulheres. Mas as senhoras aqui hoje têm uma oportunidade de sonhar um mundo com idealismo. Não adianta pensar em modificações na forma de eleger mulheres. Acho necessário. Acho que é preciso dar condições de igualdade a homens, que disputam com muito mais voracidade os cargos que as mulheres, mas é preciso pensarmos finalmente em propor uma reforma política, a mudança da forma de governo.

Era isso que tinha a dizer, Deputada Fátima, em nome da Comissão de Seguridade Social. Muito obrigado pela presença das senhoras aqui. Muito obrigado pelo convite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Obrigada, Deputado Alcení Guerra.

Vamos passar a palavra agora ao Deputado Pedro Wilson, aqui representando a Comissão de Direitos Humanos, também uma das proponentes do presente seminário.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de saudar a Sra. Presidente, Deputada Fátima; a Senadora Serys; o Deputado Alcení; o querido companheiro que me dá a honra de falar em nome da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão; as Deputadas Erundina, Rita, Manuela, Vanessa, Iriny, Lídice, An-

gela; a Ministra Nilcéa; a Sandra; todas as queridas Parlamentares e todos os Parlamentares.

Gostaria de saudar também a ex-Deputada Laura, que honra o Parlamento por seu trabalho aqui prestado. Uma salva de palmas para a Laura, que não está no Parlamento, mas está na luta, em Brasília, pelos direitos da mulher, da criança, os direitos humanos.

Quero manifestar, Ministra, nossa satisfação pela sua presença e pela sua luta pela representação da mulher. Recentemente, estive, com uma querida assessora que é de Goiás, numa conferência municipal de mulheres e demonstrou que teremos uma grande conferência de mulheres no segundo semestre. Mas, antes da conferência, temos de levar os direitos políticos, e a Comissão de Direitos Humanos tem um bordão: não há direitos humanos sem os direitos das mulheres.

Às vezes, fazemos fortes discursos sobre igualdade, oportunidade e liberdade. Um jornal chegou ao ponto de pôr em manchete que nem o Presidente da República Lula nem o Papa falaram de aborto. Mas se nem um nem o outro falou, por que está na manchete? Como católico, o que lamento é que não tenham discutido a participação da mulher na igreja. Oxalá os bispos em Aparecida façam uma discussão sobre a participação de mulher na igreja. É assim que vamos rompendo a participação na sociedade. Nós construímos um regimento da Câmara que... Vejam bem, depois da Constituição de 88, a Constituição cidadã. Já poderia estar lá que a mulher, de um jeito ou de outro, teria participação na Mesa. Um jornalista me disse que falou com algumas Deputadas no dia da eleição da Mesa e verificou que votaram nos homens e não na candidata Maria do Carmo Lara.

Ouvi com atenção a fala da Deputada Fátima e da Senadora. Eu acho que temos a oportunidade histórica. Se direitos humanos em igualdade são os direitos das mulheres também, está na hora de olharmos. Eu cheguei a dizer, e vou defender isto no meu partido, que devemos utilizar o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fazer as listas preordenadas ou fechadas. Se tivermos listas fechadas e dermos à mulher, senão

51%, pelo menos 50,1%, a maioria, teremos, pelos 4 partidos maiores, 108 mulheres no Câmara dos Deputados.

Será que nós que temos mandato, nós, homens, vamos dar o primeiro lugar a uma mulher que não tem mandato? Esse é um desafio, levem à consciência da participação da mulher. Se os partidos estão dispostos a abrir os seus... Muitos defendem a lista fechada por que o seu nome vai estar em primeiro lugar no seu Estado. Mas se colocarmos nome de mulher, inclusive de mulher que não tem mandato, certamente teremos 27 vezes 4 (os maiores partidos), já na próxima Legislatura, fora outras votações que vão ampliar esse número.

Por isso, defendo a idéia da participação quantitativa, um critério que leve em conta a participação da mulher. E também as representações especiais: da mulher negra, da mulher índia, da mulher do campo, da mulher da cidade. Muitos criticam esses instrumentos chamados de cota, ou de percentuais, mas são eles que vão fazer a transformação.

De tal sorte que nós temos aí um crescimento quantitativo e qualitativo, que é a contribuição.

Todo mundo reconhece no discurso, mas na hora – por causa dos 30%, Deputadas Rita Camata e Fátima Bezerra – não havia mulheres; então, completa-se com homens, falseando-se a participação da mulher. Ou nem se estimula a participação da mulher.

O desafio revolucionário será o de colocarmos na lista preordenada, em primeiro lugar, mulheres, e, em segundo, homens, até o limite de quantidade de mulheres. Se tivermos uma lista de 50 ou 70 – São Paulo tem 70 Deputados –, e o partido indicar 25 mulheres, serão só 25 homens. O que acontece? Chega-se ao limite, não há mais mulheres, completa-se a lista com homens. E aí se muda o critério, no caso.

Então, temos um grande desafio. Sabemos que só a lei não resolve, mas ela já é um instrumento para preordenar. E eu pergunto aos quatro ou cinco Deputados que estão aqui se vamos aceitar que, em primeiro lugar, em todas as listas fechadas, venham as mulheres.

Vou levar esse desafio ao PT e peço a todos os Deputados que o levem aos outros partidos, para termos pelo menos 108 mulheres na próxima Legislatura.

Agradeço à Comissão de Direitos Humanos. Saúdo este seminário. Oxalá ele se multiplique antes da elaboração da legislação eleitoral! Isso porque, Deputada Fátima Bezerra – desculpe-me, estou falando muito –, nós corremos enorme risco. Corre por aí o seguinte dado, Lídice – permita-me assim chamá-la: “Vamos aprovar o mínimo da reforma político-eleitoral e depois discutir outras coisas”. E o que é o mínimo? Fidelidade partidária, que já está estabelecida, e financiamento público. Mas e os procedimentos de escolha, de participação da mulher, da juventude, de setores excluídos?

A Comissão de Direitos Humanos está solidária e quer participar, contribuir com o debate, porque, sem direitos da mulher, não há direitos humanos no Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Obrigada, Deputado Pedro Wilson.

Nós vamos desfazer agora a Mesa da solenidade de abertura, para dar início aos nossos trabalhos.

Agradecemos a presença aos Deputados Alcení Guerra, Pedro Wilson e Luiz Couto e à Senadora Serys Slhessarenko.

E registramos a presença da Deputada Sandra Rosado, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) do meu Estado do Rio Grande do Norte.

Registro também a presença do Deputado José Airton Cirilo, do PT do Ceará, que convido a permanecer no plenário – por favor, aproxime-se! –, do Deputado Rubens Otoni, Relator do substitutivo da reforma política em tramitação na Casa, e do Deputado Geraldo Resende.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, lembrando que serão duas Mesas de debate: uma agora pela manhã – faremos um intervalo na hora do almoço; e outra na parte da tarde.

A temática da primeira Mesa é Inclusão das Mulheres na Reforma do Sistema Político.

Convido para compor a Mesa, com muita alegria, a Sra. Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; a ilustre companheira Deputada Luiza Erundina; a Sra. Cristina Buarque, Secretária Especial da Mulher do Governo de Pernambuco; a Sra. Natália Mori, membro da Diretoria Colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).

Registro ainda, com muito prazer, a presença da Deputada Estadual Iraê Lucena, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) da Paraíba.

Registro também a presença de representantes da União Brasileira de Mulheres; da Ação da Mulher Trabalhista do Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Distrito Federal; do Setorial de Mulheres do PT do Distrito Federal; do Setorial de Mulheres do PT da Paraíba; da Coordenação Nacional de Mulheres do Partido Popular Socialista (PPS); e da Associação Lésbica Feminista de Brasília.

Sejam todas bem-vindas!

Bom, vamos começar o nosso debate.

O nosso debate vai começar com a Deputada Luiza Erundina, que representará a bancada feminina. Nós vamos conceder-lhe quinze minutos, com tolerância de no máximo cinco minutos, para termos tempo de imediatamente após abrir o debate com as Parlamentares e os demais presentes.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Deputada Fátima Bezerra, queridíssima companheira, baluarte da nossa luta em defesa dos nossos direitos, tantos políticos quanto humanos, sociais, individuais, etc.

É um prazer estar sempre com V.Exa. nessa luta, junto com o movimento de mulheres, sem o quê não teríamos a força necessária para compensar a desigualdade existente na Casa, pelo menos a desigualdade numérica entre homens e mulheres.

Saúdo a Sra. Ministra Nilcéa Freire, companheira de uma sensibilidade e de um compromisso real com a nossa causa que vão além da sua condição institucional e formal de Ministra. S.Exa. é militante como qualquer uma de nós, na defesa dessas causas.

Obrigada, Sra. Ministra, pela sua presença e pelo seu compromisso.

Saúdo também a companheira Natália Mori, do CFEMEA, constante parceira e aliada da bancada feminina, que reforça a nossa voz, a nossa fala, nesta Casa.

Saúdo a Sra. Cristina Buarque, companheira do Recife, Pernambuco, que todos admiramos pelo empenho e pela dedicação.

E saúdo todas vocês que para cá vieram dos mais distantes Estados da Federação.

Agradeço a presença aos Parlamentares homens. Se houvesse mais Deputados como V.Exas., que vieram aqui – basta pensar na fala de Pedro Wilson –, nós estaríamos muito bem servidas. Lamentavelmente, a diferença é muito grande entre posicionamentos como os de V.Exas. e de outros.

Esteve na Mesa também o Deputado Alcení Guerra.

E quero também cumprimentar as companheiras Parlamentares, igualmente comprometidas, empenhadas, batalhadoras dessas lutas.

E cumprimento todas e todos que nos honram com sua presença aqui.

Já tratando do tema A Inclusão das Mulheres na Reforma do Sistema Político, informo que tive a responsabilidade de apresentar – não por deliberação da bancada feminina, mas por ser a única mulher na Comissão Especial da Reforma Política, na condição de titular – a visão da mulher e as nossas reivindicações para a reforma política. E tivemos também a oportunidade de defender as questões que nos dizem respeito diretamente, em torno dessa questão, naquela Comissão Especial.

O projeto que saiu de lá é insuficiente, que toca parcial, artificial e superficialmente naquilo que precisa ser mudado no sistema político brasileiro.

O Sr. Deputado Alcení Guerra lembrava a inconveniência, as limitações do sistema político presidencialista. Dizia S.Exa. que há necessidade de repensar e de mudar, eventualmente, o sistema político do nosso País.

Eu abordo outras questões que estão, a meu ver, a reclamar mudanças profundas no Estado brasileiro, no conjunto das instituições que compõem o marco institucional do nosso País. A meu ver, o marco institucional está defasado em relação, inclusive, às transformações pelas quais a sociedade brasileira vem passando no curso das últimas décadas, pelo impacto de fatores externos, da realidade interna, algo que termina colocando as instituições defasadas como matrizes do funcionamento, da organização e da dinâmica dessa sociedade.

Eu lembro o impacto do processo de globalização econômica, o impacto das inovações tecnológicas, que terminam impactando a sociedade, tanto a nossa quanto a dos países submetidos a essa lógica da globalização econômica.

Eu lembro o programa de privatização do Governo anterior, que redistribuiu de forma mais injusta e mais desigual a riqueza produzida por nós brasileiros neste País.

Cito apenas três fatos, três fenômenos, que impactaram a estrutura social do nosso País, o que por si só já justifica, já coloca como necessidade real, uma transformação mais estrutural e mais estratégica do sistema político brasileiro.

E nós sabemos que a proposta de reforma política que saiu da Comissão Especial da Reforma Política e aquelas outras que estão sendo agregadas a ela simplesmente tratam de regras eleitorais, quando muito de normas partidárias.

Sabemos que, em se tratando de reformas eleitorais e partidárias, a cada eleição se faz uma lei nesta Casa, porque ainda não se enfrentou estruturalmente essa questão no bojo do sistema político do nosso País.

Portanto, ficar nesta reforma que saiu da Comissão Especial da Reforma Política é frustrar mais uma vez a expectativa da sociedade civil, embora o projeto aponte para algumas melhorias. Por exemplo: a lista preordenada, que, se devidamente implantada ou aplicada, guardando a proporcionalidade da representação do País, pode significar uma mudança.

Outro exemplo: o financiamento público de campanhas, se estiver devidamente articulado, tendo controle e fiscalização que evi-

tem o financiamento público com o financiamento privado escondido, fraudado. Existem esses riscos no financiamento público.

A fidelidade partidária é uma exigência desde sempre. Mas não se teve vontade política para implantar aquilo que a própria legislação atual já estabelece.

E o fim das coligações para a disputa de cargos proporcionais.

Essa é a proposta. Eu acho que acelerar a aprovação dessa proposta é quebrar a oportunidade de estimular o amplo debate com a sociedade sobre uma questão que é muito mais processo do que a definição, a votação e a aprovação de uma lei.

Aliás, a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, composta tanto por representantes Parlamentares quanto por representantes de entidades da sociedade civil, pensa e repensa a questão da reforma política como um processo, inclusive como um processo cultural, exatamente para quebrar as determinações culturais, os limites e as deformações do sistema cultural brasileiro que interferem no papel, no desempenho e na inclusão da mulher no Poder e na política do nosso País.

Portanto, mesmo que se venha a aprovar este ou aquele ponto desta proposta, não devemos simplesmente colocar as armas de lado ou nos desarmarmos. Nós temos de manter e estimular esse debate que se vem dando de forma muito vigorosa.

Há poucos dias, a Secretaria de Políticas para Mulheres promoveu encontro muito importante, com representantes de mulheres de dezessete partidos nacionais, exatamente para discutir a reforma política.

As Frentes Parlamentares se reeditam nas Assembléias Legislativas. No próximo dia 24 devo estar no Rio Grande do Sul, para um evento com a presença de Presidentes de Assembléias Legislativas, que também devem criar Frentes Parlamentares pela Reforma Política com Participação Popular em todos os Estados da Federação.

Como se vê, há potencial de mobilização da sociedade civil em torno de questão estratégica para a vida do País e para as transformações que reclama, até para se situar num patamar de modernidade e de atualidade. Lamentavelmente, o quadro institucional, pelas razões que eu já citei, está superado.

Quanto a nós, mulheres, naquele projeto da Comissão Especial de Reforma Política, eu incluí – na verdade, já havia apresentado antes, sob forma de lei – uma proposta de duas cotas. Propusemos uma cota de 30% dos recursos do Fundo Partidário, de que os partidos dispõem anualmente, destinados ao órgão que representa as mulheres nos seus respectivos partidos. E para transferência imediata. Não pode ficar nas mãos de tesoureiros – nós sabemos o que é ser tesoureiro, cuja maioria, nos partidos, é formada por homens.

Então, nós queremos que o repasse dos 30% seja feito diretamente ao órgão que representa as mulheres nos seus respectivos partidos, para que elas possam promover a sua capacitação política, desenvolver seminários e treinamentos, enfim, criar infraestrutura que permita se capacitarem para disputar em igualdade de condições com os homens.

Além disso, 30% do horário gratuito de rádio e TV, de que os partidos dispõem anualmente, para a participação das mulheres.

Agora mesmo, alguns partidos saíram com seus programas anuais, e não havia uma mulher participando, nem mulher com mandato. Então, mulheres não existem nesses partidos! Elas não aparecem.

Não estou falando de todos os partidos, mas de alguns, inclusive do meu, que não lembram que há Deputadas, Senadoras, Governadoras. Mas não aparece uma mulher no programa partidário anual.

Isso tem de ser resolvido, e tem de ser resolvido obrigatoriamente por meio de lei.

Nós queremos 30% do horário gratuito de rádio e TV, para que nós, mulheres, nos nossos partidos, definamos quem deve nos representar nesses programas.

E 30% de recursos do Fundo Partidário, para realmente suprimos a manutenção de nossas iniciativas e de nossas ações dentro dos nossos partidos.

Por último, a lista preordenada é um avanço. São poucos os países que ainda têm essa lista aberta, como a nossa, embora, de alguma forma, dentro dos partidos se exerça certa influência para predeterminar os primeiros ou, pelo menos, na destinação

dos recursos pelos partidos, o que termina privilegiando alguns em detrimento de outros.

Quando nós discutimos, na Comissão Especial da Reforma Política, apresentamos a proposta da alternância de gênero a cada três posições na lista preordenada. Lamentavelmente, a nossa proposta não foi acolhida pelo Relator.

As outras duas propostas foram relativamente acolhidas. Por exemplo: os 30% dos recursos do Fundo Partidário não correspondem a 30% do total dos recursos, mas a 30% dos 20% que se destinam às fundações. Cada partido tem uma fundação, que tem 20% dos recursos do Fundo.

Eles acolheram a proposta, mas reduziram a 30% dos 20% daquilo que se destina às fundações dos vários partidos.

E a proposta dos 30% destinados ao horário gratuito foi acolhida parcialmente – acolheram 20% em vez de 30%.

Mas, como começou com 20%, depois passou para 25% e para 30%, se nós conseguirmos pelo menos esse patamar, teremos subido um degrau. Nós não vamos nos satisfazer com ele; nós vamos nos lançar à luta, fortalecer a luta para alcançar outros patamares.

Porém, essas questões não são uma garantia de que estejamos adequada, justa e equilibradamente representadas nos espaços de poder, até porque nós somos mais de 50%, como já foi dito aqui, não só de mulheres, mas também de eleitores do nosso País.

E mais: nós temos de entender que aqueles 30% de vagas que nunca se preenchem são apenas uma conquista formal. É importante? Sim. Tem sido importante? Tem. Porém, é uma conquista insuficiente, é uma conquista formal, institucional, não é uma conquista real.

Essas duas cotas, se conseguirmos aprová-las, mesmo mitigadas como estão no processo de reforma política, darão certa efetividade a essa conquista dos 30%, que vai dar condições objetivas às mulheres para que se sintam mobilizadas a se lançar candidatas. E aí vamos exigir dos partidos tratamento diferenciado nessas questões.

Sra. Ministra, Sra. Presidenta, nossa companheira Fátima, demais companheiras da Mesa, também temos de convir que há Deputados que já nos ameaçam: se não preenchermos aqueles 30% – não são os novos, mas “aqueles” –, ameaçam trazer de volta para eles a margem de diferença de quem não conseguir preencher os 30%.

E não é fantasia da nossa cabeça. Na Legislatura passada, um Deputado de Pernambuco apresentou projeto de lei que estabelecia isto: se os partidos não conseguirem preencher os 30%, a margem de diferença será preenchida por homens.

Nós brigamos, esperneamos, gritamos e não permitimos que aquele projeto de lei fosse aprovado. Mas é um risco real que existe numa casa machista, predominantemente constituída de homens. Mas não é só porque é constituída por homens e, sim, porque são homens machistas, com raras e honrosas exceções, sobretudo daqueles que se encontram aqui, que têm testemunho de vida e já provam o quanto são feministas.

Acho que já fui além do tempo que me foi concedido.

Quero dizer apenas que me dá muita esperança encontros como este e outros. E, a meu ver, este ano é particularmente importante para a nossa luta, com a realização das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional, todas elas centradas no tema da participação política da mulher, para a correção das distorções e das enormes desigualdades que existem no Brasil, sobretudo da exclusão da mulher do Poder, da participação política, da ocupação de espaço de poder na sociedade.

É isso e também a nossa participação na Mesa Diretora da Casa. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 590, de 2006, propõe que seja garantida uma vaga na Mesa Diretora do Poder Legislativo, que já tem 180 anos, mas nunca uma mulher ocupou vaga nesse espaço de Poder da Casa. E mais: a única mulher, como lembrou o nosso companheiro Pedro Wilson, candidata a um cargo de suplência – não era nem a cargo de titular –, pertencia a uma chapa que ganhou a eleição e elegeu todos os homens, inclusive os suplentes, menos ela, uma excelente companheira: a Deputada Maria do Carmo Lara.

Vejam que a boa vontade fica no discurso, na retórica. “Na hora do vamos ver”, ou conquistamos com as próprias mãos, com a própria mente, com o próprio coração e arrancamos aliados nossos, homens, ou vai ficando cada vez mais difícil.

Muito obrigada. Desculpe-me, Deputada, por ter excedido o tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Obrigada, Deputada Luiza Erundina. Como sempre, traz a sua importante contribuição, com a reflexão lúcida e muito consistente sobre esta temática.

Antes de passar a palavra à Sra. Natália, que representa os movimentos sociais, o CFEMEA, quero registrar com muita alegria a presença entre nós da Deputada Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul. Seja bem-vinda!

Com a palavra Natália Mori Cruz, representante do CFEMEA.

A SRA. NATÁLIA MORI CRUZ – Obrigada, Deputada.

Bom dia a todos!

Gostaria de agradecer o convite para a nossa participação. O CFEMEA foi convidado desde o início, nas primeiras reuniões da bancada feminina deste ano, junto com o gabinete da Deputada Fátima Bezerra, para ajudar na construção desse importante ciclo de debates. Essa é outra programação que a bancada feminina quer “tematizar”.

Então, gostaria de agradecer pela oportunidade de dialogarmos e de trazermos um pouco do lugar e da fala dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos feministas.

Quando eu começo a falar sobre participação política, gosto de lembrar que esse tema é um dos mais desafiadores para os movimentos de mulheres e para os movimentos sociais em geral. No Brasil, a representação política está aquém: é um dos piores países, em termos quantitativos da participação política feminina – é o 107º no ranking mundial, perdendo para o Haiti e para outro país, dentre todos os países das Américas. Então, essa questão é de fato desafiadora, se pensamos em igualdade de gênero, se pensamos em igualdade entre homens e mulheres; e se extrapolamos e pensamos em igualdade racial, na participação

da juventude, enfim, na má distribuição de classes que existe neste País.

Nesse sentido, precisamos radicalizar e extrapolar as dimensões do que é política neste País. A Deputada Luiza Erundina e o Deputado Alceni Guerra falaram sobre a importância de pensarmos em mudanças no sistema político para além de uma reforma que busque algumas mudanças superficiais na vida partidária ou no processo eleitoral.

Nós dos movimentos feministas temos a necessidade e a obrigação de extrapolar essas noções e de pensar a política como a forma de exercer a ação coletiva de quem quer buscar a transformação deste País.

Dessa forma, queremos extrapolar os limites dessa ação para além da democracia representativa, para além da ocupação individual de cargos ou dos esforços das nossas companheiras dos partidos políticos, no espaço da democracia formal e representativa. Para os movimentos feministas, a participação política também se dá nos movimentos sociais, nas possibilidades de exercer controle social – já que estamos falando em ano de Conferências de Políticas para as Mulheres – e na democratização das relações íntimas, com a quebra da dicotomia entre o mundo público e o mundo privado, porque sabemos que isso gera discriminação em relação às mulheres, em qualquer espaço e âmbito da sociedade, seja no mundo do trabalho, seja no mundo da participação política, seja no mundo da organização sindical.

De que forma as mulheres poderão se dedicar a exercer outra atividade, se a sobrecarga das atividades domésticas recai sobre elas como obrigação natural, sem a contrapartida dos companheiros, da família e do Estado? Por exemplo: ainda é preciso falar em creches, um direito constitucional que na realidade não existe, ou está muito aquém das necessidades.

Enfim, todas essas dimensões devem ser incorporadas do ponto de vista dos movimentos feministas.

Também gostaria de lembrar que os movimentos feministas têm tido forte protagonismo nas discussões sobre mudanças políticas, desde as sufragistas, que começaram a lutar pelo direito ao voto e por todos os direitos políticos e civis que estamos con-

quistando; desde o processo da Constituinte, em que a ação política, o exercício da política, tornou-se um direito; desde a luta das mulheres nos partidos políticos, com a qual conseguiram, em 1996, uma pequena mudança na Lei Eleitoral de 1997, para a garantia das cotas.

Então, os movimentos de mulheres vêm participando desse debate para dizer que a democracia, sem a participação das mulheres, não é democracia. Nos últimos dois ou três anos, vários grupos e movimentos sociais começaram a pensar numa proposta, numa plataforma de sistema político com real participação, cidadania e justiça. Esse documento foi entregue hoje pela manhã aos presentes: é a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

As organizações feministas, os movimentos de mulheres têm apostado muito no diálogo com os demais movimentos sociais. Concordamos com a necessidade de pensar em como fazer política, bem como em quem exerce política, onde se exerce política e quais os mecanismos de controle para o exercício da política. Por isso, falamos em sistema político, em mudança desse sistema, e não apenas em reforma partidária ou reforma eleitoral.

Dentre as propostas pensadas para essa Plataforma dos Movimentos Sociais, são cinco os principais desafios: o aprimoramento da democracia representativa; o fortalecimento da democracia participativa, de toda a dimensão da democracia direta também; o fortalecimento de mecanismos como plebiscito, referendo, iniciativa popular; além do eixo voltado para a questão da comunicação e do Poder Judiciário.

É importante lembrar que esses dois últimos têm sido os mais desafiadores para os movimentos sociais, para pensarem como a política precisa estar democratizada nessas duas esferas.

Com relação às ações afirmativas, que também acompanhamos e defendemos no processo da democracia representativa, é importante resgatar a fala da Deputada Luiza Erundina, porque ela foi verdadeira batalhadora nesse projeto de reforma política que está hoje na Ordem do Dia do plenário, das ações afirmativas que lá estão, desde os 6% do Fundo Partidário, ou 20% dos 30% – é claro que, em concordância com a Deputada, nós

pleiteávamos muito mais, mas foi o que se obteve – até o tempo de propaganda na TV, para fortalecer a participação política das mulheres. Enfim, mudanças que permitem uma transformação, não só no momento da eleição, mas também durante no cotidiano da vida partidária.

Nós também achamos que está aquém o que consta do texto do projeto de reforma política, mas com certeza permite alguns debates e reflexões em torno da igualdade entre homens e mulheres, entre negras e negros etc.

Um dos temas que nós temos pautado é o da necessidade de pensarmos na política de forma paritária. Alguns Deputados também já falaram sobre isso. Nós achamos que o mecanismo de cotas é fundamental para trazeremos a dimensão do debate. É uma conquista formal, mas foi o que as mulheres dos partidos políticos conseguiram incluir na legislação eleitoral.

Hoje em dia nós achamos que, em relação à falta de interesse público comum de participação das mulheres, precisamos extrapolar, radicalizar. Nesse sentido, temos defendido a paridade, por exemplo, na formação de listas fechadas, já que somos mais da metade da população, com a observância dos critérios raciais, “geracionais” etc. Mas para as mulheres e para os homens.

Acho que foi o Deputado Pedro Wilson que falou nas mulheres negras e nas mulheres indígenas. Mas temos de falar também dos homens negros, dos homens indígenas, de todo mundo. Com essa diversidade, pegamos uma parte, dividimos entre grupos e minorias, e os homens brancos da elite, heterossexuais etc. continuam detentores de mais da metade desse poder. Então, é preciso democratizar em todas essas dimensões.

As questões da paridade e da lista preordenada nós defendemos junto com o financiamento público exclusivo de campanha, com fidelidade partidária etc.

O financiamento público urge. É superimportante se queremos pensar em formas de equalização do acesso a recursos do Fundo Partidário, para além de combater corrupção, para além das questões apresentadas para a defesa do financiamento público.

Tempo de TV e propaganda em rádio, recursos do Fundo Partidário, enfim, são exemplos de ações afirmativas que nós defendemos.

Sobre o sistema de votação, que vamos discutir à tarde, temos pesquisado estudos e alguns dados de outros países para saber se a votação distrital é boa ou não para as mulheres; se tende a selecionar uma pessoa do distrito que tem maior influência — raramente vão ser os grupos que não têm acesso a esse lugar. Então, as votações proporcionais parecem ser mais justas e equalizadoras da participação das mulheres.

Enfim, resumimos uma série dessas propostas.

Vale dizer também que um pouco do debate que estou trazendo tem sido alvo de reflexão no âmbito da Articulação de Mulheres Brasileiras, que, pela minha representação, integra a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular.

E nós temos escolhido algumas propostas, como a de lutar contra o clientelismo e a corrupção no sistema; igualar, por meio da discussão sobre paridade, o índice de participação política entre mulheres e homens; garantir cotas em partidos para a distribuição dos recursos de financiamento das campanhas e distribuição de horários na propaganda partidária; lutar por votação em lista partidária preordenada, com alternância de sexo, por fidelidade partidária e limitação do número máximo de mandatos, por financiamento público exclusivo de campanha; divulgar amplamente as críticas e os riscos do voto distrital para a participação das mulheres e dos outros grupos sociais sempre excluídos do Poder; nas lutas por cotas incluir proposição punitiva em relação ao não-cumprimento das cotas — essa também é uma questão que não existe, ou seja, não há punição para os partidos que não cumprem essa cota; cobrar responsabilidade dos partidos na promoção da participação das mulheres internamente; apoiar a participação política das mulheres também por dentro dos partidos; e problematizar as prerrogativas do Senado.

Vale ressaltar ainda que, independentemente de o projeto ser votado aqui, de ter tramitado aqui ou não, os partidos podem assumir posicionamentos sem ter de esperar por alguma mudança legal. Então, cabe aí o desafio de pensar em formas reais de

contribuição dos partidos. Por exemplo: todo partido que acha que as mulheres têm de ser parte integrante da sua ação política deveria defender, no mínimo, a garantia de creches públicas em seus Estados, porque a dimensão do peso doméstico não vai ser tão facilmente resolvida sem políticas públicas, a exemplo de restaurantes e lavanderias comunitários, se também não forem problematizadas.

Para finalizar, eu gostaria de fazer duas referências. A primeira é sobre a elaboração do relatório Democracia na América Latina, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que fez uma pesquisa com todos os latino-americanos.

O relatório aponta para a necessidade de pensarmos a democracia dos pontos de vista social, político e econômico. Também mostra que as latinas e os latinos, apesar de todos os países terem passado por momentos de redemocratização muito recentemente – vinte e poucos anos, ou mais do que isso –, com o fim dos regimes ditatoriais, apontam alguns desafios, dentre eles o da necessidade de pensar a questão do desenvolvimento econômico e as desigualdades sociais. Eles dizem que esse tema tem de ser realmente trabalhado, ao ponto de estarem dispostos a voltar a regimes autoritários se estes regimes democráticos não derem conta das iniquidades. E a América Latina é campeã do mundo em termos de desigualdades sociais e de concentração de renda.

Gostaria de encerrar resgatando o pensamento de uma francesa feminista, Françoise Collin, manifestado em 1992: segundo ela, pensar em novos sujeitos recém integrados a participações de cidadania, pensar no tema das mulheres, na conquista do direito ao voto em 1932, enfim, em grupos que recentemente se integraram ao processo de cidadania, não significa apenas adicionar demandas, mas repensar a democracia e os processos juntamente com as demandas desses grupos.

Acho que este é o desafio dos movimentos feministas: mudar a cara, a forma como se exercem política e poder neste País.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Queremos registrar a presença aqui da Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre. Seja bem-vinda!

Vou passar a palavra à pesquisadora Cristina Buarque, da Fundação Joaquim Nabuco, que atualmente está à frente da Secretaria Especial da Mulher, do Governo de Pernambuco.

E convido a Deputada Rita Camata a coordenar os trabalhos, tendo em vista que terei de sair para dar uma entrevista.

A SRA. CRISTINA MARIA BUARQUE – Bom dia a todos os presentes.

Saúdo a Presidenta da Mesa, Deputada Rita Camata; a Deputada Luiza Erundina; a nossa querida Ministra Nilcéa Freire; as companheiras do feminismo; Natália; as Deputadas e os Deputados presentes.

Trago o agradecimento da minha Secretaria como um todo, por estar aqui participando deste Seminário promovido pela bancada feminina do Congresso Nacional, em articulação com essas quatro Comissões. Até mesmo porque as Secretarias Estaduais de Mulheres também dependem do Congresso Nacional para implantar políticas públicas para as mulheres.

Eu gostaria de contribuir com este importante debate trazendo a reflexão sobre democracia, poder e feminismo. Dessa forma, poderemos trazer para a questão da reforma política a presença das mulheres, tema deste debate, como foco.

Hoje se fala em reforma política. No tempo em que eu era estudante universitária, falava-se em revolução, para transformar o político. Hoje, nós estamos vivendo outro momento: o momento da grande discussão do político. Se ela é apresentada de forma medíocre por setores da sociedade; se ela é apresentada de forma brilhante; se ela é apresentada de forma avançada, o fundamental é que este é o grande momento para a discussão do político.

E concordo com a Deputada Erundina quando diz que não devemos nos apressar agora, para fazer de qualquer jeito. Vamos fazer esse debate sobre o político.

O Brasil discute políticas públicas o tempo inteiro. Isso não significa que tenha obtido grande sucesso, mas já houve. É preciso acompanhar esse debate sobre as políticas públicas a partir do debate sobre o político, neste momento fundamental para os seres humanos, para as cidadãs e os cidadãos.

O momento da reforma política é este, no momento em que todos abraçamos a democracia como forma de governo. Não a democracia como algo estático, no formato em que está agora, mas como algo estratégico para alcançarmos igualdade, justiça social e felicidade. Felicidade também. Por que não dizer? É o que todos nós queremos, sem pieguice. Porque passou a ser pieguice falar de felicidade. Isso não é possível!

Então, o momento de discutir o político, o momento da reforma política é este.

A reforma política discute o poder, discute a democracia. E, para nós mulheres, discute o feminismo. E para nós mulheres, como inventoras desse pensamento político e dessa ação política que é o feminismo.

No entanto, não significa que esse feminismo sirva a nós mulheres apenas. O nosso feminismo é uma proposta de transformação da cultura patriarcal, da cultura paternalista, da cultura sexista e da cultura racista de que o Brasil é um grande representante, por ter-se fundado a partir de Portugal, acabando com os índios, escravizando os negros, tendo perspectiva homofóbica, muitas vezes.

É muito importante que enveredemos por novos caminhos, novas discussões, nessa reforma política.

Eu entendo a democracia, nessa perspectiva estratégica, como espaço dialético de tensões entre incluídos e excluídos – ou incluídas e excluídas, mas eu prefiro dizer mesmo no masculino, de propósito agora, sem nenhum erro político na terminologia.

Se fizermos uma revisão para saber quem é mais excluído, que segmento da sociedade é mais excluído desse espaço de tensão da democracia, veremos que são as mulheres, tradicionalmente, sejam negras, sejam índias ou brancas. Essa tensão entre incluídos e excluídos também tem sua confusão aqui dentro. Nem todo mundo participa igualmente, de forma isonômica, dessa tensão. As mulheres é que participam com menos direito a estar dentro desse espaço onde se dá essa tensão.

Essa tensão existente entre inclusão e exclusão, dentro da democracia, é dialética e estratégica para podermos avançar. E ela se apresenta nas três formas de democracia de hoje consideradas,

seja pela teoria política, seja pelas pessoas do campo político institucionalizado, seja pelos movimentos sociais. São elas: a democracia representativa, a democracia participativa e a democracia direta. Essa tensão está nas três. Não está na democracia representativa apenas; está nas três.

Essas três formas de democracia convivem na sociedade brasileira hoje. Não é um sonho a democracia participativa; ela existe. Não é um sonho a democracia direta; ela existe. Ela não existe de forma isonômica. Essa é a grande questão. Não existe isonomia entre a democracia participativa, a democracia direta e a democracia representativa.

Contudo, seria muito injusto com nós mesmas e com nós mesmos, que tanto batalhamos para transformar este País, dizer que este País só funciona à base da democracia representativa hoje. Não. Nós temos, no campo da democracia participativa, os conselhos, que não são nenhuma maravilha do mundo, mas poderão ser. Estão em formação, estão em construção. Estamos em aprendizado com relação a isso. Temos as conferências, fantástico instrumento. As mulheres hoje estão nessa confusão desde março deste ano, outra vez, para consolidá-las. Precisamos fazer o conselho conversar com as conferências, com os Planos Plurianuais (PPAs), com as Assembléias, com o Congresso e com as Câmaras Municipais.

E nós temos plebiscitos, a iniciativa popular e o referendo. E na democracia representativa, temos avanços, sem dúvida alguma. Por mais que nos indignemos ainda, dizendo que essa democracia não é legal, que há isso, que há corrupção, tudo que é menos legal nessa democracia representativa é a discriminação com as mulheres. Essa é a sua grande mancha.

Nós acreditamos, sem dúvida nenhuma, que se, nessa democracia representativa, as mulheres fossem 50% da representação, ela não poderia, por dinheiro nenhum, ser igual ao que ela é hoje. Haveria um espaço de inclusão a partir do qual não precisaríamos ficar na angústia de dizer que as mulheres para ocupar esse espaço têm que ser perfeitas, pensar em igualdade, em justiça, em não sei o quê. Isso é gasto de tempo, para não dizer que

é um alibi para não construir essa participação das mulheres na democracia representativa.

Esse elemento precisa ser entendido. É preciso perder o medo, como me disse minha querida Deputada Erundina, em Pernambuco, em 2004, quando abriu o projeto Mulher e Democracia: “É preciso que as mulheres deixem de ter medo do poder”. E não são as mulheres individualmente, mas as mulheres nas organizações, nos movimentos sociais, dentro dos partidos, dos sindicatos. Não é só o indivíduo. Essa questão com o poder precisa ser resolvida e entendida, para se perder o medo.

Não é preciso escolher tanto essa mulher para ser da democracia representativa, minha irmã. Ela tem equivalência com o que está acontecendo dentro da democracia participativa, do Orçamento Participativo, onde há a mesma tensão, a mesma briga. E não se pode dizer que na representativa estão os partidos e na participativa não estão. Eles estão lá também. Estão os partidos A, B e C brigando pelo Orçamento Participativo, dentro do bairro, dentro do Estado. E na democracia direta, no plebiscito, também estão. As mulheres é que não estão na democracia representativa. Temos que mudar isso.

Estou completamente de acordo com todas as propostas apresentadas aqui antes e com as críticas feitas pelas Deputadas, pelo Deputado, pela companheira do CFEMEA, mas acho que temos que discuti-las mais a fundo. Temos que discutir essa questão da isonomia entre as formas de democracia, para compreendê-la; discutir a participação dos partidos nas três formas de democracia: em uma, dando acesso direto, na representativa – eles são o veículo para trazer os representante para cá –; nas outras, indireto – mas em todas estão presentes.

A discussão com os partidos é fundamental. As mulheres são muito acanhadas na hora de discutir e brigar com os partidos. É preciso brigar com eles. Eles são profundamente hierárquicos, e nós temos dificuldade dentro dessa hierarquia. Os partidos são profundamente inflexíveis, em determinados interesses, e, como diz o ditado popular, a corda quebra do lado mais fraco. E a corda quebra, na hora da decisão, do nosso lado. Não seremos nós

as primeiras da fila, porque a corda quebra com mais facilidade do nosso lado.

É preciso enfrentar essa discussão no partido, reconhecendo que o partido é um instrumento fundamental para a democracia representativa e, portanto, tem que nos dar a chance de estar dentro dele, e não nos tratar o tempo todo como antigamente, como simples tarefeiras, ou apenas como alguém que não é tarefeira e eventualmente pode ser protagonista. Isso não se dá só nos partidos de esquerda ou de direita, ou nos partidos da América Latina, ou nos partidos da Europa, mas nos partidos com um todo.

Mas se nós entendemos que ele é o veículo da democracia representativa, temos que enfrentar uma discussão muito mais séria com eles. E quem nos permite, ideologicamente, do ponto de vista das mulheres, esse enfrentamento, sem perder a perspectiva de justiça social, de transformação da cultura, de justiça econômica, também, eu acho que é o feminismo. Ideologicamente, é ele que nos dá essa base para discutir com o partido, instituição com o qual muitas vezes eu concordo do ponto de vista da justiça social, mas não concordo do ponto de vista da justiça de gênero; do ponto de vista da homofobia que existe lá dentro, porque sua hierarquia necessita que ele seja homofóbico. Para ele deixar de ser homofóbico, tem que deixar de se hierárquico.

Comecei a falar, me animei e perdi até a arrumação que eu havia feito aqui para nós.

Penso que, quanto a essas questões que trago – e nos facilita um pouco pensar a democracia como espaço de tensão –, o poder, na perspectiva de Hanna Arendt, quando ela diz que o poder corresponde à habilidade humana não só de agir, mas de agir em forma de concerto, não é algo individual, não é uma qualidade nem uma característica do indivíduo. O poder é algo construído num coletivo. Quando dizemos que alguém está no poder, esse alguém foi empossado por um coletivo. Quando esse coletivo não está unido, ele se quebra.

Para ela dizer que o poder é isso, e é uma visão de poder diferente, ela distingue justamente poder de força, de vigor – vigor como uma característica individual. Eu posso ser uma pessoa vigorosa,

ela pode ser uma pessoa vigorosa, mas essa é uma característica que se apresenta no caráter. Não é a mesma coisa do poder. E ela distingue também poder de força. Ela diz que força, do ponto de vista terminológico, podemos usar muito mais no sentido de uma energia das forças da natureza e, no nosso caso, dos movimentos sociais. Os movimentos sociais têm a força. E distingue ainda de autoridade. Acho que isso interessa fundamentalmente a nós, mulheres, para a nossa inclusão nessa reforma política. Ela diz que a autoridade é aquela forma em que se é obedecido sem precisar nem da persuasão nem da coerção, pelo lugar em que se está no mundo. E é essa a grande autoridade do masculino até hoje.

Por isso é tão complicado pensar nas mulheres como primeiras da fila, porque a autoridade daria aos homens o lugar de primeiros da fila, dentro dessa cultura.

E, por fim, ela discute a questão da violência não como poder, mas como algo instrumental, algo que se usa e para o que são necessárias as armas e muitos outros elementos. Não faz parte do histórico do feminismo “desierarquizado” o uso de violência, seja de que tipo for, para transformar a sociedade e a cultura. É muito interessante quando pensamos assim.

Tudo o que se propõe, no momento, dentro da reforma política, com relação às mulheres, tem um sentido de ação afirmativa. Isso nós precisamos aprofundar mais – e não quero dizer que não seja profundo. Na discussão fica muito claro para todos e para todas que é preciso, sim, a ação afirmativa para mudar a cultura política. Não vai ser essa democracia de jeitinho que resolverá o problema. Não, é preciso criar lista fechada com alternância de sexo. Isso é uma ação afirmativa em favor da paridade. E todas as outras são de interdição, para não roubar, para não sei o quê, para não sei o que lá. Ou seja, estamos angustiados com uma situação que se apresenta hoje, então criamos as interdições.

Estamos esperançosos em transformar a sociedade e apresentamos propostas afirmativas, seja para o segmento das mulheres, seja para segmentos que trabalham com as questões raciais, seja para segmentos que trabalham com as questões da sexualidade das pessoas.

Para concluir – há muito para falar ainda, mas acho que é bom não fazê-lo –, quero dizer que essa reforma política deverá ajudar-nos a discutir a isonomia entre as três formas de democracia hoje reconhecidas, para articulação. E essa articulação se dará na medida em que cresçam e se desenvolvam aqueles elementos que nós já temos construído na prática: conferências, referendos e plebiscitos.

Muito obrigada. Desculpem-me por ter tomado tanto tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rita Camata) – Agradeço à Sra. Cristina Buarque a exposição, dizendo-lhe que quero alteração também e ser a primeira da lista. Chegamos a um ponto que temos de ser arrojadas nessa luta.

Sra. Ministra Nilcéa, gostaria muito de estar vivendo a fase que a Espanha está vivendo. Lá a igualdade está não só no Poder Público, mas também na iniciativa privada. Temos de começar a dar passos largos e muito consistentes, devido a toda a nossa contribuição na trajetória cultural e política do País. Nosso País é machista? É, mas cabe a nós continuar quebrando esse machismo.

Com muita alegria, passo a palavra à Sra. Ministra Nilcéa Freire, para suas considerações. S.Exa. disporá de quinze a vinte minutos para sua exposição.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE – Obrigada, Deputada Rita Camata. É um prazer estar aqui. Vou procurar ser absolutamente breve.

Cumprimento as companheiras da Mesa, Sras. Natália Mori, Cristina Buarque, a nossa querida Deputada Luiza Erundina, com a qual começamos o diálogo em 2005 para tratar do tema reforma política. Hoje, estamos vislumbrando efetivamente a possibilidade de grande mobilização nacional das mulheres, dizendo que querem influir positivamente nesse processo de reforma.

Agradeço às Comissões e à bancada feminina nesta Casa o convite para vir a este evento, cumprimentando-as pela convocação deste seminário, pelo fato de estabelecerem esse ciclo de palestras, uma vez que com isso acumulamos discussões que possibilitarão tratar do tema de maneira mais consistente e mais profunda, na II Conferência Nacional, encontrando soluções importantes.

Enquanto a Cristina falava, eu pensava em alguns pontos. Devo dizer aos presentes que me encontro aqui com os olhos quase fechando de sono, devido ao atraso do avião; cheguei na cidade à 1h30. Tentei dormir no avião, não consegui e perdi sono. Quando cheguei a casa, liguei a televisão e verifiquei que passava um filme antigo chamado Pra Frente Brasil. Vim para a Câmara dos Deputados com a boa sensação de viver na democracia. Contudo, precisamos completar o processo de consolidação da democracia brasileira, incluindo de forma definitiva as mulheres na nossa democracia e na sua representação máxima, a representação congressional.

Lembrava-me, ao vir para cá, da recomendação que o Papa fez ao sair do Brasil, na sua viagem de retorno: as mulheres precisam retornar ao lar, senão as famílias, os filhos, continuarão abandonados. Entendi que tinha tudo a ver pensar nisso durante o seminário que realizamos hoje.

Ao convocarmos a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres para este ano, nós da Secretaria da Mulher e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por se tratar de conferência que tem como objetivo avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elegemos como tema político central dessa conferência a discussão sobre a participação das mulheres nos espaços de poder em nosso País.

Evidentemente, esse tema se apresenta a nós o tempo todo. Entendemos que era preciso provocar uma discussão sistemática em todo o Brasil sobre a participação das mulheres nos espaços de poder, obviamente mirando na reforma do sistema político brasileiro, como tema que emerge da sociedade, necessário ao avanço e à consolidação da democracia no País. Então, esse foi o tema escolhido. E já está sendo discutido nas conferências municipais.

Para apresentar aos presentes um balanço do que aconteceu, até o dia 10 de maio – último balanço que fizemos –, 1.390 Municípios brasileiros já estiveram envolvidos na conferência, contabilizando cerca de 160 mil mulheres nesse processo de mobilização e de discussão.

Isso é uma alegria, porque na I Conferência Nacional reunimos, em todo o processo, 120 mil mulheres. Agora, só até o dia

10 de maio, no processo de conferências municipais, 1.390 Municípios, isoladamente ou nas conferências regionais – e trata-se de achado, já que muitos Municípios pequenos têm-se reunido –, têm tratado do tema. Assim, em todos os Estados, em todos os cantinhos do Brasil, as mulheres estão discutindo a sua participação no poder, nos espaços de tomada de decisão, e avaliando a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O Brasil, conforme mencionou a Natália, leva tombo quando se trata da representação da mulher nos espaços de poder, em especial no espaços formais de representação, como o é o Congresso Nacional, em qualquer ranking internacional. O último ranking, realizado no Fórum Econômico de Davos, que já realiza pelo segundo ano consecutivo análise do gap de gênero, avaliou 170 países. O Brasil até que estava bem na foto, em alguns quesitos, mas, quando chegou ao quesito de participação das mulheres no poder, levou um tombo e ficou abaixo de muitos países africanos e latino-americanos. É vergonhosa a nossa posição.

Digo sempre que se trata de paradoxo, porque as mulheres estão presentes em todas as dimensões da vida nacional, de maneira muito importante. Não há um movimento social, não há um movimento de transformação neste País que não tenha o coração e a mente das mulheres brasileiras. No entanto, na hora de se fazerem representar, as mulheres são absolutamente sub-representadas em todos os espaços de poder, não só no Congresso Nacional.

No âmbito do Poder Judiciário, por exemplo, temos de comemorar as últimas designações aprovadas pelo Congresso Nacional. Contabilizamos agora doze Ministras nos tribunais superiores brasileiros, com a designação recente de duas Ministras para o Superior Tribunal de Justiça.

É evidente que isso não acontece à toa. Todas as palestrantes já mencionaram as razões pelas quais essa representação se dá desta maneira. Mas queria mencionar aspecto extremamente importante.

Faço sempre uma analogia entre a representação nos espaços formais de poder e nos espaços acadêmicos, que teoricamente deveriam ser espaços muito democráticos, mas há um código

nesses espaços, construído pelos homens, porque eram espaços dedicados e compostos apenas pela masculinidade.

Esse código faz com que os comportamentos e atitudes sejam compreendidos entre o conjunto masculino desses espaços, e, portanto, as mulheres devem aprender esse códigos, pois é imposto a elas, de certa maneira, um comportamento segundo esse mesmo código. Quando elas se rebelam e não se comportam segundo o código, elas são automaticamente excluídas e apartadas da convivência e do espaço de discussão. Isso se dá nos partidos políticos, se dá na academia.

Então, ou nos apossamos e nos apropriamos dos códigos para transformá-los, ou seremos permanentemente excluídas, expulsas dos espaços de discussão. Por mais que nos apropriemos, do ponto de vista cognitivo, desses códigos, não nos apropriaremos do ponto de vista de conduta, porque há condutas estabelecidas que não são próprias das mulheres.

Vou relatar uma conversa com a ex-Deputada Laura Carneiro, numa das últimas vezes que a ex-Deputada veio a Brasília. Nós nos encontramos no aeroporto, e ela me dizia: “Pois é, Ministra, é duro! Fico pensando nas companheiras que estão chegando ao Congresso Nacional, porque é duro fazer-se impor e ter espaço no Congresso, sendo mulher”. E ela mencionou uma coisa que achei muito interessante, absolutamente simples e corriqueira, mas em que não costumamos pensar: na hora em que os homens se reúnem para beber juntos, nos encontros que eles fazem, as mulheres não são convidadas, não participam. E esses encontros são suprapartidários. Ali se fazem alianças absolutamente sólidas, em alguns aspectos, e as mulheres ficam fora. Eu acho que é importante termos clareza da necessidade de romper com esses códigos. E não preciso mencionar o exemplo da Deputada Cida Diogo, nos episódios tristes que aconteceram na semana passada, para reafirmar a necessidade de quebrar e de romper com esses códigos de conduta que autorizam aos homens determinados comportamentos, sobretudo lhes autorizam excluir as mulheres da participação real, mesmo quando elas foram eleitas, são detentoras de um mandato parlamentar.

Apesar de serem detentoras igualmente de um mandato parlamentar conferido pelo eleitorado, pela sociedade brasileira, não há mulher na Mesa Diretora da Casa, por exemplo.

Mas além de participar, quando convidadas, de todos os seminários, de todas as discussões sobre esse tema, estamos nos preparando para o momento maior da Conferência Nacional, onde esperamos reproduzir – as queridas Deputadas que nos desculpem a pretensão, mas é o que estamos querendo, com a colaboração de V.Exas. – um momento que foi extremamente importante, o da Constituinte, quando as mulheres, de maneira organizada, conseguiram escrever na Constituição brasileira o princípio da igualdade. Essa é a nossa expectativa: reproduzir isso na Conferência Nacional e sair dela com uma agenda de mobilização.

Como estamos trabalhando? Na semana passada – a Deputada Luiza Erundina mencionou isso –, reunimos as instâncias partidárias de mulheres. Para nossa alegria, dos 28 partidos registrados, 16 atenderam ao nosso convite. Todos os grandes partidos estavam presentes. Temos aqui várias companheiras das instâncias que estavam presentes na nossa reunião, concluída de maneira absolutamente consensual. Foi um debate importante no qual as divergências e as diferenças em outras matérias foram deixadas de lado, e o que importou foi a participação das mulheres no poder.

Foi tomada a decisão de constituição de um fórum multipartidário. Há uma executiva desse fórum. Esse fórum passa a funcionar com o fim encaminhar a mobilização das instâncias para dentro dos partidos, no sentido de influir no processo de reforma política.

Depois de amanhã, três representantes do fórum irão ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher levar as decisões desta reunião. O Conselho está agendado para isso. E vamos costurando esse processo de mobilização.

Estão aqui a Regina Perondi, do PMDB; a Teresa Vitale, do PPS; a ex-Deputada Teté Bezerra; todas estavam na reunião. Enfim, tivemos representantes do Partido da Social Democracia Brasileira

(PSDB), do PT, do PCdoB, do PSB, do Partido da República (PR), de muitos partidos. A reunião foi um sucesso.

Por fim, Deputada Rita Camata, eu tinha escrito aqui que ando muito inspirada na Espanha. Digo inspirada para não dizer invejosa. Mas é a boa inveja. A inveja boa não é pecado. E também já tenho tantos outros pecados que não seria esse que iria piorar minha situação. Bom, tantos pecados à vista de alguns; à vista de outros meus pecados são virtudes.

A Espanha promulgou recentemente a chamada lei da efetiva igualdade. Quando li o nome, disse: “Isso é exagero de espanhol, mesmo. Espanhol tem que ser aquela coisa do ‘efetivo’, não bastava ser lei de igualdade”.

Depois, lendo toda a lei, entendi a necessidade do “efetivo”, porque a igualdade formal, igual à nossa, está lá na Constituição. Agora, é preciso efetivá-la através de medidas políticas que se dirijam não só aos governos, mas a toda a sociedade, implicando dirigir-se também à iniciativa privada.

Deputada, essa inspiração, essa inveja, temos de amadurecer até a nossa Conferência, porque de repente podemos sair dela pensando em costurar uma lei da efetiva igualdade no Brasil. Acho que esse pode ser um caminho para que efetivamente este Brasil seja de todos e de todas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rita Camata) – Bem-vinda essa inveja! E que isso contagie todo o Governo Lula e a sociedade brasileira.

Agradeço à Ministra as suas contribuições a este Fórum.

Registro, com muita alegria, a presença do Deputado Sebastião Rocha, do PDT do Amapá. Bem-vindo. Que nós possamos, nesta Casa, trazer também os homens para essas discussões. Fazer o dever de casa não só nos nossos partidos, mas também dentro do Congresso Nacional. Temos aqui três “benditos frutos”.

Quero registrar também, com alegria, a presença de Teté Bezerra, ex-companheira de Parlamento de muitos mandatos. Bem-vinda.

Agora, vamos passar à fase dos debates. Para que as entidades aqui presentes possam compartilhar deste momento, convido para presidir os trabalhos a nossa companheira Jusmari Oliveira. Por favor, Deputada, assuma a Presidência.

Enquanto a Deputada chega à Mesa, passo a palavra à nossa companheira Deputada Maria do Rosário. V.Exa. dispõe de três minutos. Acho que é o suficiente, não é?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Vou tentar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rita Camata) – É para que também possamos ouvir as entidades aqui representadas.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Está certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rita Camata) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Cumprimento a Deputada Rita Camata e a Deputada Jusmari Oliveira, que assume a Presidência da Mesa neste momento. Um abraço às companheiras Deputada Luiza Erundina, Deputada Fátima Bezerra, Ministra Nilcéa Freire, Sra. Natália Mori, do CFEMEA, e Sra. Cristina Buarque, Secretária Executiva da Mulher, de Pernambuco.

Não houve nenhuma hierarquia na minha saudação à Mesa. Foi o jeito que achei adequado para fazermos um trabalho que tem o jeito das mulheres. Então, Ministra, a preocupação não foi com a visão hierárquica, mas com o debate.

Cumprimento a Secretaria da Mulher pela iniciativa de chamar os partidos políticos para o debate. Considero essa Mesa entre os partidos políticos algo muito importante para o próximo período.

Neste tempo que tenho, quero dizer especialmente que a bancada feminina, ao realizar este seminário, consegue debater os mecanismos objetivos que teremos no plenário, que tratam da fidelidade partidária, do financiamento público de campanhas, da organização das votações em listas partidárias e outros temas, incluindo questões que V.Exa. tem trazido ao debate no que diz respeito ao enfrentamento da desigualdade, à nossa presença no poder como mulheres.

Também gostaria de sublinhar que, para nós, o debate da reforma política, do ponto de vista de gênero, mesmo que aqui seja compreendido num sentido mais amplo do que na agenda feminista, diz respeito àquilo que existe ao nos colocarmos como mulheres nos espaços de poder.

A bancada feminina se auto-intitula assim porque dentro dela convivem expectativas e lutas feministas com outras expectativas e lutas das mulheres que estão neste Parlamento. Nós temos, permanentemente, que incluir um olhar mais amplo, mesmo a partir de uma presença feminista, como, por exemplo, aquela com a qual nos inserimos na bancada.

Mas o nosso debate não deve ser apenas sobre a ocupação desses espaços de poder, mas também sobre o elemento democrático que é a inserção da presença feminina na Mesa Diretora da Casa e a ampliação da nossa participação no Parlamento em geral, nas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas, além do Congresso Nacional. Afinal, devemos debater o que nossa presença significa de novo e de transformador dentro desses espaços, inclusive no Poder Executivo.

Acho que um dos elementos fundamentais para esse processo é termos constituído o poder de falar sobre esse tema, não apenas para nós mesmas, mas para a sociedade como um todo.

A reforma política tem sido um discurso priorizado pelos homens. A nós, mulheres, diz respeito tratar da nossa presença nessa reforma e olhá-la não apenas a partir de uma visão de gênero, mas também a partir de uma visão democrática para a sociedade brasileira como um todo.

Queremos nos empoderar para falar de uma reforma política na qual o gênero seja um dos temas da democracia. A superação da desigualdade de gênero deve ser um dos temas dessa reforma, exatamente por ser um dos temas da democracia, e não porque falamos entre nós sobre ele ou porque o consideramos relevante. Que seja essa a agenda apresentada ao Parlamento como um todo.

Também penso que, dentro da perspectiva do conteúdo da presença das mulheres na reforma, estamos desafiadas a romper um dualismo entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Há uma oposição quase automática, onde nos

situamos do lado da agenda do desenvolvimento social, e do outro lado há os temas da economia e da estrutura do Estado, que estão colocados para a parte masculina do Plenário, das Comissões e das estruturas de poder.

Sobre o nosso papel, Deputada Jusmari Oliveira, quero lembrar que o Papa, acolhido pela religião católica e pelas religiões brasileiras com absoluto respeito – e não poderia ser diferente –, referiu-se ao retorno das mulheres à maternidade e às funções da casa e da família. Obviamente, respeito todos os posicionamentos, mas quero sublinhar que, quando falamos em priorizar permanentemente uma agenda para as questões sociais, isso não se dá ao acaso, mas porque já trazemos dessa formação a responsabilidade com tudo o que diz respeito ao cuidado com as crianças, com a família, e às preocupações que dizem respeito à superação da miséria, das dificuldades econômicas em que vivem as mulheres todas, independentemente da família em que estejam inseridas.

O melhor caminho, parece-me, para conseguirmos atender a essa agenda, é dotarmos o País de maior desenvolvimento e crescimento econômico e superarmos as desigualdades. Então não há abandono. Não podemos ser culpadas e condenadas pelo abandono, seja diretamente dos nossos filhos, seja desta pauta que nos pertence, sim. Ocorre que o que buscamos é que todos, igualmente, mulheres e homens, consigamos assumir a pauta da família, a pauta do cuidado e do atendimento aos filhos, em novas relações que sejam absolutamente respeitadas das possibilidades mais amplas que todos temos de, ao mesmo tempo, cuidarmos das nossas famílias e contribuirmos para a transformação do País.

Deputada Luiza Erundina, creio que, quando tratamos da agenda da reforma política, queremos dizer que a igualdade no Plenário é a materialidade da igualdade na lei, e é uma parte da igualdade plena, da efetiva igualdade na vida.

Portanto, para concluir, quero sublinhar o tema da equidade de gênero como conteúdo da democracia – que não completamos no Brasil – e destacar dois entre todos os aspectos da reforma política: o financiamento público de campanha, porque temos

menos contatos com os setores privados que contribuem para as campanhas eleitorais e, portanto, há uma menor contribuição do setor privado para as mulheres; e as listas, porque só é possível dialogarmos sobre listas num sentido que não venha a dificultar ainda mais a nossa presença como mulheres, por exemplo, nos Parlamentos, ou seja, só se houver alternância.

Temo que, se adotarmos um sistema de listas, teremos, sob o olhar de alguns, retrocesso na lei de cotas, uma conquista nossa. Listas sem alternância podem significar retrocesso para as mulheres brasileiras. Portanto é preciso haver uma definição articulada. Precisamos lançar uma campanha nesse sentido, para que as mulheres do País compreendam, para que as estruturas de poder compreendam, e para que, com isso, possamos efetivar a luta por cotas que sejam asseguradas a partir do resultado eleitoral.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigada. Parabéns pelo seminário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Agradeço a oportunidade de coordenar esta Mesa tão bem representada pela Ministra Nilcéa Freire, pela Natália, pela Deputada Luiza Erundina e pela Cristina.

Gostaria de dizer também que, certamente, mais do que cotas ou leis que facilitem o acesso das mulheres aos cargos públicos, o Brasil precisa de se livrar de uma cultura estereotipada que estigmatiza certos grupos sociais e segundo a qual em alguns lugares só cabem homens, brancos, magrinhas e bonitinhas. Essa é uma cultura que nos foi imposta nesses anos todos e que nós aceitamos sempre passivamente.

A questão que a Deputada Luiza Erundina apresentou sobre os fundos partidários deve ser vista com muito cuidado por nós mesmas, porque é desse fundo que tem de vir os recursos para que mudemos essa cultura lá na base. Não adianta conseguirmos chegar ao poder, assegurar a cota, a vaga, se não tivermos mulheres capacitadas ou com vontade, com desejo de preencher essas cotas. Vejo esse como o ponto mais importante do nosso debate.

Na Assembléia Legislativa da Bahia, eu e a Deputada Lídice da Mata, que já saiu daqui, sempre dizíamos que, quando chegássemos ao Congresso Nacional, nós chamaríamos as mulheres para

assinar um projeto de lei que realmente efetivasse as cotas, Ministra. Não seria apenas estabelecer cotas para os partidos, mas sim criar mais vagas aqui no Congresso, tanto para mulheres quanto para homens. Seriam tantas vagas para mulheres negras, tantas para índias, tantas para amarelas, tantas para homens negros, etc. Isso seria possível, mesmo com todas as dificuldades, porque, com certeza, para as mulheres, nas campanhas, os recursos são menos direcionados. E os homens costumavam dizer que dessa conversa a mulher não participa, principalmente aquela sobre os compromissos com os recursos repassados para a campanha depois da eleição.

Eu vejo dessa forma a observação da Deputada Erundina. Devemos ter um cuidado muito especial nesta Casa e ainda temos um avanço muito grande a conquistar.

Passo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO – Bom dia.

Quero cumprimentar a todos os presentes, em nome das Deputadas Jusmari e Erundina, da Sra. Cristina Buarque, da Ministra Nilcéa, da Sra. Natália, e parabenizar as Deputadas Fátima Bezerra e Luiza Erundina pela feliz iniciativa de promover este seminário, articulado com outras Comissões que participaram da abertura dos trabalhos, como a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Seguridade Social e Família, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Enfim, trata-se de iniciativa extremamente importante neste momento em que estamos prestes a votar uma das matérias mais importantes. Com urgência temos de implementar essas transformações na realidade brasileira.

É consenso que temos de votar a reforma política, que, a meu ver, não pode se restringir simplesmente à reforma eleitoral, que acaba se afunilando para algumas mudanças mais pontuais na questão eleitoral e partidária. Compreendo que a reforma política tem essa abrangência e uma amplitude que envolve a questão da cidadania e da democracia brasileira. Essa reforma é necessária e urgente em razão do projeto estratégico de consolidação da democracia brasileira.

Como todos nós sabemos – e a Ministra já disse isso –, a representação feminina, em todas as esferas de poder, não condiz com a proporcionalidade da população brasileira. É preciso haver uma modificação no sentido de garantir a efetivação concreta da representatividade das mulheres em todos os cenários da vida pública deste País.

A Deputada Jusmari Oliveira já disse e todos nós sabemos que há o grave problema de nossa formação cultural. É preciso enfrentá-la com a capacitação e formação de nossas crianças e jovens, sem deixar, evidentemente, de fazer as intervenções que temos de fazer, para que possamos diminuir essa profunda desigualdade que temos relativamente não só ao direito das mulheres, como também das minorias como um todo no Brasil.

No que diz respeito à questão política, sabemos que só há bem pouco tempo as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto, o que demonstra o atraso em que nos encontramos. O Brasil é um país extremamente atrasado na questão da isonomia. Precisamos avançar no aperfeiçoamento e na implementação das conquistas obtidas com a Constituição de 1988, inclusive no que se refere aos mecanismos de democracia direta, que não foram efetivados. Nós tivemos avanços importantes, como o plebiscito e o referendo, que, no entanto, não foram efetivados.

Recordo-me de que era Vereador em Fortaleza, e nós queríamos fazer um plebiscito, algo até muito simples, sobre a privatização da água na cidade. Não conseguimos, porque criaram-se muitos obstáculos, até mesmo o próprio Tribunal Regional Eleitoral alegou que não dispunha de mecanismos. Enfim, o Brasil está muito atrasado, inclusive nesses mecanismos.

Creio que este momento que estamos vivenciando pode ser propício para darmos uma contribuição no sentido de avançarmos nessas conquistas, além, evidentemente, das conquistas que já obtivemos. No caso da questão política, o direito a cotas foi um avanço importante, mas não foram dados mecanismos para que esse direito se efetivasse.

Acho que a proposta da Deputada Luiza Erundina de garantir um percentual nas fundações partidárias pode nos ajudar a ter

uma maior ação de formação, de preparação e de capacitação das mulheres para sua inserção na vida partidária.

Acho fundamental a questão do horário eleitoral, além, claro, da votação em lista. Apesar das preocupações que a Deputada nos apresentou – e tivemos ontem um debate a esse respeito no Ceará, inclusive o Deputado Rubens Otoni esteve conosco –, chegamos a um diagnóstico de acordo com o qual, mesmo com os problemas da votação em lista, foi graças a ela que as mulheres conseguiram avançar muito no que se refere a sua participação em alguns países.

Creio que temos condições para implementar algumas mudanças. Vai depender muito, na minha ótica, da participação da sociedade civil, da mobilização social. A representação masculina neste seminário – parece que há apenas eu e mais um Deputado – demonstra que será necessária uma mobilização muito grande para que possamos, de fato, implementar e garantir essas conquistas.

No mais, defendo a alternância no poder, a começar em minha casa. Se depender de mim, nas próximas eleições, se minha mulher quiser, ela pode se candidatar. Eu a apoiarei porque acho que é o início de um processo. Temos de cultivar neste País a alternância em todos os poderes. Só assim poderemos caminhar para uma sociedade mais cidadã, transformadora, em que haja igualdade social e com a efetiva participação de todos na vida política do nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Agradeço ao Deputado José Airton Cirilo a participação.

Além de cuidarmos da questão do fundo partidário para a promoção, divulgação dos direitos, conscientização e participação da mulheres, é importante prevermos em lei a efetiva comprovação da aplicação dos recursos pelos partidos, talvez até criando um dispositivo como o de prestação de contas de nossas próprias campanhas, das nossas candidaturas, em que os partidos possam comprovar seus gastos. Eu mesma saí de um partido, o Partido Mulher, do meu Estado, porque eu nunca vi uma ação sequer que ele tenha realizado. E por várias vezes tentei participar. Então, certamente as

ações ficam no campo da ficção e nunca da efetivação. Acho que, tendo de prestar contas, de mostrar onde e como se aplicou os recursos, as coisas ficam mais seguras. E a não-aplicação também deveria ser punida. Mas essa punição não está prevista em lei.

Há outros Deputados inscritos, mas parece-me que já se ausentarem do plenário, como as Deputadas Iriny Lopes e Rita Camata, que estava coordenando os trabalhos, além da Deputada Perpétua Almeida. Como nesta Casa há muito trabalho a fazer, todos já se ausentaram.

Concedo a palavra ao Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA – Meus cumprimentos a todos os presentes, especialmente à Sra. Ministra Nilcéa Freire; às Deputadas Luiza Erundina e Jusmari Oliveira; à Sra. Cristina Buarque, Secretária Executiva da Mulher em Pernambuco; e às representantes da sociedade civil e das organizações sociais.

Desde a época do Senado, acompanho toda a luta e apóio a busca da mulher pela igualdade de espaços e pelas conquistas tanto no setor público quanto no privado. Quanto ao combate à violência contra a mulher, em meu Estado, o Amapá, sempre o apoiei com muita decisão e determinação. A Sra. Ministra conhece a Secretária Ester de Paula, do Amapá, que é muito ativa e atuante. O meu Estado foi um dos primeiros a criar uma Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Agora, estão sendo realizadas conferências em cada município. Uma conferência estadual será realizada em junho. O Amapá realmente está preparado para esse debate nacional.

De minha parte, quero apoiar as iniciativas e debater aqui sobre o que eu porventura tiver dúvidas – às vezes também temos dúvidas sobre alguns assuntos. Sobre alguns já tenho posição firmada, como o combate à violência, a busca pela igualdade no poder, a questão da alternância da lista, que acredito seja uma boa causa. Se buscamos mesmo a igualdade, isso já será um passo. Inclusive, já foi questionada aqui – cheguei depois dessa discussão – a presença de mulher na Mesa da Câmara. Parece-me que não há, não é Deputada Luiza Erundina? Nem na Câmara nem no Senado.

Olhem só, quando foi criada uma Comissão Mista para discutir as mudanças climáticas, formulei uma questão de ordem relativa ao número e alertei que só havia uma mulher na Comissão. Realmente os partidos não costumam indicá-las. Apesar de serem apenas 46 mulheres, todos os partidos, acredito, têm mulheres em seus quadros. Isso resultou no aumento do número de participantes da Comissão, e mais três Deputadas foram indicadas: Perpétua Almeida, Rebecca Garcia e outra, da qual não me recordo o nome. Para mim essa é uma questão muito simples, porque apóio essas lutas há muito tempo.

Coloco-me à disposição para convencer os homens naquilo que for possível, porque sei que as mulheres já apóiam todas essas causas, mas às vezes sofrem uma certa resistência. É um problema cultural mesmo; é aquela questão que foi falada aí da tradição, da autoridade, que parece inerente ao homem e não à mulher. Então, só mesmo com um processo de mudança na cultura brasileira como um todo, com o envolvimento dos setores público e privado e da política, é que poderemos reverter essa situação.

Parabéns a todos pelo seminário. E vamos à luta. As causas são muito boas, muito interessantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Obrigada pela participação, Deputado Sebastião Rocha.

Também acho importante – eu vou apresentar aqui minhas posições, para depois não usar a palavra, Deputada Luiza Erundina – avançarmos nessa proposta da Deputada Luiza Erundina, que prevê a participação de mulher na Mesa, assim como a proporcionalidade das indicações partidárias na formação de presidências, vice-presidências, de cargos executivos nas Comissões. Também prevê a proporcionalidade das indicações nas Lideranças partidárias. Nós temos partidos aqui na Casa que têm direito a nove, dez Líderes e Vice-Líderes, e parece-me que não há uma mulher indicada para a Liderança. Então, essa proporcionalidade também é importante, porque é isso que nos vai dar credibilidade na base. Há estudo segundo o qual mulher não vota em mulher, mas devemos lembrar que às vezes não nos é dado espaço na Casa para mostrar nossa capacidade, nossa forma de agir, até

a nossa diferença ao agir, para que nossas companheiras acreditem no nosso trabalho e votem em mulher também. O espaço de Líder é sempre ocupado pelos homens também. Então, Deputada Erundina, acho que devemos avançar nessa proposição de assegurar a proporcionalidade de gênero em todos as questões, em todos os espaços da Casa, seja nas Comissões, seja nas lideranças partidárias. E claro que punições para tudo isso sempre devem estar previstas em lei, porque, se deixarmos solto, sabemos que não será fácil de ser executar.

Queremos agora passar a palavra às pessoas que participam deste seminário, que nos dão a honra de estar conosco.

Passamos a palavra à representante da Coordenação Nacional de Mulheres do PPS, Dra. Teresa Vitale.

A SRA. TERESA VITALE – Quero saudar os membros da Mesa, evidentemente belíssima, com falas incríveis; o Plenário também; as minhas colegas de luta; os Parlamentares que vão nos dar uma força.

Quero falar também da importância deste encontro e de outros, para que nos tragam muita reflexão e visibilidade, que é do que estamos precisando. Precisamos dar visibilidade às mulheres no poder, que é o que a bancada feminina tem feito muito bem, e a Secretaria de Políticas agora nos tem dado uma força muito grande.

Quando soube que a Sra. Cristina Buarque vinha a este encontro, fiquei mais do que entusiasmada, porque estou apaixonada por um texto seu, Cristina, e em algumas falas que andei fazendo por aí eu usei esse texto, citei seu nome, é claro – usei o texto, mas disse de quem era –, um texto que saiu no informe Mulher e Democracia, de Pernambuco. Nesse texto você fala a respeito da educação. Você diz que, para transformarmos, para mudarmos, precisamos apresentar a questão da educação não sexista e feminista nas escolas desde o 1º grau. Acho que é por aí mesmo. Nossas mudanças são muito lentas, mas esse eu acho que é um passo importante que tem de ser dado.

Outro aspecto que já abordei em outro encontro da Secretaria é sobre a educação, a formação política da mulher. Não conseguimos trazer mulheres para os partidos políticos com facilidade. Aliás, não conseguimos trazer quase nenhuma mulher comum

para participar. Existe o problema de participar de reuniões e de encontros sem formação para isso. Elas não conseguem enfrentar o traquejo que os homens têm na política. Então, quando as trazemos para os partidos, elas se afastam, elas ficam um pouquinho e vão embora. Acho que uma das políticas que precisa ser enfatizada em todos os partidos, até por conta da reforma, do financiamento público de campanha... É claro que isso já está na mulher praticamente politizada, que já participa das discussões nos partidos. Para trazermos essas mulheres para os partidos, precisamos de educação, de formação política. Precisamos mostrar que, com educação, com preparação, com capacitação, elas vão se auto-afirmar e enfrentar os homens no microfone, na política. Creio que aí é que vamos conseguir o mais rapidamente possível essa equidade tão desejada.

Era só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Obrigada, Dra. Teresa.

Cumprimos a Deputada Angela Amin e o Deputado Darcísio Perondi, que se fazem presentes, e passamos a palavra para a Sra. Maria Laura, representante do Setorial de Mulheres do PT do Distrito Federal (DF).

A SRA. MARIA LAURA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar particularmente as integrantes da Mesa, na pessoa da nossa Presidente neste momento, a Deputada Jusmari Oliveira. Foi com imensa satisfação que ouvi mais uma vez, na discussão da reforma política, a Deputada Luiza Erundina, com seu vigor, sua energia e sua determinação. Ouvi a Cristina, que trouxe uma reflexão muito importante e que corrobora com a observação feita pela Deputada Luiza Erundina, quando S.Exa. diz que discutimos a reforma política no bojo de reformas muito mais amplas e estruturais da sociedade. E isso foi complementado pela Deputada Maria do Rosário, que disse que essa é uma questão da ampliação do exercício da democracia. E você, Cristina, aborda muito bem a questão da equidade nos diversos tipos de democracia, uma discussão que precisa, de fato, ser feita, porque a nossa tendência é dizer que não temos esse tipo de democracia ou, então, que a democracia participativa está insuficiente. Não. Creio que trazer

a discussão sobre gênero para dentro das várias formas de democracia é, de fato, um avanço nos debates que estamos realizando. A Ministra Nilcéa Freire também trouxe elementos importantíssimos, e a jovem Natália está contribuindo muitíssimo.

Entendendo a discussão da reforma política dentro desse contexto, vou destacar dois pontos, nesse pouco tempo que temos. Um deles é a questão da lista preordenada, da qual somos a favor. Refletindo sobre isso, penso que ela só terá os resultados que a sociedade brasileira exige se for de 50%, se for alternada por sexo. Aí vamos, do ponto de vista da sociedade e da luta dentro dos partidos, discutir as nossas diferenças dentro de cada uma das grandes categorias do sexo, porque, se remetermos essa questão para ser resolvida dentro dos partidos, companheiras, por mais avançados que sejam os nossos partidos em muitas posições, eu afirmo que seremos derrotados.

A meu ver, se tivermos a força da lei, promoveremos a discussão política com melhores condições. Temos o exemplo da Lei de Cotas, de 1997, que, na verdade, não foi cumprida. Ela foi um instrumento que correspondeu a um momento de discussão e luta na sociedade? Foi, porém, absolutamente insuficiente do ponto de vista de gerar resultados que alterem a presença da mulher no Parlamento brasileiro. Hoje, para fazemos uma mudança real na lei, precisamos estabelecer os 50%, porque senão seremos um pedacinho da lista, quem sabe no final, se não houver a alternância de mulher e homem nessa lista.

Outra questão que me preocupa, Deputada Luiza Erundina, é o critério de prioridade na elaboração da lista para quem tem mandato. A meu ver, é a perpetuação do que já existe. Se olharmos para a realidade dos processos eleitorais, mesmo com o voto individual, é possível fazer uma avaliação do mandato, porque vou dar o voto para A ou B, portanto, faço uma avaliação equivocada ou justa – eu não vou entrar nisso –, agora, na lista, pronto. Penso que nós precisamos ter muita clareza a esse respeito.

Posiciono-me, sem dúvida alguma, no sentido de que, na lei, na composição da lista, deve ser dada prioridade a quem tem mandato – eu pelo menos não estarei mais aqui na Terra – quando houver alguma mudança no Parlamento brasileiro. Quero re-

gistrar essa preocupação e chamar a atenção dos senhores para o fato de que normalmente não tenho visto esse elemento nas discussões concretas sobre a reforma política.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Obrigada, Maria Laura.

Lembro a todos que a Ministra está aqui presente. Gostaria que fossem respeitados os três minutos, que, a meu ver, são suficientes para expressar bem o pensamento. A vontade é de falar muito, é claro, e dizer tudo, mas vamos tentar resumir.

Com a palavra a Sra. Júnia Puglia, Vice-Diretora do Escritório do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) para o Brasil e para o Cone Sul.

A SRA. JÚNIA PUGLIA – Muito obrigada.

Em nome do UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, cumprimento a bancada feminina e as Comissões que organizaram este seminário, de extrema importância para a discussão da reforma política no País, e reafirmo o compromisso do UNIFEM com o tema da participação das mulheres na política e no processo de reforma política, que já foi expresso em ocasiões anteriores pela nossa diretora, Ana Falu, que não se encontra no País no momento.

Pegando o gancho da inveja da Ministra Nilcéa Freire, eu não sei se a nossa proposta pode aprofundar ou atenuar a inveja de S.Exa., mas, quem sabe, em parceria com a bancada feminina e a SPM, possamos promover o intercâmbio para a discussão deste tema com outros países, com a experiência internacional, que pode enriquecer muito o debate, trazer outra visão estratégica e nos ajudar a elaborar as estratégias de que necessitamos para promover a participação política não só no caso da Espanha, mas também de alguns países mais próximos, como Chile e Argentina. A Argentina, na questão do acesso ao Poder Executivo, talvez ainda nem tanto, mas no Legislativo houve um avanço considerável nos últimos anos. Acreditamos que falar dessas experiências numa discussão não só com a bancada feminina, mas com a sociedade brasileira, com todas as mulheres, pode ser muito

enriquecedor, e estamos à disposição para colaborar naquilo que for solicitado e necessário.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Obrigada, Júnia.

Queremos lembrar que a bancada feminina da Câmara realizará, nos dias 19 e 20 de junho, o Seminário Internacional sobre a Mulher na Reforma Política. Já está confirmada a presença de personalidades de vários países. Não é isso, Deputada Erundina?

A SRA. JÚNIA PUGLIA – Desculpe-me, é julho ou junho?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Junho.

A SRA. JÚNIA PUGLIA – Junho. Dias 19 e 20 de junho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Exatamente. Dezenove e 20 de junho. Todos já estão convidados.

Passamos a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, que nos honra com sua presença.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Bom dia a todos. É com alegria que estou aqui. É um prazer receber a nossa Ministra, destemida, ousada, que tem coragem de levantar questões fortes desde que assumiu o Ministério. Acho que S.Exa. criou o Ministério e está fazendo um belo trabalho. A Natália é brilhante na Comissão de Seguridade, com a CFEMEA. A Deputada Luiza é um exemplo de perseverança na política da mulher, é uma desbravadora. Tem ainda a Cristina Buarque e a senhora.

No Brasil, a desigualdade tem três nomes: idade, cor e gênero. As crianças não têm sindicato nem confederação. Quanto à cor, a questão econômica é pesadíssima e, quanto ao gênero, há todo um preconceito. Nos últimos anos, o movimento como um todo no Brasil cresceu para diminuir as desigualdades nessas três áreas.

Na área política há 45 Deputadas e 10 Senadoras, o que representa praticamente 9%. Eu faço um discurso: sou médico de criança e de adolescente, afastado há 12 anos do meu trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS) e da minha atividade privada, em razão de ter me tornado Deputado.

Eu trabalhei ao longo do tempo com mães, famílias e crianças. Tenho dito nas minhas motivações nos grupos dentro do

PMDB que a mulher tem a determinação biológica, em função da gravidez, e tem também a construção psicológica. Quando ela está determinada, as coisas, em princípio, avançam mais do quando no caso de nós homens. É quando entra a determinação biológica e emocional.

A mulher tem uma percepção que aprendi a reconhecer na minha atividade de médico de criança e de adolescente que trabalha muito com a família, com a mãe. Seria extraordinário se isso continuasse avançando, desse um salto na política brasileira e houvesse mais determinação, mais percepção para as coisas terem início, meio e fim. Haveria partidos mais fortes, um sistema político mais forte. Não há partidos fortes no Brasil. Há muitos partidos, e a rigor quase nenhum.

Há cada vez mais mulheres. Vou defender, no PMDB, com a Deputada Rita Camata e outras Deputadas, essa proposta arrojada de um homem e uma mulher, essa alternância. Ela é arrojada, mas o processo... Para tudo em nossas vidas, e muito mais na atividade política, é necessário ousar, arriscar-se. Se não houver risco e ousadia, não se avança. E muitas coisas avançaram neste País nos últimos dez, cinco anos e agora mais ainda pela ousadia. E essa proposta, de fato, é ousada! Vai mexer, sim, e fiquei comprometido.

Como já estou comprometido – e é bom saber que é um seminário de mulher na reforma política, o CFEMEA sabe – com algumas questões profundas que mexem com a mulher, como com um SUS melhor. A minha primeira bandeira nesta Casa é a defesa de um SUS melhor, um projeto de lei decente que deixe de criminalizar a mulher que faz aborto, o que é inconcebível! Isso não é só discurso. Natália Mori me acompanha e sabe. Fui carregador de pastas da Jandira, com quem estive em muitas lutas. Tivemos de fazer um recuo estratégico no fim do ano retrasado, e acho que o movimento político das mulheres tem de se envolver nisso sem medo. Sem medo, repito. Há o projeto da anencefalia e mais outro que estão sendo trabalhados para serem desapensados. Temos o projeto que a Jandira abraçou, que não era dela, e que ficou apensado ao projeto do aborto para a mãe que tiver criança com anencefalia e estamos tentando desapensá-lo para

os dois trabalharem. Aquele projeto que o Deputado José Genoíno desapensou e cujo Relator será o Alcení Guerra é mais amplo, para dar mais segurança, desconsiderar crime o aborto. E há o outro da anencefalia. Então, achamos melhor que corressem separados.

Sou parceiro nessa luta com muita força e quero ser alimentado e puxado. E mais: minha esposa está aqui, a Regina, ou eu sou o esposo dela neste momento, que é uma lutadora nessa área e parceira do movimento há mais tempo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) – Obrigada, Deputado Darcísio Perondi. Quero agradecer também a presença ao Deputado Bonifácio de Andrada e gostaria de convidar a Deputada Angela Amin para ocupar a coordenação dos trabalhos e anunciar as próximas participações, uma vez que assim foi combinado pela bancada.

Até que S.Exa. chegue à mesa, concedo a palavra à representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) -DF, Sra. Isa Oliveira.

A SRA. ISA OLIVEIRA – Eu pensei que tivesse de falar só mais tarde, depois do almoço. Avisaram-me que o debate seria mais tarde.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Amin) – Antes de cumprimentar a Mesa, quero justificar-me primeiramente, pois tinha um exame de saúde inadiável e acabei chegando atrasada.

Concedo a palavra à Deputada Tetê Bezerra, membro da Executiva do PMDB, Mulher Nacional, à Socorro Borges, do Setor de Mulheres do PT, da Paraíba, e à Maria José. Então, os inscritos da parte da manhã já encerraram.

Encerrarei agora os trabalhos da parte da manhã e gostaria de agradecer a todos a presença.

Passarei a palavra às pessoas que compõem a Mesa, para encerrar os trabalhos da manhã.

Com a palavra a Profa. Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE – Obrigada, Deputada Angela Amin. É um prazer estar aqui com V.Exa.

Em primeiro lugar, quero justificar que, à tarde, não poderei participar dos trabalhos porque terei de tocar o bonde da Secretaria. Mas vão continuar aqui, representando a Secretaria, a Regina, a Bete Pereira e a Laice, que se ocupam desse tema na Secretaria e vão continuar participando do seminário.

Ao me despedir, quero dizer de minha alegria em ouvir todos os homens que compareceram a este debate, ainda que tenham sido poucos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Amin) – Pena que são poucos.

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE – As falas de todos aqueles que compareceram a este debate foram absolutamente comprometidas com a igualdade, com a equidade. É uma alegria que levo daqui hoje. Pela minha experiência em termos de debates aqui na Câmara, posso afirmar que este foi um dos que houve mais comparecimento de homens. Normalmente, às reuniões promovidas pela bancada feminina, os Deputados não costumam comparecer. Estão presentes neste momento somente os Deputados Tarcísio e Bonifácio. Por favor, levem o nosso cumprimento...

A SRA. MINISTRA NILCÉA FREIRE – Eu estava aqui cochichando com a Natália sobre como recolher mais essa percepção que os Deputados homens têm, porque nós também acabamos não conhecendo, desse universo, o que cada Deputado pensa a respeito desse assunto. Acabamos sabendo sobre o que eles se manifestam no âmbito da Comissão que trabalhou a questão da reforma política. Então, é importante termos esse levantamento. Vou sair daqui sem a ilusão de que essa é uma mostra absolutamente representativa, mas já mais animada sobre a posição de nossos Deputados com relação à alternância na lista, por exemplo.

Corroborando com a Maria Laura, nossa companheira que acabou de sair da Secretaria, mas que segue no movimento, na luta, segue sendo nossa companheira, sobretudo, e nossa parceira política de trabalho, quero dizer que, efetivamente, na discussão no interior dos partidos – e é isso que a Secretaria pretende estimular quando reúne as instâncias de mulheres dos partidos políticos –, não temos nenhuma ilusão de que esse movimento resolve, mas é uma forma também de valorizar e

dar novo significado às instâncias de mulheres dos partidos políticos, para que propostas como a da Deputada Luiza Erundina, de separação de um percentual do Fundo Partidário para as instâncias de mulheres, possam ser efetivadas, porque nem todos os partidos têm instâncias de mulheres formalizadas em seu interior, com capacidade de incidência política no partido. Então, entendemos que esse movimento nas instâncias partidárias é da maior importância.

No entanto, sabemos, e por isso estamos nessa perspectiva, que só uma grande mobilização da sociedade brasileira no sentido de completar, de consolidar a democracia brasileira, incorporando definitivamente as mulheres na proporcionalidade em que demograficamente elas estão representadas na sociedade brasileira é que nós vamos obter as transformações de que necessitamos.

Finalizo dizendo que a alegria toda vai ser no dia em que, e parece doido, – uma vez uma Deputada argentina mencionou isso – não dissermos que nós, Deputadas, somos mulheres absolutamente excepcionais, que vimos de uma história de vida absolutamente excepcional. Nós queremos mulheres comuns aqui dentro do Parlamento, porque só assim é que vamos dar conta da representação efetiva da sociedade no Parlamento brasileiro.

Sra. Presidenta, estou à disposição desta Comissão. No seminário internacional nós estaremos aqui também. A Secretaria já se colocou à disposição para colaborar no sentido de ampliar e ajudar no seminário. Vamos, depois de amanhã, na reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, buscar um encaminhamento – para além do encaminhamento que temos dado nas conferências em âmbito nacional, estadual e municipal – do Conselho Nacional no sentido de trabalharmos o processo da reforma de agora até a conferência.

Cabe destacar que nós precisamos rapidamente de um slogan, Deputada Luiza Erundina, para esse processo de mobilização multipartidário da sociedade, dos conselhos, das conferências, alguma coisa que vá em torno do nem menos nem mais, iguais. Vamos pensar num slogan para começarmos esse processo de mobilização nacional.

Muito obrigada. Vamos à luta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Amin) – Muito obrigada.

Com a palavra a Sra. Natália Mori, representante do CFEMEA.

A SRA. NATÁLIA MORI – Muito obrigada.

Sra. Presidenta, agradeço novamente a V.Exa. a oportunidade de participar deste debate. Respondendo a Ministra, entendo que as mulheres que fazem parte desses processos de discussão da participação política das mulheres têm feito slogans bem interessantes, desde “Lugar de Mulher é na Política” e “Mulheres sem Medo do Poder”, enfim, já existem algumas frases bem sugestivas e provocativas que podemos reforçar nessa batalha.

Quero dizer da importância de discutirmos, de fato, a questão da reforma política. Pelo menos no CFEMEA, temos acompanhado todos os debates das reformas de Estado. A reforma política sempre me parece ser uma reforma dentro do contexto de flexibilização de direitos, de redução de direitos mesmo, uma reforma que vem no contra-senso disso tudo, de buscar ampliar a democracia, as formas de participação, pelo menos nos discursos. As falas públicas em torno dessa temática vão no sentido contrário de pensar a reforma da Previdência, na qual a grande questão é o déficit da Previdência – tem de cortar direitos e não reduzir privilégios – ou então a reforma trabalhista, cuja discussão é sempre a redução de direitos e nunca a perspectiva de ampliação.

Este debate particularmente me interessa bastante pelo desafio que nós já comentamos, pela manhã, de que o Brasil tem uma ínfima participação política feminina, ínfima participação política racial, ínfima participação geracional, como também a discussão de classes, de pessoas comuns, de baixa renda. Isso urge para que, de fato, possamos crer que vivemos um processo num País democrático, porque questiono as bases dessa democracia que são sempre os mesmos, como disse a Sra. Cristina, no masculino. Eu, que tenho toda preocupação com a linguagem inclusiva, entendo que, nesse caso, não faz sentido, pois são sempre os mesmos que estão nesses lugares, nas instâncias de poder e de decisão.

Em relação aos debates, as pessoas que falaram depois foram bem incisivas no sentido da importância de pensar políticas, ou

no âmbito da reforma ou no âmbito dos partidos. É preciso que seja muito bem lembrado que, para aumentar a participação das mulheres – todos os Deputados se referiram a isso – é necessária a alternância de sexo, algo que seja defendido em seus partidos; o financiamento público exclusivo de campanha, aliás, exposto pela Deputada Maria do Rosário; a organização da lista preordenada, com cotas. Quando pensamos em uma experiência internacional, a Argentina foi o primeiro País a garantir o sistema de dupla-cotas, em listas preordenadas. Aliás, o sistema de cotas consta do projeto que está no plenário, que estabelece que as mulheres têm que estar na lista, mas não determina obviamente a posição. Há países em que há cotas, apenas para que elas estejam na lista, como Bolívia e outros países irmãos. Ou seja, as mulheres sempre estão em último lugar. E na Argentina, não; há o sistema de dupla-cotas: 2, 1; 2, 1. Ou, já que estamos inspirados na Espanha ou lembrando a França, há a paridade, que pareceu ser um consenso no debate apresentado. Portanto, deve haver alternância de sexos, observância dos demais critérios raciais, geracionais, para todos, e não apenas para a metade das pessoas que vão ocupar cargos.

Portanto, são importantes as participações dos movimentos sociais, feministas, indo além no debate, do conceito de política, de como fazer política, de quem faz política e dos mecanismos de controle da política. As feministas que estiveram sempre nessa luta tentaram trazer à tona esses assuntos. A democracia sem participação das mulheres, para nós, não é democracia.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Amin) – Agradeço à Diretora Natália Mori, que sempre contribui conosco.

Concedo a palavra à Secretária Cristina Buarque.

A SRA. CRISTINA MARIA BUARQUE – Parabênizo a bancada feminina pela iniciativa e pelo debate. Saio muito feliz por saber que há aqui homens aliados completamente às propostas feministas, de igualdade de gênero.

Quero tratar de um ponto que a companheira do PPS citou em relação à educação, à formação política. Esses dois elementos são realmente muito importantes. É preciso que a escola come-

ce a discutir desde o começo. A escola de qualidade, hoje, para nós, não é apenas aquela em que se ensina a boa Matemática, Português isso, aquilo, mas aquela que trata de raça, gênero, das desigualdades do País, para a igualdade, pois ela sempre o fez para a desigualdade.

É preciso haver formação política para as mulheres. Eu me sinto parte muito antiga do movimento feminista, porque eu tenho trinta anos de militância do feminismo dentro e fora do Brasil. Há pouco tempo estou na condição de Secretária de Estado, mas sempre estive dentro do movimento social e da academia.

Há uma trajetória fantástica de formação das mulheres no espaço do requerimento da denúncia na democracia participativa. Mas é preciso avançar, no sentido de construir com as mulheres sua participação na democracia representativa.

Portanto, é preciso construir escolas feministas de participação política. E para que não haja a dissociação entre social e econômico, como disse anteriormente a Deputada, devemos trabalhar escolas feministas de formação política e econômica das mulheres.

Acho que vamos para cima da escola formal, que é preciso ir porque é um lugar difícil. A educação é o lugar mais difícil de entrada porque é a política pública mais antiga, mais arcaica. É uma grande dificuldade. Quem é Secretário de Educação sabe o nível de dificuldade que é transformar qualquer coisa no espaço da educação formal. Mas, nós, feministas; nós, homens aliados das feministas; nós, Secretárias de Estado, ou o que seja, precisamos intervir com mais força, brigar com mais força nesse espaço da educação.

A educação no Brasil conseguiu uma grande coisa que foi entender Paulo Freire, mas depois de entendê-lo não passou para querer entender as questões de gênero ou raça; ficou ali, e precisamos avançar e construir uma formação alternativa visando a isonomia entre democracia participativa, democracia direta e democracia representativa. Não podemos continuar, nós, mulheres, apenas na democracia participativa, que é fundamental. Temos toda a experiência que tivemos, e continuamos a ter, damos completamente a possibilidade de dizer “Vamos avançar”.

É lista fechada, sim, com alternância, sim, e, se possível, uma mulher e um homem; primeiro, as damas. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Amin) – Gostaríamos de registrar a presença da Deputada Cida Diogo, a espiadinha da Deputada Vanessa Grazziotin, a presença das Deputadas Janete Rocha Pietá e Janete Capiberibe.

Com a palavra a nossa Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Companheiros da Mesa e do Plenário, é uma pena que não se tenha mais tempo para aprofundar as questões apresentadas pelo Plenário. Mas isso é bom, pois significa que a primeira Mesa não termina com o final das falas e o fechamento dos trabalhos. Vamos levar essas questões, seja para a tarde, seja para outros momentos.

Destacaria alguns pontos que, penso, precisaríamos retomar para aprofundar a compreensão, que é a primeira colocação da Rosário e das companheiras que se seguiram, de que a exigência de igualdade de gênero é uma exigência da democracia. Essa é uma questão que temos que aprofundar. A exigência da igualdade de gênero é uma exigência da democracia, ao que eu acrescentaria que é do processo civilizatório. Ou avançamos no processo civilizatório ou não estaria sendo atendida essa condição de igualdade do gênero humano, que somos nós, homens e mulheres. Esse ponto deveríamos pautar para aprofundar em outra ocasião.

A outra questão que a própria Maria do Rosário colocou e outras companheiras retomaram é sobre o que é peculiar à mulher nos espaços de poder. Qual é a diferença? Qual é o diferencial? Acho que temos que aprofundar nesse aspecto. Se for para reeditar o modelo masculino no exercício do poder, eles fazem melhor que nós porque estão no Brasil há mais de 500 anos exercitando o poder.

Há um dado cultural. Essa questão é essencialmente cultural e de reeducação. Temos que nos reeducar para perceber o nosso papel como sujeitos políticos de uma forma nova, diferente, o que supõe romper padrões culturais, comportamentos tradicionais, o conservadorismo das instituições da sociedade, a começar com a família, depois a Igreja, ou junto com a Igreja, a questão

dos partidos políticos, que, independentemente do seu porte ideológico, são conservadores. Se não, essas questões já teriam sido resolvidas no âmbito dos partidos.

Lembro-me de que, no último congresso do meu partido, apresentei essa questão da cota, dos 30% dos recursos, 30% do tempo de televisão e rádio que os partidos têm, e foi derrotada a tese, derrotada com o voto de mulheres, de militantes políticas, delegadas mulheres. Portanto, ainda temos esse problema de não nos auto-afirmarmos, não nos reconhecemos como sujeitos políticos e, como tal, reforçamos o autoritarismo, o machismo, o patriarcalismo no exercício do poder.

Nosso partidos são conservadores, independente de serem de esquerda, direita, centro. Então, romper com isso é processo. Por isso, acho que nossa discussão, nossa luta, não passa pela aprovação de um projeto de lei, aumentando ou diminuindo a nossa presença na cota ou tal e qual. É um processo que supõe mudança de padrões culturais, de conceitos, de concepções, de relações de poder, não só no Parlamento, não só em Governos, mas na sociedade como um todo.

Aqui encerro, lembrando o exemplo de uma companheirinha, lá na zona norte de São Paulo. Ela me contava sua experiência. Ela dizia: “Na minha família, eu era muito criticada pelo meu marido, pelos meus filhos, pelos meus parentes, pelos vizinhos, porque deixava a comida para fazer mais tarde ou a limpeza da casa ou a roupa a ser lavada, porque eu ia para a reunião do bairro. Eu ia para a comissão que ia conversar com o Prefeito, para reivindicar asfalto, creche e outras coisas de que a comunidade precisava. Ela disse que também ficava constrangida achando que ela não era uma boa mãe, uma boa dona-de-casa, não era uma boa pessoa, porque deixava suas obrigações para participar das reuniões de sua comunidade, da organização do bairro, até que um dia ela descobriu e se libertou dessa autocrítica, dessa culpa. Ela se sentia culpada, como alegado pelo marido, pelos filhos, pelos parentes, até que um dia se deu conta de que era mais útil à sua família, aos seus filhos, aos seus vizinhos, aos seus parentes, quando ela melhorava a condição do bairro e lutava

por isso do que quando ela fazia na hora certa as coisas que eram dela exigidas dentro de casa.

É uma revolução conosco, nós, mulheres. A participação política da mulher não se dá só no âmbito do poder institucional, Congresso, Governos. Lamento. É um papel que os partidos políticos, pelo menos do campo da esquerda, tiveram até há algum tempo, que era a dimensão pedagógica da ação política. Ele foi que nos formou. Eu e muitas de nós viemos para cá graças à militância do movimento social, do movimento popular, do movimento de bairro. Enfim, foi lá que nós nos formamos politicamente; foi lá que aprendemos a participar politicamente; foi lá que nós descobrimos nosso papel. Acho que há um fosso entre a ação dos partidos políticos, independentemente do corte ideológico, e a presença da luta de mulheres e homens na sociedade, sobretudo nas classes populares. Há um fosso aí a ser resolvido para que realmente redescubramos, ou descubramos, o nosso papel político, como sujeitos políticos, não só em Parlamento, Governo, etc., mas onde estivermos lutando pelos nossos direitos sociais.

Aí, Ministra, se me permite, daria mais uma sugestão de um lema que já usamos em outros momentos aqui na Casa: “Conquistar poder para garantir direitos”.

Muito obrigada e vamos retomar esse pontos que precisamos aprofundar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Angela Amin) – Agradecendo o depoimento da Deputada Luiza Erundina, sempre muito claro, gostaria de agradecer a presença mais uma vez do Deputado Alcení Guerra.

Encerramos neste momento os trabalhos do período da manhã e convocamos – o termo convocar no bom sentido – o reinício dos trabalhos às 14h com o tema “Sistemas de Votação Proporcional, Distrital e Misto – Ampliação da Representação de Mulheres”, sob a coordenação da Sra. Deputada Cida Diogo.

Parabéns, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Amorim) – Sob a coordenação da Deputada Cida Diogo, nesta Mesa serão discutidos

os sistemas de votação proporcional, distrital e misto e a ampliação da representação de mulheres.

Agradeço a todos o comparecimento e convido para compor a Mesa a Sra. Deputada Cida Diogo, membro da Comissão de Seguridade Social e Família, que coordenará os trabalhos à tarde; Sra. Brasília Carlos Ferreira, Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Sra. Lúcia Avelar, Professora do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB); Sra. Benilda Regina Paiva de Brito, representante do Movimento das Mulheres Negras e Professora da Universidade Católica de Belo Horizonte.

Senhoras e senhores, desde quando foi criada, em 2001, a Comissão de Legislação Participativa dedica-se com o maior empenho ao cumprimento da missão institucional de assegurar à sociedade civil um fórum de debates e sugestões com vistas à produção de leis, pois é dessa proximidade entre os cidadãos e seus representante que devem emanar as legítimas soluções para os graves problemas nacionais, entre os quais ressalta-se, sem dúvida, o da desigualdade de gênero, cuja redução, talvez, seja hoje um dos maiores desafios brasileiros.

Já é bastante conhecida a discriminação sofrida pelas mulheres no seu dia-a-dia, no contexto da violência doméstica, do mercado de trabalho, bem como pela baixa representação feminina nas instâncias governamentais, legislativas, sindicais, entre outras.

Embora muitos avanços tenham ocorrido desde as pioneiras, como Bertha Lutz, passaram a veicular a idéia de que tal situação apenas seria mudada pela maior participação feminina na política. Pois ainda resta um longo caminho a percorrer nesse sentido. Hoje as mulheres constituem mais da metade da população brasileira, mas detêm menos de 10% dos mandatos no Congresso Nacional. Essa proporção não deve ser muito diversa nas Assembleias estaduais e nas Câmaras municipais. Além disso, são poucos os exemplos de prefeitas e de governadoras, e ressalte-se que nunca foi eleita uma presidenta da república.

Esse reduzido contingente político feminino explica-se, em grande parte, pela carência de defensoras, pela lentidão dos avanços nas questões da violência doméstica e do mercado de

trabalho. Portanto, além de envolver mudanças de mentalidade e revisão de preconceitos extremamente arraigados em nossa cultura, o conceito de democracia só assumiria significado verdadeiro e dinâmico, segundo a União Interparlamentar, quando as políticas e legislações nacionais forem decididas conjuntamente com homens e mulheres e em equidade, na defesa dos interesses e atitudes de um e de outro.

Com esse objetivo, os debates que se seguirão a partir de agora estarão voltados ao tema de inclusão das mulheres e da ampliação de sua representação quando da reforma do sistema político, em vias de ser aprovada.

Para garantir maior consistência a tais reivindicações é essencial essa abordagem de pontos como cotas destinadas às mulheres nas listas partidárias ou o montante de recursos do fundo partidário direcionado ao estímulo e crescimento de sua participação política; ou reserva de parte de horário gratuito disponibilizado a cada partido em meios de comunicação para propaganda de candidatas, entre outros.

Ao participar da realização deste seminário e estimular a discussão de temas aparentemente de interesse exclusivo da agenda política feminina, a Comissão de Legislação Participativa tem a convicção de estar defendendo os interesses de toda a sociedade, qual seja, a criação de condições para o desejado aprofundamento da democracia, com base em relações de poder igualitárias e justas, em uma nação, enfim, capaz de promover o bem-estar de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou de quaisquer outras formas de discriminação, conforme preceitua nossa Lei Maior.

Mais uma vez, agradeço a todos a presença. As mulheres, realmente, são aqui maioria absoluta, e tomara que um dia elas também o sejam neste Congresso!

Que tenhamos uma tarde muita profícua! A meu ver, uma das principais reformas e um dos maiores desafios do Congresso este ano é a reforma política – não um remendo político. Que ela seja bem formulada, e inclua também a mulher e dê a ela o seu verdadeiro espaço.

Este caminho, cuja trajetória já teve início – e está sendo uma verdadeira maratona – é apenas uma continuidade. Espero que tenhamos tranquilidade e sapiência para chegarmos ao nosso destino de forma justa e igual, como tem de ser. Só assim poderemos ter um Brasil mais justo e melhor.

Eu tenho plena convicção de que este é o melhor país do mundo, uma vez que tive oportunidade de estudar no exterior, e recentemente somos testemunhas da questão ecológica por que passam tantos países. Deus foi tão bom e tão generoso com o povo brasileiro, que o colocou sobre as melhores terras, sobre o melhor território do planeta! Agora, precisamos converter isso em dignidade e igualdade, em todos os sentidos, para o nosso povo.

Que possamos ter dias melhores no Brasil. Este é o meu sonho! Por isso tornei-me parlamentar. Este é o meu primeiro mandato; portanto, sou novato na Casa e me sinto extremamente motivado. E acho que a dor social – sou especialista em dor física – é capaz de ser curada, de ser aliviada. Mas ela não pode ser tratada com uma simples receita, e, sim, com a determinação e o sonho de todos nós. Jamais iremos nos conformar com as injustiças, as desigualdades, com essa indignidade existente.

Acredito neste País, nesta Nação, no nosso povo, e tenho certeza de que todos aqui participam do meu sonho. Que todos tenhamos realmente uma tarde muito proveitosa!

Muito obrigado.

Com a palavra a nossa querida e determinada Deputada Cida Diogo, que dará continuidade aos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Inicialmente, agradeço ao Deputado Eduardo Amorim a gentileza de abrir os trabalhos desta Mesa, na condição de Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

Devo ainda dizer da minha satisfação, enquanto membro da Comissão de Seguridade Social e Família, de ter conseguido aprovar o requerimento que reúne quatro Comissões desta Casa para realizar esta série de seminários, a fim de discutir fundamental tema para nós mulheres. Por isso a grande maioria deste Plenário é de mulheres. Se não colocarmos na pauta do dia essa discussão,

ninguém fará nada por nós. As mulheres, reitero, estão aqui presentes para discutir e garantir que as propostas apresentadas sejam encaminhadas ao Plenário da Casa para serem aprovadas.

Considero muito importante a iniciativa que mobilizou a bancada feminina, e ficamos muito felizes de recebê-la. Vejo aqui a presença de alguns homens, que estão solidários a nós, inclusive o Deputado Eduardo Amorim, Presidente da Comissão.

Este seminário acontece inclusive num momento especial para esta Casa. Acabei de ser comunicada – ainda não recebi o texto da retratação por completo, mas me parece que está sendo divulgado pelos órgãos de imprensa – de que o Deputado Clodovil Hernandes finalmente reconheceu que cometeu um grave erro ao se referir às mulheres do nosso País da forma como se referiu. Hoje tornou pública uma nota pedindo desculpas. Já é uma vitória deste Parlamento e das mulheres brasileiras o reconhecimento desse grave erro!

Acho que esta série de seminários vai ajudar a contribuir não só com esta Casa, mas também com a sociedade, com o movimento das mulheres, pois vai estabelecer estratégias para fazer com que o debate da reforma política, que com certeza vai ocorrer, não seja um remendo, como o Deputado Eduardo Amorim disse. Nós precisamos fazer uma reforma política de fato e que abra a perspectiva às mulheres de serem protagonistas da vida política do País e de terem representação à altura de sua participação na sociedade. Eu acho que estes seminários vão contribuir muito para esse processo.

Para esta discussão, vamos passar a palavra à nossa primeira debatedora, companheira Brasília Carlos Ferreira, por vinte minutos.

A SRA. BRASÍLIA CARLOS FERREIRA – Boa tarde. Quero agradecer à comissão organizadora deste seminário o convite, a oportunidade desta interlocução, e ressaltar a importância desta iniciativa de unir homens e mulheres do Parlamento, acadêmicos e do movimento social, para fazermos uma reflexão coletiva e propormos um redesenho do sistema político-partidário-eleitoral.

É muito interessante pensarmos em política. Neste momento estamos discutindo a reforma política, mas no seu sentido mais pleno.

O que é a política? É a ação humana que transforma e molda a sociedade. Não preexiste a sociedade ao homem; o homem a constrói. E ela será como queremos que seja; depende da nossa ação.

Dividirei minha fala em duas partes: uma reflexão geral sobre política, democracia e mulheres, e sobre o sistema eleitoral.

Falando em política no seu sentido mais amplo, sabemos que há um paradoxo, porque as mulheres, na verdade, participam dela. Vejam os movimentos sociais. A partir dos anos 1980, quando comecei a militar neles, o que temos? Associações de mães, de moradores, clubes de mães etc. Há militância e possibilidade de participação – abstrairmos os entraves e dificuldades – no que chamamos, em certo sentido, de política em espaço de horizontalidade.

Isso é muito interessante pensar. Acho que este é um primeiro ponto para pensarmos sobre o que se passa. Quando saímos dessa horizontalidade dos movimentos sociais para as instâncias de poder, temos todas as obstruções possíveis, tal como dissemos na reunião de hoje de manhã, que foi muito interessante.

A discussão da reforma política, que está em pauta há muito tempo, é especial, um espaço por excelência para que se reflita sobre a necessidade de mudanças no Estatuto da Mulher no que diz respeito ao seu lugar na esfera política, já que este é um dos principais locus onde as relações de gênero se constituem e onde se pode investigar a trajetória das mulheres e formular propostas que alterem os entraves a sua atuação política.

Trabalhamos com a política e com as mulheres na política dentro do contexto da reforma política, ou seja, trabalhamos no *locus* onde, fundamentalmente, é perceptível a dificuldade das mulheres – não nesse movimento que citei antes, a horizontalidade dos movimentos sociais. Quer dizer, a mulher tem condições de participar.

A Mesa deste seminário tenta responder quais questões dificultam o acesso das mulheres ao espaço público.

No que diz respeito às reformas dos sistemas eleitoral e político, as instituições respondem a uma pactuação, a um certo momento em que se consegue chegar a um consenso que acaba sendo provisório, como todos os consensos na área política.

Quando esse consenso começa a ser alvo de críticas, começa-se a construir outro consenso. É esse o momento que vivemos agora.

Por exemplo, as pessoas têm ressalvas a fazer a respeito do financiamento de campanha, da fidelidade partidária, das ligações proporcionais. Uma série de itens na pauta da reforma política estão sendo questionados, o que demonstra a deslegitimidade desse sistema no momento. Então, é neste momento que se vai construir politicamente um novo consenso a partir das elaborações feitas pelas pessoas, por nós, e as mulheres têm papel fundamental na elaboração dessa reforma política no momento em que pleiteamos trabalhar a idéia da paridade, a idéia de uma situação menos desigual.

É no sentido desses consensos provisórios que Norbert Lechner, pensador político chileno, fala da difícil e nunca acabada construção da ordem desejada. Ou seja, a ordem social, tal como a democracia – e Claude Lefort falava muito sobre essa designação –, é uma invenção sem limites; a cada momento é passível de ser aperfeiçoada. Este é um desses momentos quando a comunidade se junta para dizer que quer aperfeiçoar, que certas regras não servem mais; é um momento muito rico, capaz de introduzir grandes mudanças quando muitas pessoas se juntam para pensar numa proposta, num novo desenho para a reforma política, momento do qual estou falando, de repactuação.

Em relação às mulheres, há um fato interessante. Outro dia estava lendo uma pesquisa e um dos itens versava sobre a honestidade de homens e mulheres na política, e 84% das pessoas entrevistadas disseram que as mulheres são mais honestas, mais prestadoras de contas, trabalham com mais eficácia etc.

Depois de ler o resultado dessa pesquisa, pergunto: como não se vota nessas pessoas? Por que elas não são eleitas? Por que essas pessoas são tão bem avaliadas mas não estão no Parlamento, não estão nos espaços de poder? Oitenta e quatro por cento é um número elevadíssimo!

Há problemas, há paradoxos. Ninguém se coloca contra; ao contrário, reforçam essa idéia. Somente 0,4% dos entrevistados disseram que lugar de mulher não é na política – índice absolutamente significativo do ponto de vista estatístico.

Este momento é muito rico para tentarmos desbravar esse terreno e descobrir os focos das questões a serem ultrapassadas.

A socióloga francesa Christine Delphy se pergunta o que se pode esperar de um Parlamento com mais mulheres, e em seguida responde: em primeiro lugar, teríamos a perspectiva de uma grande renovação nas prioridades de ação e nas práticas políticas. Por terem uma experiência diferente, responsáveis até então pelo cotidiano e pela família, as mulheres estão melhor preparadas para alterar o conteúdo dos programas políticos, preenchendo as lacunas de um bem comum definido até então sem elas. Por terem outra percepção da relação entre vida privada e vida política, as mulheres são também indicadas para repensar o trabalho político, reduzir a distância entre a ágora e a casa – ela faz uma metáfora entre o espaço público, a ágora grega, e o espaço privado, a casa. Elas também poderiam forjar um outro modelo de participação.

Vejam que a desnaturalização da discriminação de gênero passa pela adoção de propostas de reforma política que equalizem a participação de homens e mulheres na política.

Parodiando a Bíblia, na idéia de um gênero como um povo escolhido – o povo escolhido na Bíblia – está a raiz do preconceito de gênero. Há um povo escolhido na sociedade.

O público e o privado são as duas dimensões da vida humana. Como é que homens e mulheres lidam com esses dois espaços que passam tanto a vida do homem como a da mulher?

No caso da mulher, a dimensão privada a aprisiona como reprodutora. No caso do homem, a dimensão pública o libera para o mundo como o produtor. Então tem-se o produtor e a reprodutora; o mundo público e o mundo privado.

Outra cesura com a qual se tem de trabalhar é a cesura interna ao próprio campo das mulheres: questões de etnia, raça, classe social são recortes que temos também de observar dentro do nosso próprio campo, dentro nosso próprio movimento, senão vamos nos esquecer de que a sociedade é profundamente desigual e que temos sofreres diferentes. Todas sofrem, mas há mais sofreres para umas do que para outras, mesmo no tocante a trabalho.

Essa é uma das questões fundamentais que se tem de analisar em questão de gênero, quer dizer, tem-se uma sociedade que paga salários diferentes, pela mesma tarefa, ao homem e à mulher – chega a haver 70% de diferença. Ao mesmo tempo, e o que é mais terrível ainda, as mulheres com mais escolaridade ganham menos que os homens com menor escolaridade. Ou seja, todo aquele discurso sobre qualificação não se sustenta, não se mantém quando se tem um homem e uma mulher no mercado de trabalho.

Outra coisa que o nosso movimento deveria assumir é a luta por salários iguais para trabalhos iguais. Por que não? Se vocês pensam que isso se dá apenas num patamar da sociedade, as pesquisas mostram que, quanto mais se sobe na escala hierárquica de uma empresa, mais aumenta a diferença salarial. Então essa é uma questão que devemos enfrentar, porque essa diferenciação é absurda e não se sustenta em nada finalmente. Qual é a explicação para que, no caso de um homem e uma mulher que cumprem a mesma tarefa, um ganhe mais do que o outro?

Voltando para a nossa reforma política, acredito que ela deve estar associada a outras medidas que devem compatibilizar governabilidade e reivindicações com a desconcentração e a descentralização da administração pública através de mecanismos da democracia participativa. Hoje foi mostrado aqui o obsoleitismo de algumas instituições. Então, essa minha reflexão vai nessa direção.

Um dos problemas clássicos da nossa democracia é como possibilitar a participação dos diversos segmentos da sociedade nos seus processos deliberativos. Nos deparamos frequentemente com dificuldades na participação política advindos dos processos de institucionalização e burocratização da vida pública das nossas instituições, o que torna visível o distanciamento entre os ideais democráticos e a democracia real.

Eu tenho só cinco minutos para finalizar. Quando estamos falando, infelizmente, o tempo passa muito rápido. Então eu vou falar sobre os dois sistemas eleitorais que foram destacados aqui. É interessante pensar sobre o que nos serve. Vamos ter um olhar

utilitarista sobre os dois sistemas de votação, mas sempre com o foco na democracia.

Qual é mais democrático? Acho que esse deve ser o nosso jogo. O sistema que for mais democrático é o que vai nos favorecer mais, com toda a certeza.

Nós temos o sistema proporcional, que todos conhecem, mas eu vou falar um pouco mais sobre o sistema do voto distrital, que é menos conhecido, e está sendo pensado para ser adotado.

Com relação ao voto proporcional, vamos ver o que teríamos como desvantagens. Nós teríamos, por exemplo, a competição – que os senhores conhecem melhor do que eu, especialmente os Deputados sabem disso muito bem – que há entre correligionários do mesmo partido no sistema proporcional, mas é ele o sistema que permite a maior representatividade democrática na sociedade. Então, reclamamos da representatividade, mas os poderes locais não funcionam com o efeito espelho, em que a gente olhe e veja refletido no resultado do voto os anseios da sociedade, a cara da sociedade. Mas, de qualquer maneira, ele garante uma representatividade, principalmente a representatividade das minorias.

Então, eu acho que esse é um ponto que devemos levar em consideração, pois é fundamental dentro dessa visão, e o nosso eixo deve ser sempre o que é mais democrático. Assim sendo, o sistema proporcional garante não a representatividade de indivíduos, mas a representatividade das diversas forças e correntes ideológicas organizadas em partidos, como é o caso, por exemplo, da lista que nós temos, a lista aberta.

O outro sistema que está sendo apresentado como a grande salvação é o sistema do voto distrital. Temos o voto distrital misto e o voto distrital puro. É interessante pensar, continuando no eixo da democracia, como democraticamente funciona esse sistema.

Esse sistema foi aplicado em primeiro lugar na Europa, num momento de ascensão dos partidos de esquerda. Ele tende ao bipartidarismo e à exclusão. Num raciocínio hipotético, podemos definir um distrito ou vários distritos numa região e um candidato por cada partido, digamos, na lista uninominal. Dessa forma, pode-se chegar à situação de que só um partido tenha

representação, e o outro não. Além disso, nesse sistema os mais fortes vão sempre se fortalecer, enquanto os mais frágeis vão enfraquecer, pelo fato de que sua lógica é a da perpetuação.

É interessante observarmos as recentes argumentações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Deputado Paulo Renato no sentido de que há muitos partidos na história do sistema proporcional, de que as campanhas são muito caras e de que precisamos diminuir esses números.

Temos de pensar com muito cuidado sobre esse assunto, porque a reflexão que se faz hoje sobre o voto distrital é absolutamente simpática à primeira vista. Afirmam que os representados vão ter contato direto com os seus representantes. Em determinado distrito, vai ser eleita uma pessoa. No esquema nominal, do distrito puro, vai haver um candidato de cada partido. Então, as pessoas vão eleger um representante, e esse representante vai prestar contas de todas as suas atividades, dos seus projetos, a seus eleitores. Isso é algo muito simpático diante da grande dispersão que realmente há no País e das muitas reclamações em relação ao Parlamento – já discutimos isso um pouco pela manhã. Mas há desvantagens, sobre as quais eu gostaria de falar.

Antes, gostaria de sugerir, como fiz em outro encontro, que os movimentos de mulheres façam reuniões para discutir a reforma política. A reforma política é tão importante para nós, mulheres, que ela deveria ser debatida com a mesma naturalidade com que discutimos futebol. Temos de dar conta desse tema, temos de dominar esse assunto, temos de lidar com essas diferenças de tal maneira a usarmos argumentação qualificada para discutir com as nossas companheiras, a fim de formá-las para fazer um ciclo de multiplicação dessa discussão.

As desvantagens do voto distrital:

- Potencializa o candidato ou o partido mais forte e neutraliza o candidato ou o partido mais frágil;
- Oferece tendência à bipartidarização – vemos isso nos países que adotam o voto distrital;
- Não supõe alternância de poder – o voto distrital não leva em consideração, como o voto proporcional, a alternância de

poder; ele dificulta essa alternância, porque os pequenos têm dificuldade de crescer;

Fortalece as burocracias partidárias, o que é uma coisa a ser pensada.

No limite, podemos pensar que se um partido ganha em vários lugares, ele pode ter uma excepcional representatividade, enquanto outro pode não ser representado. Isso é complicado. Por que isso é complicado? Porque a sociedade é feita de pessoas com pensamentos diferentes, e a política tem de acolher todos os pensamentos. A política é feita também de desejos. Esses pensamentos representam visões de mundo, projetos de vida e têm de ser incorporados. As sugestões que se incorporam na política vêm de um desejo anterior, que vai sendo trabalhado até se transformar num argumento político. Mas nós perdemos a noção de como isso começou. A sociedade tem o direito democrático de ter os seus desejos, perspectivas de vida, projetos de vida levados em consideração.

Há outra questão. Quem divide os distritos? Há uma grande discussão sobre isso. Pode-se desmembrar um distrito em que um grupo político é forte. Isso foi feito, por exemplo, na França. Desmontaram distritos e, ao remontarem, pegaram um pedaço de um e um pedaço de outro. Os partidos, então, ficaram fortes em uns e frágeis noutros.

Qual o número mínimo de eleitores? Como definir o percentual que vai constituir um distrito? Quais os critérios para definir esses limites? São questões para serem discutidas e aprofundadas.

Ao encerrar, destaco algo que me chamou muito a atenção de manhã na fala de Cristina: a menção à Hanna Arendt. Eu achei engraçado, porque eu tinha também preparado uma menção à Hanna Arendt, falando sobre a centralidade da política. Algo que ficou muito forte hoje de manhã, e eu gostaria que ficasse muito forte à tarde também, é a idéia da centralidade da política para os humanos. Ou seja, nós, homens e mulheres, construímos a sociedade. A sociedade é uma construção nossa. Como não pré-existe uma sociedade, então temos a capacidade de moldá-la, como a uma massa de modelar, numa metáfora pobre.

Os gregos pensavam a cidadania como uma ação própria na construção do edifício social. Na cultura grega, falar em riqueza, em dinheiro, em bens era considerado – para usar uma palavra chula, uma gíria do nosso vocabulário – brega. Ninguém falava, era proibido. Ninguém falava nisso. O importante no mundo era agir politicamente. Tanto era assim que se alguém abrisse mão de se manifestar perdia o direito à cidadania.

Hanna Arendt, partindo da análise da política do século XX, faz uma indagação muito interessante. Ela se pergunta, depois de todas as barbáries do século XX, do totalitarismo, etc., se a política tem, de algum modo, algum sentido ainda, depois de tudo aquilo. E ela vai responder assim: O sentido da política é a liberdade. E se o sentido da política é a liberdade, há sempre a esperança de um milagre, não um milagre religioso, mas aquele que é fruto da ação de homens e mulheres.

Portanto, encero minha breve intervenção dizendo que fiquei muito otimista com a Mesa hoje pela manhã, foi muito interessante. Eu acho que temos condições e capacidade de fazer esse trabalho avançar, com a idéia da paridade, com a idéia da lista fechada, ordenada por gênero, por sexo, de tal maneira que consigamos de fato dar uma guinada nessa nossa caminhada já de tantos anos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Gostaria de registrar a presença da Deputada Luiza Erundina e do Deputado Fernando Melo, que estão acompanhando o debate.

Com a palavra a Sra. Lúcia Avelar, que nos vai agraciar com a sua apresentação.

A SRA. LÚCIA AVELAR – Antes de tudo, muito obrigada. Eu agradeço muito o convite desta Casa para estar aqui nesta tarde. Gostaria de saudar os Parlamentares presentes, o público e minhas companheiras de Mesa.

Vou fazer a minha exposição mais ou menos na seguinte sequência. Vou comentar alguns dados comparativos sobre a presença das mulheres nas Câmaras na América Latina, fazendo algumas considerações sobre a nossa posição. Depois vou falar sobre as razões dessas ações afirmativas. Falarei, em seguida, so-

bre como o sistema eleitoral pode afetar a maior ou menor entrada das mulheres na representação política. Enfim, farei algumas considerações sobre as cotas e também falarei sobre participação e representação, essas duas esferas da política, e como elas estão interligadas

Em relação à presença das mulheres nos Parlamentos, sinto não poder projetar dados para os senhores, mas vou informá-los de alguns rapidamente. Na América Latina, os países mais bem posicionados são, sem dúvida, a Argentina (35%), a Costa Rica (38%), a Guiana (28%) e o Peru (29%). O Brasil tem 8,7%, em média, junto com a Colômbia e a Venezuela.

A primeira pergunta que nos ocorre é por que em alguns países as mulheres estão sendo mais bem sucedidas? Por que o Brasil, o mais industrializado, urbanizado, desenvolvido e complexo desse conjunto todo, tem uma representação tão baixa?

No decorrer desta discussão, vamos poder demonstrar o porquê disso não só em relação ao sistema eleitoral, mas também às cotas. Essas coisas estão intimamente ligadas.

Quando falamos em representação política, em melhorias do sistema eleitoral, etc., sempre gosto de lembrar que falamos não só de nós, mulheres, mas do processo de democratização do País, do avanço nessa direção. Não acredito que apenas a mobilização e a maior representação das mulheres seja suficiente.

Nossas instituições fundadoras foram os sistemas patriarcal e escravocrata. Nesse sentido, mulheres e negros ficaram de fora. Não vou nem comentar as pátrias indígenas. Seria até covardia, já que foram simplesmente asfixiadas. Até diria que a mobilização das mulheres e dos afrodescendentes encontram-se em estágio um pouco mais avançado do que a das mulheres indígenas ou dos indígenas de modo geral, das pátrias indígenas.

Gostaria, então, de falar um pouco sobre o sistema eleitoral, como ele afeta positiva ou negativamente não só a aplicação das cotas, mas a representação.

A representação proporcional de lista aberta que temos no Brasil claramente não nos ajuda, nem ajuda nenhum tipo de minoria. Há vários textos, inclusive no próprio site da Câmara dos Deputados, que tratam do sistema proporcional de lista aberta,

tecendo considerações sobre minorias, etc. Sugiro a esta platéia que baixe alguns deles, que informam muito sobre essa questão.

Mas por que a representação proporcional de lista aberta não nos ajuda? Porque é um sistema de representação em que cada candidato se faz opositor de outro candidato de seu próprio partido – isso em primeiro lugar. E vence aquele que tem melhor situação de competitividade. Claro, nós temos que ter como ponto de partida que não há igualdade de oportunidade no que diz respeito aos candidatos, às elites políticas tradicionais. Enfatizo essa questão, porque, quando estudamos a reprodução do sistema de representação, fica muito claro que as elites políticas tradicionais se reproduzem a sua própria imagem. Essa já é uma saída. Muitas vezes me questiono se quero eleger mulheres comprometidas com as elites políticas tradicionais, que não abrem o sistema de representação para as minorias.

A pergunta que devemos fazer é se nos interessa eleger mais mulheres ou mais feministas, com tudo o que essa palavra infelizmente ainda traz de *déclassé*. Ser feminista é ser homossexual ou contra o casamento ou contra filhos ou contra a família; enfim, uma série de características de conteúdo pejorativo, enquanto feminismo é um código de ação para avançar na luta pela igualdade. Então, é um sistema de valores. Inclusive um dos nossos objetivos é limpar o conceito de feminismo. Homens feministas são a melhor coisa que tenho encontrado na vida, porque, por exemplo, têm lutado por um sistema de saúde reprodutivo de melhor qualidade, a fim de melhorar a prole, a população.

Os estudos têm mostrado que o sistema proporcional de lista aberta não nos ajuda. E em todos os países da América Latina que citei – depois vou deixar uma lista –, quando se combina a representação proporcional com listas partidárias pré-ordenadas ou fechadas e se adiciona a isso a obrigatoriedade da posição competitiva, ou seja, as mulheres têm que estar nas primeiras posições da lista, e o tamanho da circunscrição eleitoral – porque, quando existem circunscrições muito pequenas, no geral, elas não ajudam muito a eleição de mulheres – aliado ao compromisso partidário... Por exemplo, na Argentina, aquelas bravas mulheres da Plaza de Mayo, primeiro *las madres*, depois *las*

*abuelas*, agiram diretamente sobre as estruturas partidárias, sobre os líderes partidários, não apenas fazendo lobby para que esse sistema de representação proporcional adotasse a lista fechada, mas também a cláusula da obrigatoriedade da posição competitiva. Quer dizer, tem que estar lá. Foi muito interessante a ação das mulheres argentinas sobre as cúpulas partidárias. O mesmo que fizeram as mulheres na Suécia, por exemplo. Digamos que houve uma ameaça de leve: ou mudavam o formato, o desenho dessa legislação ou as mulheres fariam campanha de voto nulo, de voto em branco e não elegeriam mais ninguém. Foi uma ameaça mesmo.

Há depoimentos das mulheres suecas. Uma Embaixadora da Suécia aqui em Brasília disse claramente: Nós fizemos um lobby pesado sobre as cúpulas partidárias.

Então, deve-se exigir esse compromisso partidário junto com a lista, ou totalmente pré-ordenada ou parcialmente ordenada, porque pode ser combinado, com essa cláusula de posição competitiva.

Quanto à representação proporcional de lista pré-ordenada, isso poderá nos levar a escolher para estar nessa lista nas primeiras posições mulheres comprometidas com os temas das mulheres e da democratização do País. Quer dizer, não é qualquer mulher que vai entrar nessa lista. Elas têm de ter um passado, uma história. Elas não vão cair de pára-quadras nessa lista, terão de apresentar uma espécie de biografia política.

Está na hora de darmos um passo a frente na questão das cotas. Eu não estou mais pensando nessa coisa do sistema de cotas para reservar vagas para candidatos. É sistema de cotas para reservar assentos.

Na Índia, por exemplo, adotou-se o sistema de cotas para as diferentes castas da sociedade Mas isso significou obrigatoriedade de assentos. Não é que vão me deixar ser candidata. Não. Terá de ter um número “x” de representantes.

Tudo bem, conseguimos esse avanço na sociedade brasileira, até falamos de cotas, o que de alguma forma divulgou a sub-representação das mulheres na política, mas eu acho que deveríamos

avançar mais. Agora, nós precisamos reservar assentos mesmo, e não candidaturas.

A minha impressão é de que nós, ainda, com toda essa história de luta, de tentativas de mudanças, não conseguimos disseminar o valor igualdade na sociedade brasileira, nem nas mídias, nem junto à opinião pública.

Eu ainda tenho como referência um modelo histórico, que é o modelo da construção da social-democracia europeia. Não vou dizer que depois a social-democracia europeia não entrou para o caminho que entrou, mas, no começo, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, houve uma participação enorme da população, não só da classe trabalhadora, mas das mulheres. Os estudos acadêmicos, de alguma forma, esconderam a participação das mulheres na conquista democrática, na construção da social-democracia, mas agora eles estão sendo reescritos.

Quero chamar a atenção dos senhores para algo muito interessante: principalmente os partidos de esquerda vinham com as mulheres. As mulheres foram responsáveis, nos anos de 1810, 1820 até mais ou menos 1840, por exemplo, pela ampliação da consciência dos trabalhadores, da classe trabalhadora. Elas fizeram parte daquilo que se chamava União Operária. Então, elas escreviam livros, etc. Nada disso foi muito divulgado.

Os partidos políticos de esquerda, que lutavam pela abertura do sistema político, pela democratização, diziam para as mulheres o seguinte: vocês têm que ter paciência; primeiro, temos de fazer revolução e depois vamos lutar pelos direitos das mulheres. Com isso, a coisa foi passando. Estamos esperando o quê? Revolução não vamos mais fazer, porque já não é mais parte da história. Então, há que se tomar ações muito incisivas no sentido de mudar as regras do jogo, de modo que elas sejam mais permeáveis às minorias.

Quero reafirmar que o valor igualdade, que nos pode beneficiar enquanto mulheres, beneficia a sociedade como um todo, no sentido de que incorpora outros segmentos que também não estão representados na política brasileira, que é de elite. Claro que reconheço que tivemos um pequeno avanço. De 0 a 10, estamos pelo 1,5. Acho que avançamos um pouco.

Para finalizar, queria falar sobre as estratégias que já constam nos estudos sobre mulheres.

Primeiro, mobilizar o eleitorado feminino, mas disseminando o valor de igualdade. No Brasil, há 4 milhões a mais de eleitoras. Acho que devemos chamar um pouco mais a atenção desse eleitorado feminino, que nunca foi convocado, digamos assim, para votar nas mulheres.

Segundo, agir sobre a opinião pública. A opinião pública, a imprensa, as mídias, ainda não disseminam valores de igualdade. Sinto muito, mas não. Acho que precisamos formar uma nova geração de jornalistas. Graças a Deus, hoje vejo aqui que há vários jornalistas que estão continuamente atualizando-se e que vêem essa questão da igualdade como um valor maior. E aí entram as mulheres.

Há uma última coisa que eu queria comentar com os senhores. Há um esforço entre pesquisadoras e pesquisadores na Europa para conhecer os valores e as práticas das Organizações não Governamentais (ONGs) e dos movimentos sociais em termos de maior horizontalidade de participação. Estamos de certa forma fazendo parte dessa pesquisa, chamada DEMOS, Democracia e Democratização.

Esses valores e práticas, obviamente, trazem uma crítica muito severa ao modelo da representação política como foi pensado há 200 anos e como existe hoje, porque é o mesmo. Dados da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) mostram que a participação de mulheres em ONGs e movimentos sociais é de 2/3, enquanto a representação é de 8%.

Então, compararam o sistema de participação com o de representação. Não só isso, mas o modelo verticalizado da representação política tal como foi idealizado com o que existe hoje.

Pelo menos 25 países que estão pesquisando valores e práticas no âmbito da participação da sociedade civil criticam o modelo de representação política. Será que não podemos ambicionar um novo modelo de representação política que incorpore essas práticas mais horizontais que já são vividas pelas mulheres, pelos menores segmentos de poder, etc.?

Deixo aqui essa proposta, que já é uma realidade. Isso já está acontecendo. Acho que poderíamos seguir nessa direção.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Antes de passar a palavra para a próxima oradora, quero registrar que passaram por aqui as Deputadas Fátima Bezerra e Maria do Carmo Lara. Parece-me que elas foram votar.

A Deputada Janete Capiberibe já votou e vai me substituir privoriamente aqui, pois vou ao plenário votar e retornarei à Mesa.

Com a palavra a Sra. Benilda Regina Brito.

A SRA. BENILDA REGINA PAIVA DE BRITO – Boa tarde. Eu vou só agilizar aqui, Deputada Cida Diogo. Eu acho bacana esse procedimento da votação. Só queria deixar um recado antes da sua saída, que é o das mulheres negras, em solidariedade ao incidente acontecido na semana passada, uma vez que há coincidência ou repetência em caracterizar as mulheres negras de preta, pobre e puta.

Prestamos a nossa solidariedade por esse momento tão cruel, absurdo, sexista, homofóbico, machista vivido nesta Casa e queremos dizer da nossa indignação. Isso não é mais possível.

Vou tentar falar aqui rapidamente, nesses vinte minutos que me foram concedidos, já considerando isso muito difícil. Estou aqui com a responsabilidade histórica de participar deste momento nesta Casa como um recorte de raça, que é um trem muito difícil – trem porque sou mineira mesmo –, muito diferente do que já aconteceu na história deste País.

Acho que cometeria um erro absurdo com o povo negro, com as mulheres negras, se começasse este debate com a questão dos percentuais, da alternância, do voto distrital, do voto misto. Há outro debate que antecede essa discussão, que é mesmo como este País trata esse povo. Depois, poderemos começar a discutir reforma.

O próprio nome do seminário chama a atenção. Reformamos o quê? Vamos reformar, dar uma outra forma para uma forma que já existe. Quando reformamos nossa casa é para mudar o que não está legal. Acho que reforma política pressupõe fazer

uma alteração, uma mudança estrutural no que está aí. Isso quer dizer que o que está aí não está legal. Isso quer dizer também, num linguajar comum, popular, que há algo de podre no reino da Dinamarca.

Gostaria que fizéssemos esse debate sinceramente, tranquilamente, por mais doído que seja discutir as relações raciais do País. Estou falando não apenas como professora da Universidade Católica de Minas – nós bem sabemos do nosso trabalho, não é, Maria do Carmo? –, mas enquanto mulher negra, do Movimento Social Negro, que, tenho o prazer de dizer, formou-me na militância política e histórica no Brasil.

Todo mundo comentou sobre a questão da democracia. Seremos hipócritas se discutirmos o conceito de democracia, qualquer que seja ele, sem discutir a questão da igualdade. Confesso que não percebo dois segmentos mais injustamente tratados no Brasil, em termos de desigualdade social, do que o de sexo e raça. Não há outros, ainda que a Deputada Erundina me diga que ser nordestina é complicado, que ser baixinha também é difícil. Estou falando de heranças históricas. Historicamente, negros, negras, mulheres sempre foram tratados com muita diferença. “Ah, Benilda, o homossexual é muito discriminado”. Mas se for homossexual negro, se for uma mulher lésbica negra, há mais dificuldade.

Não quero disputar o lugar de quem é mais sofrido, menos sofrido, de quem é pior, de quem é melhor, nada disso, até porque eu sou uma mulher que acumulo muitas discriminações: eu sou lésbica, eu sou professora, eu sou gorda, eu sou negra, eu sou pobre. Eu posso relacionar uma miscelânea de fatores para contarem em termos de discriminação no País.

Por isso que eu proponho uma conversa franca, fraterna, tranquila, mas que possa mudar um pouco esse quadro de desigualdade, para pensarmos efetivamente numa reforma política.

Eu não consegui fugir, Brasília, dessa coisa de professor. Proponho três rápidas reflexões, antes de entrar na minha apresentação.

Primeiro, um pouco do cenário do Brasil. Como está o nosso Brasil, como foi o nosso Brasil e como fazemos esse debate hoje no Brasil?

Segundo, enquanto militante do Movimento Negro, acho fundamental na discussão política a invisibilidade racial do Brasil.

Terceiro, a concepção de direito. Até onde topamos fazer esse debate?

Vou tentar ser fiel aos vinte minutos.

Queria dizer que este seminário não acontece em um momento casual. Hoje é dia 15 de maio, estamos a 2 dias dos 118 anos da Abolição da Escravidão no Brasil. Cento e dezoito anos para a história foi ontem. Parece que foi muito tempo, mas, para a história, foi ontem. Uma coisa que me assusta profundamente é o silêncio que impera numa data como essa. Comemoramos o Dia das Mães – muito legal –, mas não conseguimos remeter o Brasil a pensar, numa reforma política, no que essa data representa para nós.

Sou católica, apostólica, morei em convento, ia ser freira. A minha militância política nasceu na Igreja. Eu era de grupo de jovens, pastoral de juventude, fui para o Movimento Negro, fui para o Partido dos Trabalhadores, mas a minha origem política nasceu na Igreja. Eu aprendi no catecismo que profeta é aquele que anuncia a boa nova e denuncia as injustiças. Eu aprendi isso na Igreja, mas na Igreja da Teologia da Libertação. A minha formação se deu em outro momento da Igreja, não tenho o menor constrangimento em dizer isso.

Quero dizer da sutileza que a Igreja utilizou nesses últimos cinco dias, coincidindo com o Dia das Mães; com o dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, mulher negra; com a santificação de Frei Galvão, um engenheiro e arquiteto que usou de mão-de-obra escrava no Brasil. O silêncio que a Igreja Católica utiliza na hora de santificar ou na hora de discutir igualdade, diversidade, fraternidade é hipocrisia. Tanto é que vou usar o exemplo do Papa para demonstrar a sutileza que o racismo utiliza para se manter no nosso meio. E acabamos reforçando isso em nome de um deus que eu acredito. O nosso deus preto deve ser algum deus diferente, não é possível. Depois que o Papa João Paulo II faleceu, o nome mais cotado para ser Papa era o de um bispo africano, negro. E não me sai da memória uma senhora, com o rosário – o rosário, para quem não conhece, para nós,

católicos, é a combinação de três terços –, em frente às câmeras dizendo assim: se Deus quiser, o próximo papa não será um negro, porque o próprio Deus dá sinal. Quando o Vaticano chega a um consenso, a fumaça que sai de lá é branca. Quando não há consenso sobre o nome do próximo Papa, a fumaça é preta.

A simbologia que existe nessas relações parece sutil, mas é extremamente eficaz para modelar a nossa atitude, o nosso olhar, o nosso imaginário nas relações sociais.

Desculpe-me, Papa Bento XVI, mas é um desabafo. Realmente estou engasgada. Acho que quando queremos discutir reforma, temos de fazer isso.

Quero chamar a atenção para o seguinte: embora sejamos mulheres, embora estejamos hoje, em 2007, discutindo o mesmo cenário, a reação social para nós, mulheres negras, não pode ser considerada a mesma para todas as outras mulheres. Não pode. É absurdo pensarmos nisso.

Vou agilizar, para tratar do segundo ponto, que é a questão da invisibilidade. A Profa. Cida Bento, de São Paulo, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), usa uma expressão que eu acho interessante para este momento. Ela fala “nós sofremos de uma indignação narcísica”. Que é isso? Eu fico indignada desde que eu faça parte desse grupo. Então, eu sou solidário, sou companheiro, protesto, estou indignado, se eu fizer parte, se eu tiver uma afinidade, uma identidade com esse grupo. Caso contrário, no mínimo, eu mostro alguma ação de solidariedade, no sentido mais restrito que essa palavra pode ter.

Por isso, Profa. Lúcia, vamos diferenciar as mulheres indígenas. A reação da sociedade brasileira contra os indígenas é absurda, mas é uma reação de proteção, é uma reação de olhar um povo – coitado – como alguém que precisa ser tutelado, como alguém que ainda não consegue garantir os seus direitos. Prova é que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nunca teve um presidente indígena, o que é uma coisa absurda. Mas a reação social é diferente da intolerância que existe neste País com relação ao povo negro.

A invisibilidade que esse povo negro tem no Brasil é perversa, embora o Brasil seja o País que mais invadiu o continente africano em toda a história da humanidade, trazendo para cá negros e

negras na condição de escravos – nenhum país do mundo invadiu tanto o continente africano como o Brasil. O Brasil também foi o último País do mundo a abolir a escravidão – em 1888, quando o restante do mundo já tinha abolido –, e é o segundo em maior população negra do mundo. Mesmo assim, a invisibilidade no trato racial no Brasil é perversa. E é em decorrência disso que nasce o Movimento de Mulheres Negras.

No movimento feminista, falavam que tudo é questão de gênero, é questão da mulher. No movimento negro falavam que tudo é negro, é isso mesmo. Pensávamos: espera aí, tem algo diferente, que é o fato de sermos mulheres e sermos negras. Que trato vamos dar para esse recorte?

Essa invisibilidade é aquilo que o Steve Biko falava bem, e eu concordo. Muitas vezes tivemos a sensação de estar por nossa conta, de que tínhamos de fazer. Acho que a história de mulheres negras neste País é isso. Chegamos até aqui e estamos discutindo muitas vezes por nossa conta, estamos cutucando as esferas políticas, os movimentos sociais, os partidos políticos.

A terceira questão sobre a qual gostaria que refletíssemos – vou falar rapidamente, senão o meu tempo vai estourar antes de eu entrar nas minhas transparências –, é a concepção de direito.

Gente, a abolição aconteceu em 1888. A Lei Áurea tem duas linhas. Para quem nunca visitou, vale a pena consultar. Primeira linha: “Está extinta a escravidão no Brasil”. Segunda linha: “Revogam-se as disposições em contrário”. Silêncio. Quatorze de maio, ninguém sabe o que aconteceu. Só a Rede Globo, que na novela *Sinhá Moça* mostrou, outro dia, o povo negro passeando no campo, sorrindo para o infinito, pensando no nada, conceituando liberdade. Só lá, porque 14 de maio foi um silêncio na história.

Pensamos assim: a Abolição aconteceu em 1888. Aí passaram os anos de 1889 e 1890. Em 1891, a primeira Constituição brasileira vai proibir que votem pobres e mendigos. Quem eram os pobres e mendigos? O Estado brasileiro dá uma sentença pública, clara, de exclusão.

Esta discussão sobre inclusão, que estamos fazendo agora, é um exercício. Estamos lidando com ela há muito tempo. O

Cazuza cantava: “O tempo não pára”. Pará nós, negros, parece que o tempo pára, sim. Em 09 de maio de 1950, nós estávamos inaugurando o primeiro Conselho Nacional de Mulheres Negras. Isso há 57 anos. E um dos primeiros propósitos do Conselho, em termos de políticas públicas, era elevar o nível de escolaridade da mulher negra e levantar a sua auto-estima. Há 57 anos! E o que é mais grave, sobre o que fico dialogando com o Cazuza aqui na minha cabeça: os nossos heróis, as nossas heroínas negras não morreram de overdose. Então, de que igualdade estamos falando neste País? Esse debate, eu queria que fizéssemos na concepção do direito.

Quando pensamos que o cenário aponta para isso, vemos a reação dos brasileiros. Sou professora universitária, dou aula no quarto período de Direito, e posso dizer que 2% dos estudantes universitários brasileiros são negros, num País que tem a segunda maior população negra do mundo. Aí discutimos ações afirmativas, cotas para negros. A reação brasileira é assustadora. Se o povo pudesse enfiar os negros num navio negreiro para voltar para a África, faria isso sem pensar duas vezes. A intolerância no debate, a insistência em negar os dados que temos mostrado historicamente nos assustam.

Portanto, se vamos discutir 30% – quero dizer isso durante a exibição das transparências –, do que estaremos falando?

A nossa concepção de direitos esbarra até onde é tolerável entender o outro ou não. Por isso eu pedi uma conversa fraterna. Falo de forma eufórica, porque eu sou assim mesmo, mas muito doce, fraternalmente, para a gente pensar um pouco de que lugar que a gente está falando e do que estamos falando.

Faço parte da Nzinga, entidade de Belo Horizonte, um coletivo de mulheres negras. Ali eu coloquei uma frase do Fernando Brant: “O que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir”.

Vou passar bem rápido isso.

Nas convenções, nos tratados, nos avanços, nas conferências feministas das quais nós sempre fizemos parte, sempre trataram da mulher dessa forma geral. Nós nos vimos naquele momento também. Tanto é que a Convenção de Belém do Pará – fiz questão de conversar com ela, pensando no julgamento da irmã, acho que

a gente tem de estar voltando a história – vai dizer que toda mulher – toda mulher, todo mundo – tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Quando a gente fala de violência, embora a convenção seja um marco no movimento feminista para a discussão da violência doméstica, a violência que a gente conquista vai ultrapassar qualquer concepção desse nível. Ela vai chegar à concepção mais profunda do ser humano, da identidade, da felicidade, do desejo, que é a liberdade da violência.

Nesse ano, a gente comemora não sei quantos anos da morte de Lima Barreto, um conhecido escritor brasileiro. Ele foi um dos intelectuais que melhor conceituou a violência. Ele escreveu *Clara dos Anjos*, de leitura obrigatória em nossa Literatura. Clara era uma menina negra. Em certo momento do livro, ela diz: “Mamãe, nós não somos nada nessa vida”.

Quem me chamou atenção para isso foi o Edson Cardoso, meu amigo, com quem tive o prazer de almoçar agora, rapidamente. A gente comentou essa situação. Então, o sentimento da violência é o sentimento de ser coisa, é de não ter desejo, é de não ter sonho, é de não ter fantasia, é de não ter vontade.

A violência do racismo provoca esse sentimento, como a violência doméstica, como a violência social, como a violência estrutural. É o sentimento de não ser nada, de não ter sonhos, de não ter projetos. Quem não tem sonhos e não tem projetos vai disputar o que na esfera política? Se a gente não tem auto-estima, se quando o Clodovil fala que a Deputada Cida Diogo é feia, o ideal de beleza brasileira nunca foi de uma negona de cabelo para cima. Nunca foi esse. Os nossos referenciais são outros.

Então, reafirmar a identidade para partir para a esfera pública exige que primeiro eu olhe para o espelho, veja a minha cara preta e ache bacana. Se eu não conseguir achar, não vou discutir isso.

Eu trabalho com educação em Belo Horizonte, sou gerente de educação da nossa Prefeitura. A maior dificuldade que os professores encontram de trabalhar a Lei nº 10.639, que obriga a discussão da história e cultura africana nos currículos, é a de primeiro perceber a identidade. E este País também faz essa violência com a gente. Quem tem cabelo crespo e tem a pele um

pouquinho mais lisa afirma que é branco. “Sou branco”. “Sou pardo”. “Sou moreno”. “Sou mulato”.

A minha identidade negra é um troço difícil, porque pressupõe mais do que um discurso: um enfrentamento político.

Gente, aprendi isso com mamãe, com vovó e com o movimento negro. Minha avó trançava o meu cabelo, me mandava para a escola e dizia: “Nossa, minha neguinha está linda!”

Todas nós, quatro mulheres, crescemos sabendo que éramos negras e que éramos lindas. Isso fez um diferencial na forma de encarar o mundo, de nos posicionar politicamente. Mas a gente precisou disso, precisou da escola. A minha professora no maternal era a D. Efigênia Rosa Leal. Não tenho noção de onde ela anda, não tenho notícia dela, mas ela foi um marco na minha vida.

Então, esse empoderamento de identidade é algo que a gente conquista no movimento social. E ainda que eu seja de um partido extremamente avançado, bacana, que eu adoro, legal, essa discussão acontece e pega muito dentro de qualquer partido político.

Esse é o retrato histórico do Brasil.

A IV Conferência Mundial da Mulheres na China, em 1995, vai reafirmar o que a gente dizia hoje de manhã, ou seja, que sem as mulheres os direitos não são humanos. Desculpem. Está faltando. Os direitos não são humanos. Estou reafirmando, está faltando. Quem receber a cópia, por favor, corrija. Sem as mulheres os direitos não são humanos.

E é toda mulher: indígena, profissional do sexo, negra, nordestina, baixinha – não é Erundina?

A Organização das Nações Unidas (ONU), a Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, também vai reafirmar isso, dando evidência para a questão de raça.

A Conferência de Pequim não aconteceu na China por acaso. A ONU sempre faz opção por lugares onde há maior conflito e manifestação social. Conhecemos bem a situação das mulheres na China.

Nós juntamos quinhentos delegados no Brasil e fomos para a Conferência Mundial contra o racismo na África do Sul.

Em 2002, a ONU também vai tratar de que todas as meninas – e já trata da questão da criança – e todos os meninos são iguais e tal.

Chamo a atenção dos senhores para o preconceito e o enfrentamento, como Florestan Fernandes sempre insistiu. Em qualquer dos seus livros, vamos nos lembrar de que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito.

Não admitimos esse debate, não é? “Não é bem assim”. “Benilda, a empregada mais bacana da minha casa também era uma mulher como você”. “A babá que me criou...”

Esse imaginário social é cruel, porque me imaginar, depois de um povo que não podia votar, discutindo reforma política! É muito rápido para a história. Então, todo início de semestre eu chego na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e os alunos olham para a minha cara: “É você que é a professora?” “Sou eu gente. Tudo bem?” “Nossa, eu te imaginava tão diferente!”. “É mesmo? Mais magra?” “Não...” “Mais baixa?” “Não...”.

Está dito. Sabe o que é cruel no racismo? É que a gente vive essas relações sem verbalizar. Não precisa. Elas estão aí. O silêncio impera, domina, toma conta e está aí, mas ele é eficaz. Então, a vergonha de admitir essa coisa é muito difícil. A gente até comenta: temos de olhar as indígenas, as negras. Alguém sempre lembra quando olha para minha cara: “As negras, porque a discussão racial...”

Mais do que isso: do espaço que nós ocupamos. Quais são as ações?

Lembro da provocação da Erundina hoje de manhã. O que significa ter mulher na política? Fico pensando: qual é a diferença de haver mulher negra na política em um País racista como Brasil? É esse debate que temos de dar conta de fazer.

Nessa outra lâmina, Cida – acho que as lágrimas servem para fortalecer a gente mesmo, não é nenhum pedido de dó, de piedade, nada disso –, foi proposital o desenho que coloquei. Acho que a gente se refaz.

As agressões físicas, o abuso sexual e a violência racial provocam danos físicos e psicológicos. Falamos em violência, lesão corporal, violência sexual, danos morais. Mas essa violência que a Deputada sofreu na semana passada e que a gente tem historicamente sofrido, principalmente com as nossas características

físicas, em um *mise-en-scène* de negação, é uma violência que ultrapassa qualquer capacidade. Acho que devíamos chamar a psiquiatria, a saúde mental, a psicologia, todo mundo, para ver as sequelas que o racismo provoca em nossas vidas.

Hoje, a psicologia vem discutindo o conceito da resiliência. Acho bacana e importante a capacidade de superar os desafios, como a gente sai desses traumas. Vou dizer para vocês: a gente quer dar um recado enquanto mulher negra. A gente acumulou historicamente esse debate. E se poder é bacana, a gente também quer estar lá. Se é legal discutir igualdade, temos de discutir de acordo com essa lógica, com o recorte racial e com o nosso cabelo crespo, com a nossa cara preta e com essas diferenças físicas que não deveriam servir para nos distanciar. Ao contrário, deveria nos aproximar.

Eu sempre digo que o mercado consumidor é muito mais esperto do que qualquer elaborador de políticas públicas. Sou gestora da prefeitura municipal e estou lá há dezesseis anos. Sempre afirmo isso. O mercado consumidor entendeu, anos-luz, o que é a lógica da diversidade.

Quando a Seda sacou que eu, a Josiane e a Regina gostamos do nosso cabelo crespo, correu e fez um shampoo para o nosso cabelo.

Quando dissemos que somos belas e queremos uma pintura, a Avon e a Natura correram e fizeram produtos para a gente. Isso quer dizer o quê? É o reconhecimento da diferença na igualdade: “Eu quero um produto legal. Eu tenho mais melanina, eu quero um creme que hidrate”.

É com a Lupo que eu mais babo. Ela fez uma meia da cor da pele. Vejam que diferença política isso faz. A gente chegava em um lugar e pedia: “Me dá uma meia da cor da pele?”. Da cor da pele de quem?

Aí a gente ficava com o rosto negro, com o braço negro e a perna bege. Isto, para mim, é reafirmar a diferença.

É este o nosso debate: reafirmar as nossas diferenças na concepção de direito. É isso o que a gente chama de discriminação positiva. O que é? É tratar diferente os considerados diferentes, buscando a igualdade. Essa é a lógica das políticas de ações afirmativas, que eu acho que a gente tem de conseguir enfrentar.

Por isso coloco que políticas públicas têm de ter o recorte da diversidade.

Todos irão receber essas observações.

Aqui, minhas considerações sobre classe, etnia e faixa etária, e tem de haver políticas focalizadas.

Deve-se pensar em uma reforma e reconhecer o que Sueli Carneiro, de São Paulo, reafirma o tempo inteiro: “A absoluta maioria dos excluídos tem cor e sexo. E a política social tem de expressar essas dimensões”.

Essa lâmina traz uma imagem das mulheres negras sobre o que tem sido historicamente o nosso lugar na sociedade. Antes de o IBGE reafirmar em 2006, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) já mostrava isso. Existe uma pirâmide social no Brasil. Quem está no topo da pirâmide? O homem branco. Depois dele? As mulheres brancas. Depois delas? Os homens negros. E, por último, nós, mulheres negras.

O que essa pirâmide vem reafirmar para a gente? Que ainda que sejam mulheres, o fato de serem brancas as colocam acima dos homens negros. Então, não dá para a gente discutir as mulheres, os homens, sem tratar do recorte de raça. Não dá. Porque, ainda que sejam homens, homens negros estão abaixo das mulheres brancas numa pirâmide de ascensão social.

Este é o nosso cenário desde 1951, quando foi instalado o I Conselho Nacional, até hoje, em 2007, quando a gente discute reforma política: piores salários, maior número de analfabetos, maior dificuldade de acesso a serviços de saúde, todo esse grau de desigualdade.

Ali falo um pouco da mulher na política – embora tenha me referido a isso no começo.

Quero chamar a atenção para setembro de 1871, quando se discutia a Lei do Ventre Livre. Setembro de 1871. Muito anterior à discussão do aborto, do direito do nosso corpo, de dizer que nós não somos só um útero, de que a gente tem o direito de expressar sobre o nosso corpo, de nos relacionar com quem a gente quiser, da forma que a gente quiser, a gente queria ter o direito de ser mãe.

Quando todo o Governo, todo mundo, incluindo o mundo político, trata de mulher, a primeira idéia que vem é uma discussão sobre maternagem. Eu fico muito incomodada com isso, porque depois da maternagem vem a violência. E tem mais muitas outras coisas que nós somos, que nós pensamos e que nós queremos que não estão na agenda.

Em setembro de 1871, a gente discutia, mulheres negras, o direito de ser mãe, uma discussão universal, que hoje todo mundo discute a melhor maneira, com o SUS, como é o atendimento, a pediatria e tal.

Depois, em setembro de 1995, no mesmo mês, a gente discutia cotas nos partidos, cotas para as mulheres na política. Vejam como o tempo é outro? Ainda que setembro seja o mês da primavera. Estão vendo como o tempo, o sentimento da estação soa diferente na questão da raça? É a provocação que eu queria fazer.

A Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão Especial Mulher Latino-Americana, reafirma que nós, mulheres, somos 52% da sociedade brasileira, e os outros 48% quem são? São os nossos filhos, os nossos companheiros, homens. Então, nós queremos participar da política, sim. Eu acho que é uma reflexão que devemos fazer em termos de reforma.

A reforma política visa a radicação da democracia para enfrentar as desigualdades, a exclusão, promover a diversidade – mas a diversidade de verdade – e fomentar a participação cidadã.

Vocês vão receber cópia desse material. Já foram reproduzidas.

Quero finalizar dizendo o seguinte: excluídas de muitos lugares – como diziam Steve Biko, Winnie Mandela, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento e várias ícones negras para a gente, do Movimento de Mulheres Negras –, nós conseguimos sobreviver. A gente conseguiu se virar. Então, feliz de ter sido excluída do campo de batalha porque a morte não nos é indiferente.

A violência doméstica leva à morte, bem como a violência racial. A gente convive com um punhado de invejoso, sacana, mentiroso que já morreu, racista que já morreu. A gente convive com um punhado de defuntos no nosso dia-a-dia, sem perceber que essas pessoas já morreram. São pessoas que não há para a democracia, que não há para a diversidade, que não há para a luta

da desigualdade, mas que estão aí, sacaneando pelo contrário, fazendo inclusive movimentos, como os Clodovis da vida, de rebaixar esse lugar que conquistamos a duras penas.

A discussão da escolaridade para a gente é gritante. Não me enviaram à universidade. Aprendi a pensar por minha conta. Por isso que embora sejamos a maioria das analfabetas, das sem oportunidade de trabalho, sem visibilidade no cenário de direitos, a gente vem insistindo o tempo inteiro.

Tenho o maior orgulho de sentar a esta mesa para representar o movimento de mulheres negras. Quando digo isso, estou falando pela minha mãe, pela minha avó, pela minha filha, por tantas outras mulheres visíveis e invisíveis, companheiras do movimento, que me antecederam e são nossas antecessoras neste debate.

Termino dizendo: com tanta fortaleza acumulada, com tantas habilidades e destrezas aprendidas, mulheres, se tentarmos, conseguiremos um mundo do avanço. Reforma, para mim, significa nossa participação na qualidade de mulher, negra, indígena, lésbica, gorda, pobre, baixinha, nordestina, nesta reforma, o que quer dizer que queremos ser, sim, arquitetas, pedreiras, engenheiras, mas acima de tudo mulheres fazendo a diferença para poder reformar de verdade.

Era isto. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Esta é a diferença da mulher na política. É assim que queremos discutir política.

Antes de passar a palavra à Deputada Luiza Erundina, que está inscrita, e a mais três companheiras que se inscreveram e abrir o debate, faço um convite. As nossas companheiras tiveram de ir ao banheiro e estão retornando. Semana que vem, dia 22 de maio, de 9h30min às 17h, no Plenário 9 desta Casa, acontecerá o IV Seminário Nacional Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (GLBT), uma parceria com o movimento organizado de gays, lésbicas, travestis e transexuais, uma realização junto com a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT, da qual assumi na semana passada a coordenação nesta Casa.

No dia 9, um dia após o Dia Internacional da Saúde da Mulher, realizaremos também nesta Casa, no Plenário 7, sede da

Comissão de Seguridade Social e Família, a instalação da Subcomissão Especial de Saúde da Mulher e Planejamento Familiar, com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e da Ministra Nilcéa Freire.

Aproveitaremos para, ao longo do dia, realizar seminário para discutir e avaliar os programas estaduais de saúde da mulher para que a Subcomissão possa trabalhar, discutir e pensar ações concretas para fazer avançar políticas públicas na área de saúde da mulher. Os dois convites têm datas marcadas.

Passo a palavra à Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Companheira Cida Diogo, serei muito breve. Saúdo as companheiras Benilda, Brasília, Lúcia Avelar e Cida Diogo, que coordena os trabalhos.

Pedi para participar deste debate primeiro para agradecer e ressaltar a qualidade das contribuições trazidas pelas companheiras a este seminário.

Chamo atenção para um ponto, embora, às vezes, me torne cansativa por insistir sempre nos aspectos culturais relativos a gênero e raça. Aprendi a ser atenta ao tema na minha experiência de vida pessoal. Com formação marxista e socialista, sempre valorizei muito a luta de classes. Achava que a luta de classes resolveria todos os problemas. Se resolvêssemos a dominação de classe não só econômica, mas ideológica etc., todos os demais problemas estariam resolvidos no enfrentamento da luta de classe. Levei um tempo para me dar conta de que isso não aconteceria. Há outros pontos que a luta de classes não atende, não resolve e não esclarece, até do ponto de vista da compreensão da importância e das implicações dessas questões, que, sem dúvida nenhuma, são as de gênero e de raça.

Também aprendi bastante sobre a questão racial na minha cidadezinha na Paraíba, no alto sertão, região de seca, da qual migrávamos a cada seca que havia para algum lugar deste mundo todo. A minha mãe, que teve dez filhos, adotou uma menina negra, sua afilhada. Ela foi criada junto conosco como mais uma filha. A cor da pele dela absolutamente não a distinguiu dos outros filhos e das outras filhas da minha mãe. Isso para mim teve um peso e uma importância enormes.

De outro lado, naquela pequena cidade, que eu acho que não tinha nem 5 mil habitantes na época em que eu era criança, havia uma rua chamada Rua dos Negreiros, onde viviam os negros da comunidade. Eles eram tão pobres quanto os brancos, mas eram segregados. E me marcou profundamente o dia em que minha irmã negra, a mais velha, casou-se com um negro. A consequência imediata de ela ter se casado com um negro foi ter de ir morar com ele naquela rua, na Rua dos Negreiros. Aquilo me tocou muito fortemente. Eu não entendia as coisas acontecerem daquela forma.

Mais para frente, pude refletir sobre a luta de classes e a cultural. Vejam bem, somos de origem portuguesa. Havia uma forte descendência de portugueses naquela região, um forte traço cultural e colonial. Ao refletir, na minha trajetória e na minha militância, vi que a luta de classes não daria conta. Éramos da mesma classe, os negros eram tão pobres quanto os brancos e migravam do mesmo jeito na época de seca. Portanto, havia sim um traço e uma origem cultural. É uma questão determinante, porque implícita e ao mesmo tempo inconsciente. A cultura, os valores e os conceitos são subliminares. Ou eles são explicitados, no nível da consciência, e procura-se lidar com eles e resolvê-los, ou nunca irão aparecer, e aí saem pela tangente. É aquele de se diz não preconceituoso, mas que ao contar uma piada reforça o preconceito contra o negro, contra o nordestino baixinho, de pescoço curto, cabeça chata.

Enfim, todas essas coisas, a meu ver, trazem um componente cultural muito forte, para o qual não sei se damos a devida importância. Se não rompermos com essas determinações culturais, a nossa luta por igualdade de qualquer natureza vai sendo retardada e camuflada a partir de outros conceitos ou preconceitos que sequer temos explicitados no nível da nossa consciência.

Agradeço às companheiras o brilhantismo de suas falas e o que representa a contribuição para esse esforço que vimos fazendo de ter clareza sobre as coisas, de traduzi-las em propostas concretas não só na reforma política, porque é um momento, mas no processo de resgate de cidadania plena de todos neste País.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE – Meu boa tarde às companheiras que compõem a Mesa. Deputada Cida Diogo, minha solidariedade desde antes do acontecimento e segue sempre. Profa. Lúcia Avelar, Profa. Brasília Ferreira, Profa. Benilda Regina Brito, é muito bom termos uma verdadeira aula de cidadania, de participação da mulher na política, de ampliação dos nossos espaços. Saúdo minha companheira Luiza Erundina e toda esta plenária composta de militantes que representam organizações não-governamentais e assessorias, enfim, todas as companheiras presentes neste momento.

Quero dizer da importância da realização desta jornada de seminário. Tive tempo de passar rápido pela manhã aqui, mas foi importante a minha participação, porque aprendi muito.

Neste momento, na parte da tarde, discute-se o sistema de votação proporcional, distrital e misto, ampliação da representação de mulheres.

Entendo a Profa. Benilda Regina Brito quando diz que tudo que foi exposto e discutido aqui pode ser vivenciado lá fora.

As senhoras são professoras. Eu não sou professora, mas percebo uma linha tênue, divisória, nessa atitude das mulheres e de todos os seres humanos, que nos faz dar mais um passo.

Sou amazônida, nasci e me criei até os dezoito anos no Amapá, cercada por florestas. E eu ia à escola, quando eu tinha sete aninhos. Completei dia 12 de maio 58 anos e tenho boas experiências acumuladas. Lembro-me de que, quando eu ia à escola, eu estudava os conteúdos dos livros didáticos, que fomentavam discriminação de qualquer tipo que fosse. E eu, menina de cabelo liso, comprido, cara de índia, era uma mistura. Somos do Caribe, da África, da Europa, dos povos indígenas. As senhoras não vão acreditar mas eu fui me dar conta de que havia vários povos indígenas no meu Estado aos trinta anos, e eles estavam a não mais de trezentos quilômetros. Foi uma falha minha, uma falha de formação, ou falta de informação mesmo. Para recuperá-la, tenho de estar na militância, tenho de lutar pelo

que as companheiras estão lutando: contra o racismo, a favor da mulher e da mulher negra.

Fomos governo no Estado do Amapá, o PSB, em dois mandatos. E foi muito discutida a visibilidade, todo tipo de discriminação existente contra o ser humano. Foi dada visibilidade de verdade, “na vera”, como dizíamos quando éramos pequenos, crianças e apostávamos um jogo.

Eu me sinto muito bem lendo neste momento, em nosso seminário, a retratação feita à Deputada Cida Diogo e a todas nós mulheres. Tenho a sensação de que, apesar dos anos passados – tanto tempo –, continuo aprendendo no dia a dia. Temos de estar, eu, nós, mulheres, nós, povo brasileiro, lutando todos os dias, todas as horas, pela eliminação de todo e qualquer tipo de discriminação existente na face da Terra.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Registro a presença do Deputado Darcísio Perondi. Para minha grata surpresa, ao chegar a esta Casa, percebi no Deputado um enorme aliado do movimento feminista, do movimento de mulheres. Realmente o Deputado tem tido atuação bastante solidária com o nosso movimento.

Aviso que o próximo seminário deste ciclo de debates sobre a mulher será realizado nos dias 19 e 20 de junho no Plenário 1. Será um seminário com caráter internacional. Os temas serão bastante focados na questão internacional – dias 19 e 20, no Plenário 1 desta Casa.

O certificado deste seminário de hoje já está pronto. Quem quiser, quando terminar o seminário, na saída, na mesa com aquele rapaz, poderá receber o seu certificado.

Passo a palavra à Sra. Isa Soares de Oliveira.

A SRA. ISA SOARES DE OLIVEIRA – Boa tarde.

Sou Isa, paraibana, baixinha e desbotada. Sou filha de Seu Arthur, que não admitia que me chamassem de galega, e Dona Carminha, minha mãe, dizia: Sou negra de alma branca. Prestem atenção onde fui criada. Estudei em um colégio de freiras no interior da Paraíba, em Guarabira, com irmãs européias que nos ensinavam o Hino Nacional da França. Olhem de onde eu saí!

Hoje agradeço esta oportunidade, primeiro, por tudo que estou aprendendo aqui, por toda essa emoção que estou vivendo.

Quero pedir à professora Benilda que me aceite em sua faculdade. Por favor, quero ser sua aluna!

O que eu gostaria de falar aqui ela já falou. Mas quero falar acerca da educação no trato diário, porque hoje não sou professora, mas a educação que recebi foi em casa, sendo desbotada ou não foi em casa. Os meus filhos foram para a escola aprender mais alguma coisa, buscar ensinamentos, desenvolver a intelectualidade. Mas o papel da balinha fui eu quem os ensinou a jogar na lixeira. Fui eu quem os ensinou a lavar suas peças íntimas e a cuidar das suas sujeiras.

Tenho um casal de filhos, e uma coisa que observo é que nós, de qualquer cor de pele, de qualquer origem, se não soubermos cuidar dos nossos lixos, não poderemos fazer nada do lixo que produzimos.

Parece que não estou falando da mulher, mas estou falando, sim, das nossas vidas, porque, além de termos quatro jornadas, doze jornadas, ou seja lá o que for, somos nós as responsáveis por fazer e cuidar dessa questão intelectual, dessas diferenças.

Estamos às portas da nossa II Conferência. Todos foram maravilhosos, mas a Profa. Benilda me respondeu ao dizer que a reforma está aí. Como fazê-la então? Primeiro, não foi assim que ela disse. Temos que ter um olhar diferenciado. Na reforma, iremos trabalhar a conscientização da cidadania, para que não aconteça, todo santo dia... Sou funcionária pública federal e não me dão o devido respeito. Eu me especializo, falo mais de um idioma, realmente me dano mesmo de estudar, todo dia me dano de estudar, mas não tenho chances. Por que eu e todas as outras companheiras nunca tivemos chances? Porque sempre tem um cidadão apadrinhado, isso ou aquilo outro. Temos que rever essa situação.

A minha proposta é, após essas observações, ter educação no trato diário, com conscientização dos deveres e da cidadania. Aplicar tudo isso desde o nascedouro, caso contrário não haverá reforma, nem atualização.

Outro dia perguntei a minha professora Maria Laura, aqui presente, em quais pontos avançamos, porque também quero

uma cota. Entrei numa cota para exatamente ser candidata a um cargo eletivo, porque eu iria tirar trinta segundos de não sei de quem, e essa coisa toda, entendeu?

Então o que falta é educação no trato diário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Com a palavra o Sr. Osvaldo Dalvi.

O SR. OSVALDO DALVI – Também cheguei atrasado a este seminário, mas toda vez que passo na Câmara dos Deputados e vejo que tem alguma reunião sobre a mulher ou os negros eu me faço presente.

Quero falar alguma coisa sobre o que disseram as Deputadas Luiza Erundina e Janete Capiberibe.

Eu também nasci em uma comunidade do interior do Espírito Santo, nas montanhas, uma comunidade composta de proprietários, ou patrões, de origem italiana e os trabalhadores eram negros.

O SR. OSVALDO DALVI – Não, no Município de Castelo, na divisa com Venda Nova, Forno Grande, quase chegando lá em cima. E aí era o seguinte: como predominava o catolicismo, os negros não podiam aprender absolutamente nada sobre a África, sobre a religião e a cultura negras. Um detalhe que eu nunca esqueci: quando eu fui a primeira vez ao cemitério, percebi que ele era separado para brancos e para negros. Depois fui para um seminário de uma congregação italiana, os Salesianos, em que todos os nossos colegas eram brancos, não tinha um negro. Quando cheguei ao seminário eram mais ou menos duzentos alunos. Saí de lá e fui para Cachoeiro de Itapemirim, onde vi famílias mais ou menos organizadas. As famílias de negros tinham casas, pelo menos dividiam alguma coisa. Depois fui para o Rio de Janeiro.

Por que eu comecei também a ser defensor de outra ordem na nossa sociedade? A vida inteira em uma religião só, em uma cultura só e em uma verdade só, um dia eu briguei com os padres e com os meus pais por causa da verdade das coisas. Aí começaram a dizer que a religião católica era a única verdadeira. “Opa, então deixa eu saber de outra, já que eu não sei nada, eu só sei da minha.”

Ao buscar esse aprofundamento um pouco mais na religião, pude, por exemplo, entender o porquê dentre as onze raças que inicialmente puderam habitar este planeta a única que não perdeu a relação matéria/espírito foi a raça negra. Aí comecei a entender por que os negros dançam da forma que dançam, cantam da forma que cantam, fazem o ritual da alimentação da forma que fazem, do namoro e tal. Daí entendi que o negro tem outra lógica. E eu disse: “Temos, então, que colocar a mulher e o negro, principalmente no Brasil e exatamente pela quantidade, na direção dessas questões, porque eu, enquanto originário da Europa, dominador, impostor, serei o beneficiado. Então, estou sendo, inclusive, interessado nessa história. Por aqui passou a Francisca Trindade – foram sete meses – que apresentou um projeto de lei de cotas, não de cotas para poder apresentar candidatura, cota para ser eleito. Se aqueles 30% que ela propunha tivessem sido aprovados na Legislatura passada, hoje, a bancada de mulheres nesta Casa seria praticamente de 170 Deputadas, o que seria uma revolução.

Quantas são hoje? E se passássemos para 170?

Para terminar, Sr. Presidente, vejam bem. Não há solução, e nós homens temos que brigar muito para isso – brigo por isso dentro do meu partido, faço minha parte e motivo outras pessoas a fazerem –, temos que impor cotas de eleição. A lista na reforma política deve conter as cotas. Não importa se aparecer um homem com 20 mil votos e uma mulher com 5 mil, é a mulher que será eleita, porque será obrigatória a cota de eleitos. Se assim for, será uma imposição e, nos próximos dez a quinze anos, faremos uma revolução no Poder, seja municipal, seja estadual, seja federal.

Precisamos verdadeiramente apresentar essa proposta e sair às ruas pela sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Maria José.

Temos ainda duas inscritas. Aí, passaremos a palavra para os componentes da Mesa, que irão responder algumas perguntas e fazer considerações finais.

A SRA. MARIA JOSÉ – Quero inicialmente saudar a Mesa, os companheiros e companheiras aqui presentes, faço parte do Coletivo de Mulheres, do PT do Rio Grande do Norte.

Quero trazer um pouco do que foi falado pela Brasília, por Lúcia e também pela Benilda. De certa forma, a Cristina falou pela manhã sobre o grande momento de discussão do político, o auge. Cristina abordou três formas de democracia: representativa, participativa e direta. Que a mulher tem grande presença na democracia participativa.

Quero trazer algo para que pensemos sobre o que acontece à luz das conferências. Está certo, aumentaram, temos mais espaço, as conferências acontecem, os conselhos estão aí, acontece a participação. Porém, essas conferências acontecem num momento em que as mulheres comparecem, fazem suas propostas, elegem suas prioridades, mas, enquanto isso, as discussões orçamentárias no ano que as mulheres discutem suas propostas já foram encaminhadas. Já ocorreu a discussão do Plano Plurianual (PPA). Isso é algo para se pensar, isto é, o desencontro entre as consultas, as participações das mulheres, tendo sido definido o que produziram de certa forma.

Outra coisa que quero trazer para reflexão é acerca do que Brasília expôs: que é humano buscar aperfeiçoar, melhorar nossa sociedade e a condição em que vivemos. Fiquei pensando, porque a Lúcia trouxe a questão da igualdade e a Benilda se referiu à raça. Penso que nossa palavra não é igualdade. Costumo dizer que nossa palavra é equidade. Igualdade hoje, milenarmente tendo sofrido muito – e Benilda tratou muito bem disso –, milenarmente tendo sido discriminada, excluída, colocada em um plano que não sei nem dizer qual, igualdade não serve. Acho que a nossa busca deve ser a equidade. Assim, poderemos construir justiça social. Exemplo disso é que nesta parede há 32 fotos de ex-Presidentes desta Comissão de Legislação Participativa e apenas duas delas são mulheres.

Então, a partir de agora, o marco zero, vamos querer igualdade? Não, acho que a igualdade não nos serve. Serve-nos uma justiça proporcional, que trate nossas diferenças de forma diferente, em que a mulher seja colocada no seu patamar histórico de justiça social.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Quero registrar a presença da Deputada Janete Pietá e da Deputada Lídice da Mata.

Vou passar a palavra às inscritas e, ao final, se vocês quiserem se pronunciar, poderão fazê-lo.

Tem a palavra a Sra. Maria Laura.

A SRA. MARIA LAURA – Boa tarde a todas e a todos. A minha inscrição foi feita com o objetivo de destacar alguns pontos que me pareceram absolutamente importantes, além de dizer da beleza e da qualidade das falas nesta Mesa.

Há questões que quero destacar.

Brasília chamou a atenção, de forma muito elaborada e importante, para a centralidade da ação política, fez uma discussão.

Por que menciono isso? Porque nós temos as mais preconceituosas e variadas interpretações sobre ação política, de cuja importância sabemos. Só a ação política transformadora pode, de fato, possibilitar a igualdade na sociedade.

Outra questão que Brasília levantou – acho importante que venha à tona nos debates – foi o voto distrital. Há um apego, uma sedução pelo voto distrital: “Quem sabe vou ser representado de forma mais direta, vou ter uma interlocução com o meu representando?”.

É preciso dar mais visibilidade aos perigos e às dificuldades políticas que podem estar embutidos no voto distrital, que vem sendo vendido por alguns como algo que possibilita uma representação mais próxima do eleitor e da eleitora.

Lúcia, achei belo vê-la resgatar o feminismo como um modo de ver a sociedade, de encarar a vida, de se postar na vida, ou seja, como algo revolucionário. Conquistamos um espaço importante para discussão das políticas públicas, com recorte de gênero e de raça, e queremos muito mais do que isso. Mas não iremos muito longe se abandonarmos o caráter revolucionário introduzido pelo feminismo. Nós não estamos falando para nós, não estamos falando para os nossos iguais; estamos falando para a sociedade, a qual queremos que comporte todos os desiguais.

Companheira Benilda, você mexeu com as nossas mentes e os nossos corações. Vejo aqui muita gente querendo ser sua aluna na PUC de Minas Gerais.

Foi incrível a forma como você abordou a dificuldade em dar visibilidade à questão negra no Brasil. E que bom que você citou uma frase do nosso querido Florestan Fernandes. Ele fez parte da minha história, me ajudou.

Resgatando um pouco da fala da Erundina – parece que sou apaixonada por ela, sempre me apóio no que ela diz.

A SRA. MARIA LAURA – É recíproco? Então está ótimo. Está bom demais!

Somos de uma geração de marxistas que entendiam que para construir uma sociedade igualitária bastava a superação das classes sociais.

Que bom, Erundina, que tivemos Florestan Fernandes, que muito cedo nos chamou atenção para a questão racial no País.

Por último, Cida, quero manifestar meu repúdio – é muito mais do que solidariedade –, a minha indignação pelo que você viveu, naquele dia, no plenário da Casa. Só um Deputado muito preconceituoso e estúpido – a expressão do preconceito dele foi estúpida – poderia fazer o que Clodovil fez naquele dia, reafirmando a posição que ele adotou anteriormente.

Expressa a minha indignação, feito o repúdio, convido todas e todos para um ato que vai haver na Câmara Distrital, na quinta-feira, por iniciativa da Deputada Distrital Erika Kokay, com a presença da nossa companheira, Deputada Cida Diogo. Esse ato vem exatamente no sentido de dizer que nós não aceitamos desrespeito nem discriminação e queremos ser respeitadas do jeito que somos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Maria Laura, estão pedindo que diga o horário. Às 10 horas, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – De 9h às 10hs. Não se esqueçam, às 9h, bem cedo. A primeira coisa a fazer é ir direto para lá. Dia 17, quinta-feira, às 9h, no plenário da Câmara Distrital.

Por último, Socorro Borges. Lídice está se inscrevendo.

A SRA. SOCORRO BORGES – Boa tarde a todos e todas. Primeiro, quero parabenizar às Comissões, especialmente a Comissão que teve a iniciativa de fazer este seminário e este ciclo de debates.

Na verdade, não quero pontuar uma questão, mas a riqueza do debate que realizamos neste dia. As falas e reflexões da Mesa da manhã e de agora à tarde foram de uma riqueza imensa.

Para mim, fica uma questão muito importante: discutir reforma política suscita discussões outras que nos remetem ao lugar da mulher na sociedade, aliás, o lugar de todo brasileiro na sociedade. Suscita discutir o Estado, discutir a participação popular, discutir a democracia, e acho que essas Mesas deram conta de fazer essa reflexão.

Eu saio daqui muito animada e, como dizia Paulo Freire, saio muito mais sabida. Aprendi muito com Brasília, com Benilda, com a professora Lúcia Avelar, com as falas da manhã, como a Cristina e todas as outras, com a nossa companheira de Pernambuco, do SOS Corpo, com a companheira do CFEMEA, que estava aqui. Saio inclusive dizendo, como mulher do partido – sou do setorial do Partido dos Trabalhadores da Paraíba: estamos fazendo essa discussão de maneira muito tímida. Precisamos assumir essa discussão nos nossos Estados. Precisamos provocar essa discussão nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, porque isso diz respeito à reforma que queremos: uma reforma que inclua não apenas a mulher, mas inclua a mulher negra, a mulher indígena, quer dizer, incluir as mulheres deste País. Eu saio muito animada, mas com essa responsabilidade.

Foi extremamente válido estar aqui hoje. Nós não queremos uma reforma partidária, uma reforma eleitoral tão-somente. Queremos, na verdade, uma reforma política que vá além disso, que repense questões fundamentais da estrutura política deste País.

Agradeço por poder estar aqui.

Eu sou militante desde os dezesseis anos. Passei um tempo da minha vida em São Paulo. Foi uma militância muito importante. Comecei a construí-la muito cedo. Voltei para a Paraíba em 1980, aos vinte anos.

A hierarquia dos partidos, incluindo a do meu partido, é algo tão perverso – quero usar essa palavra para pensarmos no peso que ela tem e no que ela significa do ponto de vista histórico – que afasta as mulheres, faz com que as mulheres tenham medo de estar nos partidos.

Acho que essa grande responsabilidade de discutir a reforma política casa com a discussão das conferências para as mulheres, casa com o temário da conferência para as mulheres. A responsabilidade que essa conferência está nos apresentando implica essa discussão sobre as formas de democracia, sobre a democracia participativa, sobre os mecanismos democráticos. Todas essas questões foram aqui colocadas e a gente tem de fazer muito debate, muita oficina, tem de discutir muito.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Com a palavra a Deputada Lídice da Mata. Depois passaremos a palavra à Mesa.

A SRA. DEPUTADA LÍDICE DA MATA – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras. Eu quero saudar a Mesa e as Comissões que tomaram a iniciativa de realizar esse debate que, para nós, é extremamente importante.

Eu não pude assistir toda a apresentação. Na parte da manhã, ouvi algumas falas durante a abertura e durante a primeira Mesa, e quero reafirmar alguns pontos que ouvi nas intervenções das companheiras.

A discussão sobre a reforma política é extremamente importante para as mulheres, porque nos dá uma visão diferente do que a mulher quer com a reforma política, com essa luta por uma democracia mais participativa, mais integradora. Porém, não podemos deixar de discutir os mecanismos de promoção e de incorporação da mulher na política. Na minha opinião, não basta que a gente conclua que a mulher tem hoje uma grande participação política, mesmo que ela não esteja no Parlamento: tem participação política nos movimentos sociais. Porque mesmo as companheiras que têm participação política nos movimentos sociais e/ou nos movimentos feministas ainda têm uma grande dificuldade em entender a necessidade da sua participação no Parlamento e também de chegar até ele.

Portanto, acho que, quando discutimos mecanismos como os que foram destacados pela Deputada Luiza Erundina pela manhã, como a garantia dos 30% das verbas dos partidos para estruturação das secretarias da mulher e a questão do tempo de televisão, devemos enfrentar essa questão também. Na minha opinião, não adianta discutirmos reforma política em tese – os grandes temas, a grande questão da reforma política – sem colocar a mão na massa, sem debater essas questões objetivas que podem fazer com que mudemos os quadros, até porque o preconceito é muito profundo, está enraizado.

A idéia que nos absorve e atinge na sociedade, enquanto mulheres, é a de que a política é uma coisa suja; é a de que a política é feita pelos homens e para os homens. Uma vez que ela é feita pelos homens e para os homens e que a mulher, ao participar da política, tem uma visão eticamente diferente da que tem o homem – mais nobre, digamos assim –, a mulher se afasta daquilo que não considera muito nobre. E a participação política no Parlamento é menos nobre, entre aspas. Com isso, muitas companheiras que estão na base do movimento não se sentem estimuladas a participar da política, a se candidatarem a Vereadoras, porque consideram que não é o seu perfil, consideram que a política parlamentar não é uma própria para que as mulheres do movimento venham a se integrar a ela.

Temos de fazer debate entre nós. Temos muitas dificuldades em encontrar companheiras feministas integrando essa plêiade de candidaturas, a fim de que possam representar as mulheres nos Parlamentos. Em geral, as companheiras que trabalham no movimento feminista se dedicam a ONGs e têm um outro nível de preparação, como se tratar da questão da mulher não desse voto. E, realmente, se não soubermos traduzir de forma mais concreta a luta diária da mulher do ponto de vista eleitoral, ficaremos distante daquilo que mobiliza as mulheres a se integrarem à política, seja nas comunidades, seja nos sindicatos ou movimentos de juventude.

Precisamos também cumprir o desafio de traduzir entre nós essa discussão e de ter quase como uma obsessão do nosso movimento a preparação de lideranças de mulheres, a intensificação

nos partidos – tenho certeza de que isso já foi dito aqui –, que são estruturas extremamente hierarquizadas e machistas, da incorporação de mulheres. Que possamos introduzir nessa discussão a bandeira e a guerra de guerrilha em relação à formação de mulheres para o exercício das tarefas legislativas ou executivas.

Nenhum partido de esquerda tem política definida. Os partidos de esquerda no Brasil – todos eles, PCdoB, PSB, PT, não sei o quê – têm algum tipo de luta e de política de cotas, mas não fazem um real investimento na formação de lideranças femininas nem impulsionam essas lideranças à posição de postos de comando dentro dos partidos. Podem fazer a estatística que for que ela vai demonstrar que poucas mulheres são presidentes municipais de partido. A essa estrutura ninguém chega. Eu, por acaso, sou uma das poucas presidentes regionais de partido no Brasil, mas porque já sou Parlamentar. Ela também, ela também, mas porque somos Parlamentares. Sempre é uma situação muito episódica. Na verdade, eu digo sempre que nós alcançamos essas posições quando os homens não as desejam.

Na Bahia, tivemos a experiência de fazer – experiência que o movimento feminista conheceu nacionalmente – uma chapa só de mulheres para o Governo do Estado, em 1990, a chamada Chapa das Três Marias. Isso aconteceu porque nenhum homem podia disputar aquela eleição, que era uma eleição derrotada para a esquerda baiana. Estávamos no pior período que vivemos. Não podíamos abrir mão dos nossos “homens” – entre aspas –, os partidos, que poderiam perder os seus mandatos de Deputados Federais. Então, só havia mulheres mesmo para disputar lá.

Assim, construímos uma caminhada que levou a conquistas de mandatos importantes para as mulheres, mas em um quadro em que não era possível nem interessante para os homens disputarem aquele espaço. No geral, acontece dessa forma.

Acho que é isso que precisamos analisar entre nós e nos dedicar. Devemos entender que a discussão da política de cotas tem de ser acompanhada do investimento de recursos, porque a mulher não tem dinheiro para fazer campanha, não tem condição de buscar a sua qualificação própria. Ela precisa de mais espaço na televisão. Se não tivermos uma política diferenciada

realmente para a promoção das companheiras mulheres, negras em especial, não conseguiremos dar uma representação real da nossa participação na sociedade e voltaremos a ter o que temos hoje, apesar de todos os avanços que obtivemos na Constituinte, de todos os avanços que obtivemos com a participação das mulheres no Parlamento.

Em vinte anos, vejam quanto nós progredimos do ponto de vista legislativo, em termos de legislação para a mulher. Isso não corresponde ao crescimento real, determinado e pujante da presença da mulher no Parlamento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Cida Diogo) – Convido a Deputada Fátima Bezerra a coordenar os trabalhos agora, porque, ao final – a Janete tinha dito que não queria, portanto, ela assume a coordenação e Janete fala –, S.Exa. vai fazer um breve resumo do que foi discutido pela manhã e pela tarde, para tentarmos dar algum encaminhamento ao processo de discussão ocorrido durante todo o dia de hoje.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ – Em primeiro lugar, quero saudar todas as companheiras de vários Estados que aqui estão e também as componentes da Mesa.

Quero dizer que esta Casa é uma loucura, porque temos simultaneamente uma série de questões importantes sendo discutidas, a exemplo da reunião que ocorria na Comissão Mista sobre a Violência contra a Criança e o Adolescente, onde estava sendo lido o relatório. Eu lá permaneci até o fim da leitura do relatório, mas não fiquei para os debates e, portanto, cheguei praticamente agora. Mas eu gostaria de fazer algumas colocações.

A primeira colocação é que, antes da reforma política, devemos discutir que política queremos. Acho que aí está a grande questão. E também temos que discutir se queremos um mundo diferente, possível, e que não vamos repetir nenhum padrão masculino de domínio e de exploração, mesmo que sejam de idéias na política.

Eu sou uma Parlamentar nova e vejo que aqui impera a política do possível. Mas dentro da política do possível é impossível que a mulher tenha participação. Acho que estão faltando sonhos. E é

importante sabermos que este é um mundo de representação. Se assim o é, por que se elege uma pessoa e, depois, há uma distância tão grande entre representante e representado – pois grande parte dos Parlamentares acham-se praticamente deuses, senhores de tudo –?

Realmente, no mundo deste Parlamento, somos apenas 45 dentre 513, ou seja, menos de 10% da composição da Casa. E mais: neste pequeno coletivo, somente 5% são afrodescendentes, com número ainda menor de mulheres afrodescendentes parlamentares.

Então, acho importante discutirmos a reforma política, mas percebermos que não basta fazer leis e aprová-las. Lutamos – e participei do esforço – para aprovar a questão da cotas de 30% nos partidos, pois é necessário criar mecanismos para que haja uma participação real das mulheres.

Nesse contexto, por exemplo, acho que deve haver creches nos encontros partidários, pois quando a mulher tem filhos, ela normalmente vai optar pelo filho, mesmo que ela e o marido tenham uma participação efetiva.

Então, é necessário discutirmos, principalmente nos partidos que se dizem de esquerda, qual a participação e que mundo político queremos, para que todos tenham voz e vez e onde realmente haja representação capaz de oferecer as propostas de transformação social que queremos.

Eu me inscrevi para falar exatamente para ressaltar a importância desse debate, mas é muito importante também discutirmos que a simples aprovação de leis sem que haja o acompanhamento de sua aplicação não nos leva a nada.

Então, essa é a minha contribuição ao debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Obrigada, Deputada Janete Rocha Pietá.

Não havendo mais inscrições, vamos passar agora para as considerações finais. Vamos começar pela Professora Lúcia Avelar, já agradecendo a importante contribuição que nos deu neste debate.

A SRA. LÚCIA AVELAR – Gostaria, também, de saudar a Deputada Janete Rocha Pietá.

Como são as últimas palavras desta tarde, quero voltar a insistir em algumas estratégias que considero necessárias para que a gente avance no campo da reforma política.

Acho que todas as considerações feitas aqui em torno do problema da norma cultural masculina no campo da política são válidas, assim também o são as considerações sobre a norma cultural antiafrodescendente. Enfim, todas são válidas. Mas quero falar de estratégias.

Então, defendo a representação proporcional com lista pré-hierarquizada; defendo a posição competitiva das mulheres nas listas – acho que tem de ser uma bandeira; defendo lobby dos feministas e das feministas junto aos partidos políticos, junto às cúpulas partidárias, porque só ali é que vamos conseguir derrubar os obstáculos que nos impedem de avançar, como se houvesse uma socialização política daqueles que detêm o poder.

Eu insisto, também, no fato de que temos de trabalhar a opinião pública, e quero até antecipar aqui para vocês: sondagens de opinião pública têm apontado o fato de que o eleitorado é muito favorável às candidaturas femininas, o que não significa que os partidos o sejam. Eu estou dizendo que o eleitorado vê com muita simpatia as candidaturas femininas e não há essa correspondência com os partidos políticos.

Acho que temos de sensibilizar as mídias para a questão da igualdade e da equidade, como foi dito aqui. As mídias também têm de ser socializadas.

Mobilizar o eleitorado feminino é crucial. Eu já conversei com mulheres dos mais diferentes países que foram eleitas e elas dizem claramente: “Se eu não tivesse mobilizado o eleitorado feminino, jamais teria sido eleita”. Então, acho que há esse lado da estratégia.

Defendo também o fato de que não basta ser mulher, temos que ser feministas, temos que empunhar mesmo as bandeiras dessa desigualdade. Acho que temos guiar o conceito de feminismo na direção de que ele é uma ideologia e que só as ideologias

estruturam ações. Portanto, é um conjunto de idéias estruturadoras das ações.

Por fim, divulgando os valores do feminismo, denunciaremos uma estrutura que justifica os valores dessa desigualdade. Existem valores que justificam essa desigualdade, e o feminismo os denuncia, em nome de uma outra sociedade: uma sociedade nova, que não é essa que aí está. É só isso.

Quero agradecer, mais uma vez, o convite desta Casa e a presença de vocês. Estou muito feliz em passar essa tarde aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Obrigada, professora Lúcia.

Passo a palavra agora a Benilda, que aqui representa o Movimento de Mulheres Negras, para suas considerações finais.

A SRA. BENILDA REGINA PAIVA DE BRITO – Eu vou falar rapidinho, porque meu vôo vai sair daqui a pouco – por isso vou passar na sua frente – e devo sair correndo.

Primeiro, quero cumprimentar minha amiga e conterrânea, Deputada Jô Moraes, grande companheira de militância em Minas.

Acho que as pessoas que me antecederam falaram muito bem, mas quero reforçar o seguinte: quando foi para a esfera popular a discussão da Deputada Cida Diogo com o Clodovil – nem vou falar Deputado Clodovil –, a primeira pergunta que as pessoas nos fizeram foi: “Nossa! Você ouviu o que Clodovil falou da Deputada? Ela é preta?. Como se associa o estereótipo da beleza com o imaginário social? Eu acho que esse é um ponto interessante.

Eu me lembro que, em 2000, fui candidata a Vereadora pelo PT em Belo Horizonte – Jô lembra bem disso – e o slogan da minha campanha foi: “Faça a diferença, vote pela igualdade”. Talvez hoje fosse: “Faça a diferença, vote pela equidade”, mas, em 2000, “igualdade” era a palavra de ordem. A expressão era esta: “Faça a diferença”. A colega olhava na minha cara e dizia, com todo o fervor, toda crença: “Acho que é isso mesmo, vote pela igualdade”.

Foi muito bacana, mas as pessoas me paravam na rua e perguntavam: “Mas você acha que tem chance? Você é preta. Não tem isso lá.”

Por isso, estou sempre insistindo que à reforma a discussão deve anteceder neste País o debate sobre o trato com a diversidade, sobre o trato com a relação racial.

Eu, particularmente, não tive nenhum problema. Tive 2.733 votos, fiz uma campanha sem dinheiro, apenas com a ajuda do Movimento Negro. Foi superbacana, histórica, legal demais. Mas hoje eu seria uma excelente assessora da Regina, por exemplo, se ela se candidatasse, ou da Josiane. Enfim, seria assessora de qualquer das pessoas em que acredito e que defendem as causas em que acredito, mas não neste lugar.

Acho que há um perfil adequado para ser parlamentar, Deputada Lídice. Mas há outros lugares que podem ser ocupados, a exemplo dos movimentos sociais, que são igualmente importantes para reforçar o trabalho das pessoas aqui.

Admiro muito este lugar. As representantes de outros partidos têm toda a minha dedicação, meu carinho, independente de eu ser do PT. Estou sempre escrevendo artigos para pessoas que me pedem, participando de vários debates na esfera nacional, mas acho que um lugar que deve ter uma “cara” é o Parlamento, e aí não é a minha. E não porque minha cara é preta, pois acho que deve ter cara preta aqui, mas não deve ser a cara da Benilda.

Mas acho que este suporte, essa inquietação, essa crença na mudança deste País são também alvo do nosso esforço em outro lugar. Acho que também cumprimos um papel importante fora do Congresso.

Estou falando isso porque, quando a Deputada Lídice tocou no assunto, fiquei pensando se estávamos nos acovardando e o que pensávamos sobre essa possibilidade. E ela nos cutucou exatamente para que pudéssemos refletir. Pois, então, devo dizer que sim, queremos mudança. Mas acho que uma veia é o partido político, e outra veia tão importante quanto esta é o movimento social. Eu, Benilda, estou no movimento, acho bacana, já experimentei outro lugar, mas acho que devemos ter essa inquietação

e continuar fazendo essas denúncias, além de reforçar o trabalho das mulheres e companheiras que querem mudar de lugar.

Quero dizer o seguinte: a Ministra Nilcéa falava pela manhã sobre a Espanha, onde há uma discussão sobre a lei da efetiva igualdade. Acho que partimos para um momento de possibilidades deste debate no Brasil com as conferências que estamos realizando nos Municípios e nos Estados, estas preparatórias para a II Conferência Nacional.

A referida lei dará um retrato, criará uma cara e provocará inquietação para esse debate nacional mais estabelecido, mais direcionado. E aí concordo muito com a professora Lúcia: acho que usar a mídia para dizer da diversidade é fundamental. Vamos ter de quebrar alguns estereótipos que dificultam as pessoas a acreditarem em um Parlamento diferente, dentre eles o racismo e o machismo. Acho que devemos desempenhar este papel.

Por fim, no domingo comemorou-se 118 anos da abolição. Em 2000, na mudança de milênio, levei aos meus alunos universitários um texto cujo teor me veio à cabeça quando das palestras. O texto falava sobre o medicamento mais consumido na mudança de milênio, da planta mais resistente, da moda que mais ficou como referência. Mas chamou-me a atenção o animal que sobrevive há mais tempo no mundo e tem perspectiva de viver muitos anos mais: a barata. Essa resposta estava ao final do texto. E esse bichinho indesejável está presente sempre, e nos lugares mais inesperados. E o texto justifica que a barata tem muita agilidade, foge dos predadores, finge-se de morta às vezes, enfim, resiste à bomba atômica – e fiquei impressionada – e ao afogamento. Se jogarmos a barata no vaso sanitário e dermos descarga, daqui a algum tempo ela volta. Então, se realmente não matarmos a barata, esmagando-a, a barata finge-se de morta e foge. Por que estou dizendo isso? Porque acho que nós – negros, mulheres, gays – temos muito a ver com as baratas, mas não no sentido de animalizar as relações, porque isso a homofobia já faz, assim como o machismo e o racismo. Mas temos essa insistência de acreditar na vida, de pensar que podemos ser diferentes. Olhem que ousadia: são 118 anos de abolição e estamos discutindo direitos, reforma política, possibilidades.

Então, acho que essa ousadia que nos faz ser diferentes e acreditar que é possível criarmos outras relações.

Nesse sentido, quero terminar agradecendo a participação, a oportunidade, mas devo dizer que acho um “barato” a gente ser “barata”.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Queremos agradecer a você, Regina, e dizer o quanto é importante você ocupar este lugar no Parlamento trazendo um olhar dos movimentos sociais – não é, Deputada Dalva?

Obrigado pela contribuição com a reflexão que fizemos hoje.

Passo a palavra à professora Brasília Carlos Ferreira, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para suas considerações finais.

A SRA. BRASÍLIA CARLOS FERREIRA – Eu vou fazer alguns comentários rápidos sobre as questões apresentadas.

O primeiro é sobre o trabalho no Brasil, tema que é uma das minhas áreas de atuação – eu sou pesquisadora da área do trabalho.

Algo muito interessante que eu descobri é que toda essa discriminação que a nossa cultura brasileira tem com relação ao trabalhador, especialmente ao trabalhador braçal, o trabalhador mais simples, sem qualificação, vem da forma como lidamos com os negros. Como assim? O Brasil cometeu um ato que é uma excrescência mundial: foi o único país que teve mão-de-obra escrava concomitante com a mão-de-obra livre. Nas indústrias de tecelagem do Rio de Janeiro, que foram as primeiras do ramo instaladas no Brasil, havia o trabalhador livre, com contrato firmado entre partes iguais, o contrato capitalista, lado a lado com o trabalhador escravo.

Há um trabalho lindo de Antônio Cândido falando sobre isso e mostrando como a concomitância do trabalho escravo e do trabalho livre contaminou, para todo o sempre, o trabalho manual, o trabalho feito com as mãos, o trabalho não qualificado. Por isso o preconceito que se tem no Brasil. Os senhores certamente se lembram de todo o preconceito que se teve e ainda se tem, no Brasil, com relação ao Presidente Lula, como ocorre com

qualquer pessoa que trabalha com a mãos. Digo isso para que todos tenham idéia de como isso é forte. É algo que entra no plano da cultura e fica lá, não sai.

Minha segunda observação é sobre o que disse Maria Laura acerca da política, em especial, do voto distrital.

O voto distrital é algo perigosíssimo. De Gaulle, homem muito famoso, depois da Segunda Guerra Mundial, perdeu a primeira eleição que disputou para um homem de um distrito obscuro da França porque aquele homem era o dono do distrito. Então, temos que pensar nesse detalhe. Adotar o voto distrital é adotar esse sistema que ajuda os donos do pedaço, do território, a se criarem. De Gaulle passou pelo vexame de, com toda a fama e glória, após a Segunda Guerra Mundial, perder a eleição.

Com relação à questão da ação política e da centralidade, Maria Laura, eu costumo dizer que fora da política não há salvação. Pode-se fazer muitas críticas à política, mas fora dela não há salvação. A única forma de nós transformarmos a sociedade, de vermos os nossos desejos serem concretizados nela, é através da política. Não há outra.

A terceira observação – há mais duas apenas – é sobre as burocracias partidárias. Realmente, Lídice, você tem toda razão quanto a isso. Primeiro, as mulheres não têm espaço nas burocracias partidárias, onde há uma disputa enorme. Os homens não indicam as mulheres para comporem as burocracias partidárias. É interessante isso.

Há realmente um desajuste total nessa questão. Você pode até se candidatar, etc., mas... E por que é importante haver mulheres dentro dos aparelhos partidários? Para forçar as legislações, para trazer outras mulheres etc.

Essa é uma das questões que nós estamos discutindo nas conferências preparatórias para a grande conferências das mulheres: a militância das mulheres nos espaços partidários, que acabaram se firmando como um espaço masculino.

Outro comentário é sobre a qualificação do debate, algo de que eu falei e quero insistir: neste momento, com possibilidades diversas, precisamos qualificar o debate. Há um discurso sobre a reforma política que diz: “Ah, mas isso é uma coisa muito com-

plicada. Vai ser difícil aprovar isso, discutir isso com as pessoas, etc.” Não é verdade. Não é complicado; todo mundo pode compreender, mesmo as pessoas mais. Quando a gente se reúne com as mulheres, devemos conversar, explicar o que é um voto distrital, um voto proporcional, uma lista fechada, uma lista aberta, para homogeneizar essa argumentação.

Por último, a reflexão sobre o que queremos com a reforma, que foi mencionado anteriormente.

Não pretendemos, com a reforma, mexer apenas nos preceitos normativos, nos comportamentos, nas práticas políticas e eleitorais; queremos, com a reforma, construir um País generoso, solidário, no qual possamos viver com igualdade e equidade; no qual as pessoas se reconheçam; no qual as diferenças sejam reconhecidas e aceitas por todos.

Muito obrigada por esta oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Companheiros e companheiras, vamos encerrar este primeiro ciclo de debates, fazendo, desde agora, o convite para darmos continuidade a esse debate com a realização do segundo ciclo, nos dias 19 e 20 de junho. Daremos ao seminário uma dimensão de internacional. A temática em debate será: Trilhas de Empoderamento.

Naturalmente, ao seminário daremos dimensão internacional para que se possa ter um comparativo entre a participação política das mulheres no Brasil e nos demais países da América Latina, bem como de outros continentes. Obviamente, já foram feitos os contatos. Teremos a contribuição de Parlamentares e estudiosos que virão de outros Parlamentos.

Portanto, desde já, faço o convite não só às Parlamentares, mas aos movimentos sociais aqui presentes, à Secretaria Especial de Mulheres, enfim, a todos e todas para o segundo ciclo de debates, que ocorrerá nos dias 19 e 20.

Quero agradecer, de coração, em nome de toda a bancada feminina, às Deputadas aqui presentes: Iriny, Janete Pietá, Dalva, Cida, Luiza Erundina, Lídice, Janete Capiberibe, às ex-Deputadas Tetê e Maria Laura, bem como à Deputada Jô, do PCdoB de Minas.

Quero, também, agradecer ao movimento social, que, como sempre, tem atendido aos nossos convites e, mais do que isso,

tem dado a sua grande contribuição. Quero agradecer ao CFEMEA e ao Deputado Paulo Henrique Lustosa, meu conterrâneo do Ceará. Seja bem-vindo, Paulo. Enfim, agradeço ao movimento social a contribuição que sempre tem dado, inclusive para elaboração deste seminário. O CFEMEA e outras entidades foram muito dedicadas ao nos ajudarem na realização deste evento.

O consultor ficou, durante a parte da manhã e da tarde, fazendo algumas anotações, Deputada Erundina. Ele fez um pequeno resumo, no qual diz que o seminário tratou de um amplo conjunto de temas ligados à mudança da posição das mulheres na sociedade, tendo em vista uma participação mais direta nas decisões políticas sobre os rumos do País.

O tema do nosso seminário é a inclusão da mulher na política com vistas a ampliar a participação da mulher na reforma política. O consultor menciona que o problema foi abordado em profundidade, em toda a sua complexidade, levando em consideração a posição dos grupos excluídos como sujeitos das mudanças democratizantes na sociedade. Ele ressalta ainda que uma idéia bastante defendida por todos foi a de que a situação social e política das mulheres se articula com a de outros grupos de excluídos e oprimidos e que o movimento de mulheres deverá ser cada vez mais parceiro dos outros movimentos sociais.

No que diz respeito ao conteúdo da reforma em si, chamo a atenção para uma das maiores preocupações levantadas hoje, tanto na parte da manhã quanto na parte da tarde: a lista ordenada. As mulheres avaliam que o financiamento público é saudável, que será bom para nós mulheres, mas também foi bastante acentuada a nossa preocupação com o lugar destinado a nós nessa tal lista. E a senhora mesma ressalta que nós devemos ir para a briga mesmo, para assegurar a nossa presença nessa lista. Se eu não me engano, a Deputada Maria do Rosário chamava a atenção hoje pela manhã para o fato de que nós deveríamos ter muito cuidado com a adoção da lista preordenada, que pode significar, Deputada Cida Diogo, um grande retrocesso para as mulheres. Enfim, temos de estar muito atentas à cota destinada a nós nessa lista partidária.

Ele chama a atenção ainda para a proposta da Deputada Luiza Erundina, única representante na Comissão Especial que trata

do projeto de lei sobre a reforma política ora em discussão nesta Casa. O que se conseguiu assegurar lá foram os 20% do fundo partidário destinados a fundações dos partidos políticos, e 30% desses 20% seriam investidos no estímulo ao crescimento da participação política feminina.

Há também a questão da propaganda partidária gratuita, ou seja, dos chamados programas eleitorais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Programas partidários, exato. Sem dúvida. Não são programas eleitorais, é verdade. É que hoje pela manhã a Deputada Luiza Erundina chamava a atenção, Deputada Lídice, por exemplo, para os chamados programas de partido tidos como gratuitos. De repente nós mulheres desaparecemos.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Quero abordar duas questões. A primeira é que esses 30% dos 20% representam apenas 6% do total dos recursos do fundo. Isso mostra o quanto é limitada essa conquista. Vamos tentar alargá-la, numa emenda de plenário.

A outra questão é uma proposta de que se incorporem a essa síntese as estratégias que a professora Lúcia apresentou. Essas estratégias nos dão um norte, nos mostram como implementar, como dar consequência a essa reflexão, que, a meu ver, é de uma riqueza extraordinária. Essa estratégia nos aponta a prática, a ação concreta. Foi brilhante aquela afirmação dela de que só as ideologias estruturam ações. E o feminismo é uma ideologia.

Essa é uma coisa que eu gostaria muito de ver incorporada à síntese dos nossos trabalhos de hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Fátima Bezerra) – Com certeza, Deputada Erundina. Todo este debate está sendo gravado. Vamos extrair da fala da professora Lúcia e dos demais participantes aquilo que pode enriquecer o nosso relatório.

Quero ainda adiantar que também foi expressa aqui preocupação com o voto distrital, com posicionamento na maioria contrário, e também uma preocupação com a necessidade de buscarmos paridade nos órgãos da nossa Casa – Mesa, Lideranças, Comissões. Esse é um espaço completamente, digamos assim, hostil a nós,

porque não estamos representadas de maneira nenhuma. Aliás, eis uma das razões pelas quais a Deputada Luiza Erundina apresentou a proposta de emenda à Constituição que prevê a abertura desse espaço na Mesa Diretora da Casa.

Minhas companheiras e meus companheiros, este seminário não vai parar por aqui, ele terá consequência. Esperamos que o segundo ciclo de debates tenha o mesmo êxito deste. E vamos continuar o diálogo com os movimentos sociais, para levar este debate a todo o País, às Assembléias Legislativas, às Câmaras Municipais...

Professora Lúcia, nós também queremos formalizar um documento que sirva de instrumento nas mãos da bancada feminina, nas mãos das mulheres de todo o País, casando esta discussão com as conferências que estão sendo realizadas neste momento, seja no âmbito municipal seja no âmbito regional, e que vão desembocar na conferência nacional. Enfim, nós queremos que esta proposta seja apropriada pelas mulheres, a fim de estarmos preparadas, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista da fundamentação teórica, para intervir no debate da reforma política.

Não podemos, de maneira nenhuma, falar em democracia plena enquanto houver esta desigualdade de gênero, muito menos podemos permitir que a reforma política aqui em discussão, Deputada Cida, trate a situação das mulheres como questão secundária. Isso, jamais! A questão das mulheres tem de ser tratada como ponto central.

Muito obrigada a vocês! Muito obrigada mesmo.

Até o nosso próximo debate.

# Participantes

ALICE LIBARDONI	Arquiteta
ANA CLAUDIA LUZ FELTRIM	Jornalista
ANDRÉIA MOURA ZEMUNER	Secretária Parlamentar
ANGELA MARIA DE ARAÚJO	Contadora
ANGÉLICA MENDES VIEIRA COSTA	Estudante
AURINDO PEREIRA DA SILVA	Servidor Público
AURINEIDE CIRILO DE OLIVEIRA	Pedagoga
BEATRIZ MARIA DO PRADO BARREIRA	Assessora Técnica
BRUNO CARLOS GONTIJO CARDOSO	Assessor Técnico
CRISTINA MONTEIRO DE QUEIROS	Cientista Política
DANIEL ZEVONI MOURA	Estudante
DIACIUI MACIEL MOURA	Do Lar e Militante da ANT da PDT
DIONEIDE CARVALHO S. SOUZA	Advogada
EDMILSON F. DE FREITAS	Jornalista
ELAINE FARIA	Assessora
ELIZETE APARECIDA DOS SANTOS	Agente de Saúde
EROÍDES APARECIDA LESSA	Secretária Parlamentar
GILMAR DE MORAIS BEZERRA	Servidor Público Federal
HELENA MARIA MOURA DE ALMEIDA SILVA	Advogada
IRACÉLIA PAIVA DOS SANTOS	Agente de Saúde
IRINA ABIGAIL TEIXEIRA STORNI	Economista
ISABEL FREITAS	Servidora Pública
ISANETE SOARES DE OLIVIERA	Farmacêutica / Bioquímica
IVANETE ALVES OLIVEIRA	Secretária Parlamentar
JOELMA CEZÁRIO	Autônoma
JORGE ANTÔNIO SIQUEIRA MOTA	Zootecnista / Assessor
JOSEANES LIMA DOS SANTOS	Educadora
JÚNIA PUGLI	
JUSSEMARA MAESTRACCI TOLENTINO	Assessora Parlamentar
KAREN LÚCIA BORGES QUEIROZ	Fisioterapeuta
KAUARA RODRIGUES DIAS FERREIRA	Cientista Política
KELLY KOTLINSKI VERDADE	Estudante
LAISY MORIÈRE C. ASSUNÇÃO	Professora
LEÂNIA A. ALMEIDA	Assessora Parlamentar
LISANDRA ARANTES	Advogada
LOURDES MARIA SOARES SILVA	Assessora Parlamentar
LUIZ CARLOS DA SILVA	Administrador
MAÍRA DE BRITO CARLOS	Jornalista
MARCIA ABREU	Assessora Parlamentar
MÁRCIA XAVIER	Jornalista
MARIA BEATRIZ GONZALEZ FIGUEIREDO	
MARIA DA CONCEIÇÃO DE BRITO DANTAS	Psicóloga
MARIA DE FÁTIMA NOBRE DA COSTA	Professora
MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA	
MARIA DO SOCORRO BORGES BARBOSA	Sanitarista Educadora Popular

MARIA ELISABETE PEREIRA	Servidora Pública
MARIA EUGÊNIA STEYER	Assessora Parlamentar
MARIA HERLENE XIMENES DE S. DE OLIVEIRA	Analista Legislativo
MARIA JOELMA SOUSA SILVA	Téc. Adm. Pública
MARIA JOSÉ DA C. SOUZA VIDAL	Secretária Parlamentar
MARIA LAURA SALES PINHEIRO	Professora
MARIA ROSANA R. PINTO	Professora
MARILENE D. C. DE BRITO	Jornalista
MARYANE BARDAWIL	Secretária
MENITA FLAVIANA LIMA MACIEL	Psicóloga
MERCEDES BLANCO	Comunicadora
NATALIA ALVES CARDOSO ORLANDI SILVEIRA	Estudante
NILMA MARTINS CALAZANS	Servidora Pública
OSVALDO DALVI	
RAQUEL ROCHA MATIHARA	Assessora Técnica
REGINA ADAMI	Assessora Parlamentar
REGINA HEURICH PERONDI	Jornalista
SÁVIO NUNES BORDALO	Secretário Parlamentar
SAYONARA PEREIRA DE OLIVEIRA	Auditora Fiscal Estadual
SILVÂNIA MATILDE SANTOS	Assessora Parlamentar
SIRLENE CALIXTO	Secretária Parlamentar
SIRLEY SOARES SOALHEIRO	Dir. Adm.
SÔNIA MARIA Z. DA SILVA	Industriária
SORELLA CONTENTE JACOMO	Secretária Parlamentar
SOZIMAR VAZ	Jornalista
TACIANA SABINO DE FREITAS CUSSI	Bacharel em Direito
TALINA SIMÕES DO NASCIMENTO ALVES	Estudante
TANIMARA ELIAS SANTOS	Trainee
TATIANA OLIVEIRA	Cientista Política
TEREZA VITALE	Editora
THEREZA HILCAR	Jornalista
VERÔNICA MARIA MOREIRA DE MAGALHÃES	Psicóloga

# SIGLÁRIO

## A

ABONG Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

## C

CCJC Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania  
CDHM Comissão de Direitos Humanos e Minorias  
CEERT Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades  
Cfmea Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
CLP Comissão de Legislação Participativa  
CSSF Comissão de Seguridade Social e Família

## D

DEM Democratas  
DF Distrito Federal

## F

FUNAI Fundação Nacional do Índio

## G

GLBT Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis,  
Transexuais e Transgêneros

## I

IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## M

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
------	---

## O

OnG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

## P

PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
PUC	Pontifícia Universidade Católica

## S

SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde

## U

UnB	Universidade de Brasília
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Unifem	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

